



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O CRESCIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA COM INTERESSE
NO PROGRESSO DA PESQUISA TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL**

LUCIANA BASTOS MATOS

BRASÍLIA

2014

LUCIANA BASTOS MATOS

**O CRESCIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA COM INTERESSE
NO PROGRESSO DA PESQUISA TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRA em Educação. Área de concentração: Políticas Institucionais e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Luís Afonso Bermúdez.

BRASÍLIA

2014

M433c Matos, Luciana Bastos.
O crescimento do Instituto Federal de Brasília com interesse no
progresso da pesquisa tecnológica institucional / Luciana Bastos
Matos. -- 2014.
105 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade
de Educação, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientador: Luiz Afonso Bermúdez.

1. Instituto Federal de Brasília - História. 2.
Desenvolvimento institucional. I. Bermúdez, Luís Afonso
II. Título.

CDU 377

LUCIANA BASTOS MATOS

**O CRESCIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA COM INTERESSE
NO PROGRESSO DA PESQUISA TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRA em Educação. Área de concentração: Políticas Institucionais e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 10/04/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Afonso Bermúdez (Orientador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Wilson Conciani
Instituto Federal de Brasília (IFB)

Prof. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho (Suplente)
Universidade de Brasília (UnB)

Dedico este sonho aos meus maiores investidores, à minha mãe *Elza Bastos* e ao meu pai *José Ribamar Matos*, como forma de gratidão e reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a intervenção direta dos meus maiores incentivadores: o Espírito Santo que me animou em todo o tempo; Jesus que é o meu melhor amigo, me ajudou dando direção e foco; e Deus que me garantiu que tudo posso nEle, pois é Ele quem me fortalece.

Não posso me esquecer dos meus queridos pais, Elza Bastos Matos e Ribamar Soares Matos, que mesmo distantes fisicamente, interessaram-se em todo o tempo sobre o desenvolvimento da pesquisa, quantos capítulos escrevi e quando apresentarei. Eles não apenas me apoiam, eles são a voz que ouço no coração todos os dias dizendo que eu posso ir cada vez mais longe; eu acredito!

Ao meu companheiro, Vagner de Mello Camargo, que resistiu bravamente a todas as minhas inquietações e ausências no processo de construção deste trabalho, que buscou me ajudar no que foi possível e cuidou de mim com carinho. Marido, o teu apoio me fortaleceu. Obrigada!

A compreensão dos meus sogros, Margarida de Mello Camargo e Izaltino Silva de Camargo, pela minha ausência em tempos difíceis. Sei que torceram por mim e sabem o que o desenvolvimento deste trabalho significa: uma grande vitória pessoal, profissional e familiar.

Aos meus anfitriões, pessoas queridas, que me hospedaram em Brasília durante o meu período de transição para Campinas: Juliana Rocha, Aline Carvalho, Sandra Branchine, Bartira e Isabel Neri, Eliete Keille, Delzina Braz, Andrea Moreira, Idamice Lana, Sara Correa Figueiredo, Katty e Cleide Cruz, sem vocês seria mais difícil.

Nessa trajetória gostaria de agradecer a uma amiga de todas as horas Kattiucy Sousa Costa, pela releitura, a Ana Aparecida Moura por sua criticidade, ajudando-me a melhorar. A Cleidoca que me deu forças e contribuiu com sua releitura e ajustes neste trabalho. Ao meu mais ilustre primo, Rafael Matos Lindoso pela tradução. A João Bezerra, colega do IFB e Marco Antônio Marinheiro com que pude contar em questões técnicas de informática. No fornecimento de informações institucionais que fizeram parte desse trabalho, especialmente a Luciana Miyoko Massukado pela participação e paciência, Danielle Alves Santos, Marciano Pereira da Silva e Patrícia Sampaio e Luciana Lemgruber de Vasconcellos Alves, que foram muito atenciosos. No empréstimo de livros da Unicamp, a Wanderléia Daniele Dias. Pela ajuda na coleta de dados a Tais Matias.

Aos meus eternos chefes Wilson Conciani e Luciano de Oliveira Toledo que sempre apoiaram os meus estudos dentro da instituição. Não permitiram que faltasse às aulas da Especialização e do Mestrado em Educação Profissional. Vocês são também responsáveis pelo meu progresso.

Ao um atual chefe, Felipe Graziano da Silva Turini, que me possibilitou mais um pouco de tempo para concluir este trabalho, sem dúvida o seu apoio foi decisivo na conclusão da dissertação.

Ao meu orientador Luiz Afonso Bermúdez que me fez perceber o que realmente importava nessa pesquisa quando me perguntou insistentemente: "o que você pretende estudar nessa pesquisa?". A partir daí a luz se acendeu e os caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa se tornaram mais claros.

Aos meus professores do Mestrado, Bernardo Kipnis, Olgamir Francisco de Carvalho e Remi Castione pela exposição de uma Educação Profissional com bons projetos, com papel social importante e também com muitos desafios e ajustes para serem pesquisados. Acredito que este trabalho alcança os interesses da proposta do curso.

Ao prof. Aléssio Trindade de Barros, ex-Reitor de Instituto Federal de Brasília, que me apresentou a Rede de Educação Profissional e Tecnológica com a sua missão, visão e valores, em palestra de acolhida aos novos servidores e na disciplina da Especialização em Educação Profissional. O empenho e entusiasmo desse homem em fazer o IFB acontecer me fizeram permanecer atuando na Educação Profissional com o desejo de seguir carreira para contribuir com a construção de sua história, seja no IFB ou pelo Brasil a fora.

*[...] Que você aprenda a dançar.
Lição de Zaratustra, que dizia que para se
aprender a pensar é preciso primeiro aprender a
dançar.
Quem dança com as ideias descobre que pensar
é alegria.
Se pensar lhe dá tristeza, é porque você só sabe
marchar, como soldados em ordem unida.
Saltar sobre o vazio, pular de pico em pico, não
ter medo da queda.
Foi assim que se fez a ciência e se construiu a
história: não pela prudência dos que marcham,
mas pela ousadia dos que sonham.
Todo conhecimento começa com o dançar das
ideias [...]. (Rubem Alvez, 2000)*

MATOS, Luciana Bastos. **O crescimento do Instituto Federal de Brasília com foco no progresso da pesquisa científica institucional.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2013.

RESUMO

O presente trabalho apresenta o processo de construção histórica do Instituto Federal de Brasília - IFB, ao longo dos seus seis anos de existência, por meio de documentos oficiais e do levantamento de dados referentes à pesquisa existente no Instituto, visando o registro do processo de evolução organizacional, ideologia política, crescimento, cumprimento de sua missão institucional e interpretação analítica da pesquisa tecnológica desenvolvida. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, e do estudo exploratório, cuja justificativa está na escassa referência bibliográfica sobre o tema em questão, esta pesquisa tem interesse em analisar e relacionar os dados que apontam o desenvolvimento da pesquisa tecnológica no IFB, vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, que expressam o seu desenvolvimento. Esta pesquisa busca contribuir para o acesso do desenvolvimento da pesquisa no IFB, por meio da análise dos dados que possam auxiliar no direcionamento da pesquisa e dos projetos aprovados no Instituto.

Palavras-chave: Instituto Federal de Brasília. Construção histórica. Pesquisa tecnológica. Desenvolvimento institucional.

MATOS, Luciana Bastos. **The growth of the Federal Institute of Brasilia focused on institutional progress of technological research.** 2013. Dissertation (Master in Professional Education) – Graduated Programme of the School of Education in partnership with the Government Department of Professional Education and Technology, University of Brasilia, DF. 2013.

ABSTRACT

This work outlined the process of historical construction of the Federal Institute of Brasilia - IFB, over its six years of existence, through official documents and survey data regarding existing research at the Institute, based on the registration process organizational change, growth and fulfillment of its institutional vision ideology. Guided by the methodology of qualitative research and exploratory study, whose justification is in scarce bibliographic reference on the subject in question, the research aims to analyze and correlate the data that link the development of research in the IFB, linked to Dean of research and Innovation, as well as what is expected of PRPI for the advancement of technological research. This research seeks to contribute to access for research development in IFB, through the analysis of data that can assist in directing research and projects approved at the Institute.

Keywords: Federal Institute of Brasilia. Historical construction. Technological research. Institutional development.

LISTA DE APÊNDICE

Apêndice 01 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	93
Apêndice 02 – Questionário.....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Sistematização Metodológica da Pesquisa.....	36
--	----

LISTA DE PLANILHAS

Planilha 01 – Escolas por tipologia e região administrativa do DF - 2012.....	44
Planilha 02 – Evolução da titulação docente por campus nos anos de 2010 a 2012	54
Planilha 03 – Demonstrativo dos investimentos por edital/ano e as fontes de fomento	67
Planilha 04 - Relação de Grupos de Pesquisa por Campus e número de componentes.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação da Rede de Instituições de Ensino Profissional no DF	45
Gráfico 2 - Matrículas da rede pública de ensino profissional – 2012/2013	47
Gráfico 3 - Expansão da atuação do IFB	50
Gráfico 4 – Evolução do número de vagas 2009-2013.....	51
Gráfico 5 - Evolução do número de matrículas/ano.....	52
Gráfico 6 - Quantitativo de servidores do IFB	53
Gráfico 7 - Titulação docente por ano 2010-2012	55
Gráfico 8 - Evolução do quantitativo de servidores terceirizados/ano	56
Gráfico 9 - Recursos aplicados pela PRPI no desenvolvimento da pesquisa/ano.....	67
Gráfico 10 – Representação da participação do IF no preenchimento do FORMICT.....	71
Gráfico 11 – Quantitativo de editais/ano do IFB.....	75
Gráfico 12 – Demonstrativo de projetos x bolsas de pesquisa/ano.....	75
Gráfico 13 – Evolução dos grupos de pesquisa.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPI	Assistente da Pró-Reitoria
ASPP	Assistente da Pró-Reitoria de Pesquisa
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Colégio de Dirigentes
CDEB	Coordenação de Editais e Bolsas
CDGP	Coordenação de Grupos e Projetos
CDIT	Coordenação de Inovação Tecnológica
CDPG	Coordenadoria Geral de Pós-graduação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP/CAB	Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPPG	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
CGPB	Coordenação de Publicações
CGPE	Coordenadoria Geral de Pesquisa
CGSM	Coordenação Geral de Serviços e Manutenção
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CS	Conselho Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
DRGP	Direção Geral de Gestão de Pessoas
EAA	Escolas de Aprendizes e Artífices
EI	Escolas Industriais
ETB-BSB	Escola Técnica de Brasília
ETF	Escolas Técnicas Federais
FABIN	Fábrica de Ideias Inovadoras
GC	Gestão do Conhecimento
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
GP	Grupo de pesquisa

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAIC	Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
ICT	Instituição de Ciência e Tecnologia
FORMICT	Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NUCS	Núcleo de Comunicação Social
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PRDI	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PREN	Pró-Reitoria de Ensino
PREX	Pró-Reitoria de Extensão
PROEJA	Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROGRUPO	Programa Institucional de Apoio e Consolidação de Grupos de Pesquisa do IFB
PRPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PRPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SEDF	Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
ICT	Instituição de Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE APÊNDICE

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE PLANILHAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - BREVE LEVANTAMENTO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL	18
CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	23
2.1 A CRIAÇÃO DO IFB	23
2.2 AS IDEOLOGIAS QUE NORTEIAM AS POLÍTICAS DO IFB	26
2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA DO IFB.....	29
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 O PORQUÊ DA PESQUISA	34
3.2 A PESQUISA É FEITA DE ESCOLHAS	35
3.2.1 Abordagem: qualitativa e quantitativa	36
3.2.2 Método: Análise documental.....	37
3.2.3 Pesquisa exploratória	38
3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E CONTEÚDOS.....	39
3.3.1 Construção do Estado da Arte para a pesquisa.....	39
3.3.2 Autorização para realizar a pesquisa	40
3.3.3 Coleta de dados e conteúdos.....	40
3.3.3.1 Pesquisa documental.....	41
3.3.3.2 Análise dos dados.....	41

CAPÍTULO 4 - AS INICIATIVAS PARA O ALCANCE DA VALORIZAÇÃO DO IFB NO DISTRITO FEDERAL	43
4.1 UMA TAREFA A SER CUMPRIDA: TORNAR-SE CONHECIDO.....	43
4.2 A REPRESENTATIVIDADE DO IFB PARA O DISTRITO FEDERAL.....	44
4.3 OS RECURSOS HUMANOS QUE FAZEM O IFB CRESCER	54
CAPÍTULO 5 - A VALORIZAÇÃO DA PESQUISA NA EPT PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO INDIVÍDUO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	58
5.1 AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO GLOBALIZADO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	58
5.2 O QUE É PESQUISA	62
5.2.1 Conhecimento Científico.....	62
5.2.2 Conhecimento Tecnológico	63
5.3 O PAPEL E O DESENVOLVIMENTO DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO.....	64
5.4 RELAÇÕES E ANÁLISES POSSÍVEIS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO IFB	70
5.4.1 Sobre a inovação tecnológica no ifb	70
5.4.2 Quanto as relações de editais publicados, projetos e bolsas oferecidos pelo IFB	75
5.4.3 Um olhar sobre os grupos de pesquisa	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES.....	93
ANEXOS.....	97

INTRODUÇÃO

A escolha do tema de nossa dissertação adveio da ausência de interpretação analítica acerca da pesquisa tecnológica existente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB¹. Entre todas as áreas que fazem parte do tripé ensino, pesquisa e extensão, a pesquisa despertou-nos interesse maior por se relacionar diretamente com nossas atividades profissionais na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI do IFB.

Cumpre-nos referir que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação é responsável pela elaboração das políticas voltadas para a promoção da pesquisa e inovação no IFB que, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2009-2013),

as ações de pesquisa visam à formação científica em todos os níveis e modalidades de ensino, produção de conhecimento, produção tecnológica e empreendedorismo voltados para a inovação e a solução de problemas científicos e tecnológicos ligados ao desenvolvimento local e regional, entendido nas suas dimensões econômica, social, artística e cultural. As atividades de pesquisa têm, igualmente, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, devendo ser desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional (p. 29-30).

Creemos que os resultados advindos de nossos estudos na presente dissertação poderão contribuir para a divulgação da pesquisa no IFB.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o desenvolvimento da pesquisa tecnológica do IFB com base em dados que destaquem a criação e projeção do IFB, o quantitativo de projetos e grupos de pesquisas, de bolsa de iniciação científica, a inovação tecnológica e a participação de servidores envolvidos com a pesquisa institucional.

Nosso estudo interessa-se, num primeiro momento, fazer um breve levantamento do processo de criação e crescimento do IFB como instituição de ensino profissional e, num segundo momento, analisar o desenvolvimento da pesquisa tecnológica institucional.

¹ Daqui em diante, usaremos tanto a sigla IFB quanto Instituto Federal de Brasília para denominar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Os documentos analisados são o Estatuto do IFB, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Relatórios de Gestão dos anos de 2009 a 2012, entre outros que foram escolhidos em razão da importância de registro de uma instituição. O nosso estudo, nesta dissertação, divide-se em 6 capítulos.

No capítulo 1, apresentamos algumas reflexões acerca da trajetória da educação profissional no Brasil, que remonta aos primórdios da educação profissional no país, bem como as mudanças ocorridas ao longo de sua história.

No capítulo 2, discorremos sobre o percurso histórico para criação do IFB, apresentando ainda a ideologia por trás dos institutos federais e sua organização.

No capítulo 3, descrevemos os procedimentos metodológicos, explicamos os motivos que nos levaram a escolher a área pesquisada, os procedimentos de análise, o estabelecimento do método e as fontes documentais que originaram os dados analisados.

No capítulo 4, são postas as primeiras necessidades do IFB em seu processo de instalação, como a tarefa de torna-se conhecido e a constituição de recursos humanos, condições indispensáveis para o início de suas atividades e para que a comunidade do DF. A partir dos dados apresentados demonstramos a representatividade do IFB para o Distrito Federal em termos de educação profissional tecnológica.

No capítulo 5, construímos uma narrativa acerca de como a pesquisa se torna imperativa em meio às demandas dos arranjos produtivos e diante da necessidade de desenvolvimento econômico do país. Apresentamos as considerações sobre o tipo de pesquisa desenvolvida nos Institutos Federais e o papel da PRPI, bem como a interpretação analítica dos dados da pesquisa tecnológica do IFB com base numa abordagem qualitativa e quantitativa.

No capítulo 6, tecemos as considerações finais, seguidas pelas Referências Bibliográficas e os Anexos.

CAPÍTULO 1

BREVE LEVANTAMENTO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O presente capítulo apresenta um breve levantamento da trajetória da educação profissional, pontuando as principais mudanças em relação à nomenclatura das escolas técnicas, não sendo interesse dessa pesquisa realizar uma análise do seu desenvolvimento, até porque já existe uma vasta literatura sobre esse tema.

O objetivo é fornecer ao leitor uma contextualização histórica do crescimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica permitindo com que ele seja capaz de compreender, de forma sucinta, o cenário que antecede a criação do Instituto Federal de Brasília, que será abordado no Capítulo 2.

A institucionalização da Rede Federal de educação profissional brasileira completou 104 (cento e quatro) anos em 2013. O centenário dessa trajetória foi comemorado em todo o país, em meio a muitas mudanças ocorridas ao longo desses anos.

Foi diante da reorganização da ordem político-administrativa do Estado, com a proclamação da república do Brasil, em 15 de novembro de 1889, que se inicia o percurso da Educação Profissional no país. Em sua implantação, segundo Caldas (2012), o país vive o processo de industrialização e a formação do seu mercado de trabalho livre, o que favoreceu o reordenamento da população para as cidades causando inchaço e problemas de infraestrutura.

Considerando o crescente aumento dos problemas sociais, buscou-se na educação, uma iniciativa preventiva e social da necessidade de providências para se conter os desocupados e também oportunizar, por meio da qualificação, mão de obra para as fábricas. Essa iniciativa se deu com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes e Artífices – EAA.

A importância das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA) se cumpria e apontava para a possibilidade de contribuir para a inserção dos menores pobres, a partir do trabalho e, com isso, superar a necessidade de afastá-los do convívio social isolando-os em

reformatórios; neste sentido, as novas instituições cumpririam a dupla função: "orientação social" e formação para o trabalho (CALDAS, 2012, p. 34).

Outra observação que pode ser feita com base neste decreto é que as escolas seriam implantadas nas capitais dos "Estados da República". No período, havia 20 estados, mas foram criadas apenas 19 escolas, isso porque o Decreto nº 7.763, de 23 de dezembro de 1909, em seu artigo 17, orientava que se nas unidades federadas que houvesse instituição estadual análoga às recém-criadas, o governo federal estaria isento da implantação da EAA, mas poderia auxiliar o funcionamento da escola já existente.

Por isso, o Rio Grande do Sul não a recebeu, pois o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre - Instituto Parobé, apresentava finalidade semelhante aos das instituições federais, consideração reforçada em Kunze (2009) e em Caldas (2012).

Caldas (2012) relembra que no período, em destaque, o Estado Republicano do Rio de Janeiro foi o único onde a EAA não se implantou na capital, na época, Niterói, mas em Campos Goytacazes, cidade natal do então presidente Nilo Peçanha. Acredita-se que o fato se deu em virtude de divergências políticas.

As Escolas de Aprendizes e Artífices eram instituições federais que ficaram sob a tutela do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio - MAIC, mesmo sendo, na época, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores a instância federal responsável pelos assuntos educacionais do país, conforme aponta Kunze (2009).

Posteriormente, na Era Vargas (1930 - 1945) o cenário econômico brasileiro eleva-se a outros patamares que, segundo Santos Neto (2009)

impulsionou tanto a indústria de base como a educação profissionalizante, consideradas pilares do progresso nacional. Foi assim que, em 1937, instituiu-se a Divisão do Ensino Industrial, já subordinado ao MEC, e sob a direção de Francisco Montojos. Desde então, as escolas de Aprendizes se transformaram em Liceus Profissionais (p. 30).

Santos Neto (2009) refere-se à Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Essa mudança de denominação não trouxe grandes alterações na organização anterior, como afirma Caldas (2012, p. 36) "o que na realidade não modificou muito o que eram as instituições de 1909". Tal fato ocorreu pela própria necessidade de mudança dado o desenvolvimento industrial que o então presidente, Getúlio Vargas, almejava.

Na década de 1940, a promulgação do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, promove a mudança de nomenclatura dos Liceus para as Escolas Industriais e Técnicas - EIT, apoiado pelo Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Junto a isso, a oferta da formação profissional em nível equivalente ao secundário.

Para Caldas (2012) a Lei Orgânica de 1942 trouxe mudanças significativas:

Inicia-se o processo de aproximação entre o ensino profissional e o ensino propedêutico [...] Esse período também é marcado pela criação das escolas do Sistema S (CALDAS, 2012, p. 37).

Garcia (2000) aponta a inserção, na década de 40, da indústria no processo de formação de trabalhadores, com o projeto que se denomina hoje de Sistema S.

Criou-se um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias, através da Confederação Nacional das Indústrias – CNI. Criou-se então o Serviço Nacional dos Industriários, passando mais tarde a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (GARCIA, 2000, p. 7).

No final da década de 1950, como reflexo da política desenvolvimentista do governo JK, o Art.16 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, concede às Escolas Industriais autonomia e tornam-se unidades autárquicas. Passam a se chamar Escolas Técnicas Federais - ETF ampliando a oferta dos cursos técnicos.

No início da década de 1960, com a promulgação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional a educação profissional é equiparada às universidades.

Sob o prisma da Ditadura Militar (1964 - 1985) com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, entre os aspectos relevantes para educação profissional observa-se a obrigatoriedade do ensino profissionalizante durante todo o 2º grau, ou seja, de maneira compulsória, todo o currículo do segundo grau deve qualificar para o trabalho, em virtude do crescente desenvolvimento do país.

Há que se destacar que, na prática, a compulsoriedade acabou por se restringir ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino estaduais e federal, ao passo que as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, a oferecer os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes com vistas ao atendimento das elites

brasileiras (BRASIL, 2007 *apud* ESCOTT e MORAES, 2012, p. 1946).

Escott e Moraes (2012) apontam que o caráter compulsório do ensino profissionalizante no 2º Grau vai desaparecendo devido a curta duração do milagre brasileiro (1968 a 1973) e também por influência da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, que substituiu a qualificação para o trabalho, antes visada pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, para preparação para o trabalho, o termo mantém o pano de fundo do ensino profissional, mas desobriga a habilitação profissional no 2º grau quando expressa em seu parágrafo 2º, que "poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino" (BRASIL, 1982).

A Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994, estende a todas as Escolas Técnicas Federais uma nova denominação, a saber, Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET. Ressalta-se que as Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, desde 1978 usavam essa denominação, segundo Caldas (2012).

Nesse percurso de ajuste da educação no país, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, constituiu-se na materialização do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Ressalta-se que as críticas a este documento são recorrentes e estão presentes nos trabalhos de Caldas (2012), Garcia (2000) e Christophe (2005), está em seu estudo sobre a legislação da educação profissional brasileira afirma que das disposições do Decreto 2.208/97 temos:

A separação entre educação geral de nível médio da formação profissional; o estabelecimento de parcerias e o progressivo compartilhamento de gestão com a iniciativa privada. O PROEP tem por objetivo, numa primeira etapa, o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, cuja finalidade é a transformação e reforma de unidades existentes, ou a construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado "segmento comunitário", no qual se incluem as iniciativas privadas (nessa categoria estão contemplados projetos de empresas privadas - educacionais ou não -, de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT), ONG's e instituições da esfera municipal (CHRISTOPHE, 2005, p. 12).

Posteriormente este decreto foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a educação profissional do país revitaliza-se e ganha status de política de governo. Os Centros Federais de Educação Tecnológica deram lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, espalhados não apenas nas capitais, mas em várias cidades do interior do país, compondo o cenário atual do percurso do ensino técnico no país.

O MEC² registra que de 1909 a 2002 havia 140 escolas, entre 2003 e 2010 foram inauguradas mais 214 unidades, somando um total de 354 Institutos Federais de Educação. O governo prevê que outras 208 novas escolas deverão ser entregues até o final de 2014, totalizando 562 unidades.

Vale ressaltar que o Plano de Expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação fomentado pela Lei 11.534, de 25 de outubro de 2007, federaliza escolas técnicas em mais quatro estados, inclusive o Distrito Federal, que passam a usufruir dos investimentos do governo federal em educação profissional, a saber, em Rio Branco (AC), Macapá (AP), Campo Grande (MS), Canoas (RS) e Brasília (DF), onde antes não havia a presença das autarquias.

Essa retrospectiva revela que os rearranjos ocorridos na organização pedagógico-administrativa da educação profissional demonstram interesses dos diferentes momentos políticos vividos no país e como a educação profissional foi importante para o desenvolvimento do Brasil e que diante das mudanças ocorridas ao longo dos seus 104 anos de sua história, o ensino deixou de ser profissionalizante para ser profissional.

Vemos nitidamente que estas escolas tiveram importante papel na história da educação profissional brasileira e foram os embriões da organização do ensino profissional técnico.

A trajetória da educação profissional no Brasil foi apresentada pelo MEC por meio do ANEXO A, linha do tempo inserida neste trabalho como outra fonte de fácil acesso da trajetória da educação profissional.

² Informações obtidas no Portal Oficial do Mec
<http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52:expansao&catid=37:expansao&Itemid=2>, acessado em 10 de setembro de 2013.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória da criação do Instituto Federal de Brasília. Para tanto, está dividido em três partes. A primeira apresenta informações com base na legislação brasileira e em documentos oficiais que narram o processo de criação do IFB e, a segunda, trata da ideologia que sustenta a concepção dos Institutos Federais e a terceira e última, a organização político-administrativa do IFB, chamamos a atenção para o fato de nos atermos somente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, devido ao nosso objeto de estudo.

2.1 A CRIAÇÃO DO IFB

O processo de construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB é apresentado neste tópico por meio de documentos oficiais que revelam que a iniciativa de educação profissional federal no DF não surge com a criação do IFB, mas remete-nos ao final da década de 1950.

A origem do ensino técnico federal do DF se inicia com a promulgação da Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a mesma que concede autonomia para as Escolas Técnicas, e a Exposição de Motivos nº 95. Esses documentos criam a Escola Agrotécnica de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1962, “subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, com o objetivo de ministrar cursos regulares do antigo Ginásio e Colegial Agrícola” (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 11).

Visando atender as novas orientações da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, é publicado o Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964 que altera a nomenclatura das Escolas de Iniciação Agrícola e das Agrotécnicas para Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas. Pelo mesmo decreto ficou estabelecida “a integração da Escola de Didática do Ensino Agrícola ao Colégio em questão passando a denominar-se Colégio Agrícola de Aplicação de Brasília” (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 11).

O ensino agrotécnico do país passou para a tutela do Ministério da Educação em 1967, baseado no Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Conforme é narrado no PDI (2009, p. 11-12), nesse período novamente ocorre a mudança de nomenclatura, devido a Escola de Didática do Ensino Agrário ser extinta, há o retorno da denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

Após 11 anos, em 1978, o Colégio Agrícola de Brasília é transferido para o Governo do Distrito Federal, segundo Mendes (2011, p. 12):

Pelo Decreto nº 82.711, de 23 de novembro de 1978, o Colégio Agrícola de Brasília foi transferido para o Governo do Distrito Federal (DOU de 24/11/1978) por força do Convênio nº 01/78-FEDF, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF e a Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário - COAGRI do Ministério da Educação e Cultura.

A incorporação oficial do Colégio à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal ocorre com o Decreto nº 4.506, de 26 de dezembro de 1978, com a manutenção do nome Colégio Agrícola de Brasília.

Após a transferência para o GDF, o Colégio Agrícola de Brasília, bem como todas as escolas de educação profissional deste governo, foi renomeado pela Portaria nº 129, de 18 de julho de 2000, por meio da qual se insere ao nome da escola o antecedente Centro de Educação Profissional, compondo Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília - CEP/CAB,

cujo funcionamento tem como objetivo a qualificação e requalificação profissional, objetivando a realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores e Cursos de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente na sua área de abrangência (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 11).

Registrado por Mendes (2011), a Lei complementar nº 630, de 29 de julho de 2002, transforma a área onde está localizado o CEP/CAB em Parque Ambiental, segundo ela, “vale destacar que na fazenda Sálvia, que possui uma área de 10.890 hectares, está localizado o atual Campus Planaltina - IFB e que toda sua área foi transformada em Parque Ambiental” (MENDES, 2011, p.10).

Mendes (2011) aponta os interesses do governo federal em expandir a atuação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e que a prioridade seria dada às unidades da federação que não possuíssem uma escola federal. Logo, surge a intenção

de trazer de volta o CEP/CAB para a tutela federal, o que facilitaria a inserção do Distrito Federal na referida Rede, uma vez que ele e mais os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul não estavam inseridos no projeto de Educação Profissional Federal.

Em 24 de abril de 2007, o presidente da República assinou o Decreto nº 6.095, que estabelecia as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica no âmbito da rede federal, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Então, o MEC, em acordo com o GDF, resolveu enviar um “diretor” para o então CEP/CAB em julho desse ano, que seria o diretor da transição. Para oficializar o ato, em 13 de julho de 2007, o MEC exarou a Portaria Normativa nº 28 que atribui ao então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás – CEFET GO, o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal de Brasília – ETF/BsB. A chegada desse diretor foi oficializada em 16 de agosto de 2007, por meio da Portaria nº 397, assinada pelo então diretor-geral do CEFET GO. Assim o CEP/CAB, com dois diretores, viu a concretização da “federalização” se aproximando. Faltava apenas sua oficialização que se deu em outubro de 2007 quando foram criadas escolas técnicas e agrotécnicas federais, por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro (MENDES, 2011, p. 14).

A Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, vincula a educação agrotécnica de Brasília, gerenciada pelo governo do DF, ao Ministério da Educação e atribui-lhe um novo nome, a saber, Escola Técnica de Brasília - ETB-BSB, federalizando-a. Inserindo, desta forma, o DF na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O cenário atualmente vivenciado pela educação profissional e tecnológica foi promovido com a entrada em vigor da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Lei de criação dos Institutos Federais, que absorveu a Escola Técnica de Brasília, mais precisamente a agrotécnica, antes localizada apenas na Região Administrativa - RA - de Planaltina. Tornou-se Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, também conhecido como Instituto Federal de Brasília – IFB, constituído, inicialmente, por 05 escolas chamadas, individualmente de campus associando o nome ao local da instalação dessas unidades.

Os primeiros *campi* do IFB foram: Planaltina, campus que deu origem a história do IFB, e posteriormente Brasília, Gama, Taguatinga e Samambaia.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB tem característica peculiar em relação aos outros institutos recém-criados, uma vez que já nasce de uma Escola Técnica Federal de

apenas 14 meses de existência que, por sua vez, já nasceu incorporando uma unidade agrotécnica. Esta unidade agrotécnica - Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) da ETF/BsB passa a ser o *Campus Planaltina* do IFB (MENDES, 2011, p. 16).

A portaria nº 1.203, de 12 de dezembro de 2007/MEC, nomeia Francisco Moreira de Meneses para exercer o cargo de Diretor-Geral da Escola Técnica Federal de Brasília. Fato este apresentado em Mendes (2011), contudo apenas em janeiro de 2009, o IFB teve seu primeiro Reitor.

Em 12 de dezembro de 2007, foi nomeado o diretor-geral da ETF/BsB por meio da Portaria nº 1.203, publicada no DOU nº 239, de 13/12/2007, Seção 2, p.7. Com isso, o Diretor da Unidade Agrotécnica de Planaltina – UAP (agora assim denominada pelo seu diretor-geral) ficou subordinado ao diretor-geral (MENDES, 2011, p. 15).

Ressalta-se que desde 25 de outubro de 2007, com a federalização da escola agrotécnica de Brasília, tem início a história do IFB, pois a Lei de criação dos IF trouxe muitas mudanças, porém nada que pudesse alterar a iniciativa do decreto de sua federalização. Logo, o IFB, em 2013, completou 05 anos de incorporação à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2.2 AS IDEOLOGIAS QUE NORTEIAM AS POLÍTICAS DO IFB

Os documentos Concepções e Diretrizes da educação profissional, bem como a Lei de Criação dos Institutos Federais apresentam as ideologias que permeiam a nova política de educação profissional e tecnológica brasileira. Extraem-se dessas bases alguns dos pilares sobre os quais a EPT deverá se orientar e expandir:

- ofertar educação profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- facilitar o acesso ao ensino, especialmente para aqueles que estiveram às margens do processo educativo.
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

- interiorizar a instalação dos IF como forma de fortalecer dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os pilares apresentados deixam explícitas as seguintes máximas educacionais: autonomia crítica do aluno conduzindo a uma transformação cidadã; educação investigativa visando à busca de soluções para problemas locais; aprendizagem significativa a partir das experiências do aluno em sua comunidade; o aluno como agente transformador de sua realidade; a pesquisa aplicada como elo de mudança socioeconômica e a inclusão social. Ressaltamos a ênfase da nova EPT em busca do desenvolvimento local e regional do país.

Essas máximas educacionais previstas nos documentos base da EPT não nos parecem novas, porque elas fazem parte do discurso de Paulo Freire (2000), Ausubel (1980), Dowbor (2006), entre outros. O que nos parece animador, pois trazem em seu bojo um caráter libertador para o indivíduo, por meio de uma aprendizagem significativa que deverá auxiliar no desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Neste tópico nos dedicaremos a demonstrar as suas influências sobre a nova política de EPT brasileira.

Paulo Freire entende o homem como sujeito de sua história e não como objeto. Por isso, a educação deveria forjar uma nova mentalidade voltada para os problemas nacionais e luta política, distanciando a escola da educação bancária, que faz do aluno um ser manipulável, uma caixa onde se depositam saberes.

Nos 05 passos didáticos de Freire, apresentados por Ghiraldelli (2002), o processo de aprendizagem inicia-se a partir da vivência e da pesquisa, com base no diálogo amoroso e horizontal entre educador e educando sobre a comunidade deste último, segue com o aprofundamento e o esforço intelectual por meio da problematização colocando os educandos em condições de alcançarem visão crítica, este seria o 2º passo.

Assim, Freire (2000) deseja que desapareça a dicotomia educador e educando para que não haja a sobreposição de um pelo outro. Nessa fase recolhem-se os temas geradores ou palavras geradoras. Ocorre o 3º passo, a eleição do tema de maior interesse do grupo e sua posterior problematização através do diálogo, que parte de sua máxima “ninguém educa ninguém e ninguém educa a si mesmo”; este processo permite o alcance do 4º passo, a conscientização, por meio da qual se espera o 5º passo, ação social e política, pois, segundo Freire, a conscientização gera a práxis social em busca da libertação de todos os homens da opressão.

A proposta de Ausubel (1980) sobre aprendizagem significativa corrobora com o discurso de Freire, uma vez que os temas geradores devem partir das vivências do cotidiano experimentadas na comunidade na qual o indivíduo está inserido para que haja plena compreensão das causas e efeitos sobre determinado fenômeno.

Entre as vozes presentes nos documentos básicos da EPT está Dowbor (2006, p. 14) que acredita que “a educação tenha um papel mais amplo, de irradiador de conhecimentos para o desenvolvimento local, formando uma nova geração de pessoas conhecedoras dos desafios que terão de enfrentar”. Para ele, a escola deveria ser menos lecionadora e mais articuladora dos espaços locais buscando familiarizar os alunos com o potencial econômico de sua região.

Esta visão de que podemos ser donos de nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino nas mãos, conquanto haja uma dinâmica social que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços (DOWBOR, 2006, p. 1).

Os incisos do art. 6º da Lei de criação dos IF apresentam o papel a ser desempenhado pela pesquisa aplicada, ou seja, prática, visando contribuir para o desenvolvimento local, regional e do país, dialogando com a ideia apresentada por Dowbor (*op. cit.*). Essa nova perspectiva favorece a emancipação do aluno enquanto agente que busca soluções para os problemas de sua comunidade. Trata-se de uma educação ativa, problematizadora, interventiva e crítica. Essa proposta está presente na nova política da EPT e nos teóricos já citados.

Para os gestores da EPT no Brasil há obstáculos que precisam ser superados para que se alcance a proposta inovadora da educação profissional, a saber:

Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a EPT é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por essa razão considera-se fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, devendo as primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório. (PACHECO, PEREIRA E SOBRINHO, 2010, p. 75)

A preocupação inicial de romper com a subordinação restrita às necessidades do mercado parece sucumbir diante de uma proposta na qual o aluno é sujeito de sua história, atuando ativamente na comunidade em que vive. Acredita-se que uma vez estimulada a cidadania e o acesso sistematizado ao conhecimento, o processo de aprendizagem cria condições próprias de evolução, uma vez que este é o interesse da EPT no país.

Considerando o que foi dito e as finalidades e objetivos dos Institutos Federais, percebemos a analogia convergente entre os discursos ideológicos dos que entendem que a educação é potencializadora das ações do homem enquanto agente transformador de sua realidade e a missão dos Institutos.

Sendo o IFB, parte integrante, da Rede Federal de Educação Profissional suas normativas internas estão em consonância com as finalidades e princípios que balizam toda a Rede, por isso em sua missão mesclam-se objetivo, valor e princípio da instituição para: “Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável” (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 10).

2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO IFB

O Instituto Federal de Brasília está vinculado ao Ministério da Educação - MEC e possui natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, segundo prevê o art.16 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Apresenta-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos, equiparando-se as universidades federais, conforme descrito no art. 2º da sua lei de criação.

A organização político-administrativa do IFB está presente em seu Estatuto (2009) art. 2º, que determina que o órgão será regido pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por legislação federal e pelos instrumentos normativos internos: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

O órgão executivo do IFB previsto em sua Lei de criação art. 11 é a Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores. O Regimento Geral do IFB (2012) orienta que os seus Campi também serão órgãos executivos e não apenas a Reitoria, como expressa a lei de criação dos IF.

Dando continuidade à composição executiva do IFB, as Pró-Reitorias, são importantes no processo de desenvolvimento da instituição. O IFB conta com 05 (cinco): Pró-Reitoria de Ensino - PREN, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - PRPI, Pró-Reitoria de Extensão - PREX, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI e Pró-Reitoria de Administração - PRAD. O Relatório de Gestão 2012 aponta que destas, apenas 03 (três) Pró-Reitorias são responsáveis pelos macroprocessos finalísticos do IFB, são elas: PREN, PRPI e PREX. Apresentaremos apenas as políticas da pesquisa que é objeto do nosso trabalho. A PRDI e a PRAD desempenham macroprocessos de apoio.

Consta no PDI (2009-2013) as políticas da Pesquisa como sendo:

As ações de pesquisa visam à formação científica em todos os níveis e modalidades de ensino, produção de conhecimento, produção tecnológica e empreendedorismo voltados para a inovação e a solução de problemas científicos e tecnológicos ligados ao desenvolvimento local e regional, entendido nas suas dimensões econômica, social, artística e cultural.

As atividades de pesquisa têm, igualmente, como objetivo, formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, devendo ser desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 29).

Considerando que é interesse desse trabalho analisar o desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB, foi reservado um capítulo para tratar especificamente das atribuições da PRPI e dos seus encaminhamentos para o progresso da investigação tecnológica no IFB.

Ainda com o cenário de constituição político-administrativa da instituição, considerou-se que os órgãos colegiados do Instituto, elencados em seu Regimento Geral (2012) no art. 4º, inciso I, alíneas a, b, c, não apresentam característica executiva, mas sim política, pois o Conselho Superior - CS, previsto na estrutura organizacional dos IF, na forma do art. 10, da Lei nº 11.892/2008, Lei de criação dos institutos federais, do qual o Reitor é Presidente, tem prerrogativas: consultivas, normativas e deliberativas, considerado o órgão máximo do IFB, segundo o Regimento Geral (2012) em seu art. 14. Entretanto, o Estatuto (2009b) apresenta o CS com apenas duas prerrogativas: consultiva e deliberativa, e reitera a sua prerrogativa de órgão máximo.

O Colégio de Dirigentes - CD, previsto na estrutura organizacional dos IF, na forma do art. 10, da Lei nº 11.892/2008, está incluído entre os Órgãos Colegiados, com atribuição consultiva e de apoio ao processo decisório da Reitoria, conforme apresenta o art. 11 do Estatuto (2009b) e ainda sua composição. Embora não tenha prerrogativa deliberativa, considera-se de grande influência o seu papel nas decisões do Instituto, pois é composto pelo corpo diretivo que representa o IFB perante os órgãos de controle e a sociedade, logo se espera que este Colégio seja capaz de orientar as decisões de forma a atender as demandas e necessidades presentes na instituição.

Por fim, está previsto no Regimento Geral (2012) em sua Seção III, art. 22 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, órgão colegiado com função normativa, consultiva e deliberativa em matéria acadêmica, científica, cultural e artística, delegadas pelo Conselho Superior. Não há previsão no Estatuto (2009b) da criação do CEPE. A matéria é disciplinada somente no Regimento Geral, artigo 22, incisos I a VI, o qual apresenta a composição do Conselho.

A Portaria nº 199, de 28 de abril de 2011, instituiu o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação - CEPPG, com competência provisória, exercendo a função de organizar as atribuições e competências que caberão ao Conselho; avaliar os projetos de pesquisa e extensão e pós-graduação encaminhados ao Conselho durante o período de sua designação, e ainda, coordenar o processo de convocação para as eleições de seus membros efetivos. O CEPPG foi a primeira iniciativa de criação de um Conselho voltado para o ensino, pesquisa e extensão.

Nos *campi*, conforme previsto no art. 114 do Regimento Geral (2012), as Diretorias Gerais dos *campi* são órgãos executivos da administração geral do *Campus*. Cabendo ao Diretor-Geral o papel político dentro da sua área de gestão, pois está entre

as competências elencadas no art. 117, inciso XX, do Regimento Geral (2012) a prerrogativa de baixar Portarias e Instruções no âmbito de sua competência.

Embora não esteja explícito no referido Regimento a função executiva dos *campi* é realizada por outros setores, embora não possuam caráter político, são eles: Diretoria Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Direção Geral de Administração, juntamente com suas coordenações diretas, percebidas no PDI no item 7.1 que trata da organização administrativa da instituição. O Conselho Gestor, que também não está devidamente descrito nos documentos internos exerce função semelhante ao Colégio de Dirigente.

A organização administrativa do Instituto está descrita em seus documentos normativos, tais como: Estatuto (2009b), Plano de Desenvolvimento Institucional (2009a) e em seu Regimento Geral (2012). Ao analisá-los sobre este aspecto percebemos mudanças evolutivas que foram gestadas entre os anos de 2009 a 2012.

Art. 7 A organização geral do IFB compreende:

I. Órgãos colegiados

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes.

II. Reitoria

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias, sendo:
 - 1) Pró-Reitoria de Ensino;
 - 2) Pró-Reitoria de Extensão;
 - 3) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
 - 4) Pró-Reitoria de Administração; e
 - 5) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas;
- d) Auditoria Interna; e
- e) Procuradoria Federal.

III. *Campi*, que para fins da legislação educacional, são considerados Sedes.

§1 ° O detalhamento da estrutura organizacional do IFB, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidos no seu Regimento Geral (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009b, p. 6).

Perceba que anteriormente, quando tratamos da organização executiva e política da instituição, foram pontuadas as mudanças ocorridas nas redações dos documentos reguladores internos, em que se notam: a inserção do CEPE como órgão de colegiado, a atribuição normativa do CS, que foram previstas a partir do Regulamento Geral (2012). O Regimento apresenta de forma mais detalhada a organização administrativa do IFB,

entretanto não há registro no inciso IV do Núcleo de Comunicação Social - NUCS que é órgão de assessoramento da instituição.

Art. 3º. A administração do IFB é feita por órgão colegiados, pela Reitoria e pela Direção Geral dos Campi, com apoio em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

Art. 4º. A administração do IFB tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I. Órgãos Colegiados da Administração Geral:

- a) Conselho Superior/CS;
- b) Colégio de Dirigentes/ CD;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/ CEPE.

II Órgãos Executivo e de Administração Geral:

- a) Reitoria;
- a.1) Gabinete
- b. Pró-Reitorias:
 - b.1) Pró-Reitoria de Administração;
 - b.2) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 - b.3) Pró-Reitoria de Ensino;
 - b.4) Pró-Reitoria de Extensão;
 - b.5) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;

III Direção Geral dos *Campi*

IV. Órgão de assessoramento.

- a) Conselho Gestor em cada *campus*.
 - b) Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPDP;
 - c) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação/ CIS;
 - d) Comissão de Ética/COET;
 - e) Ouvidoria;
 - f) Comissão Própria de Avaliação/CPA
- V. Órgãos de Controle e Assessoria:
- a) Núcleo de Auditoria Interna;
 - b) Procuradoria Jurídica Federal.

§1º A Procuradoria Jurídica do IFB é órgão descentralizado da Procuradoria-Geral Federal/Advocacia Geral da União, nos termos da legislação vigente.

§2º Por decisão do Conselho Superior poderão ser criados novos Órgãos de Assessoramento, modificados ou extintos os já existentes. (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2012, p. 4).

A configuração atual da organização administrativa é tradução das necessidades que foram surgindo com o desenvolvimento da instituição e provavelmente será redesenhada com o passar dos anos devido a novas ideias de gestão ou orientação política ou busca de autonomia de gestão ou por vislumbrar outros objetivos.

Certamente, o que não ocorrerá será o retrocesso do Instituto, pois suas bases já foram alicerçadas no Distrito Federal, o seu capital humano está orientado para a mesma visão que é até 2014, tornar o IFB uma Instituição Pública Federal reconhecida e de excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentamos as opções metodológicas adotadas na elaboração da pesquisa. De início, justificamos os motivos que nos levaram a escolher a área da pesquisa no IFB como princípio de análise. Em seguida, caracterizamos os tipos de pesquisas que darão base ao nosso trabalho para posteriormente, apresentarmos os procedimentos de constituição do corpus, acompanhado da análise dos dados colhidos com base em fontes documentais.

3.1 O PORQUÊ DA PESQUISA

Escolhemos estudar o desenvolvimento do IFB porque constatamos uma lacuna existente na disponibilização das informações referentes à pesquisa que eram desenvolvidas na Instituição. A motivação provém de discussões sobre os tipos de pesquisa, se científica ou aplicada, os grupos de pesquisa, o fomento à pesquisa, institucional ou com agências parceiras e o alcance dos resultados da pesquisa realizados no IFB.

Vimos, então, que o aprofundamento dos estudos acerca da pesquisa no IFB encontrava espaço para a sistematização por meio de uma abordagem, inicialmente, de levantamento de dados que podem contribuir para a categorização dos tipos de pesquisas que existem no IFB e ainda, como fonte inicial de dados para futuras pesquisas.

Assim sendo, para esta pesquisa de mestrado, escolhemos coletar os dados referentes à pesquisa presentes no: i) Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013), porque este apresenta a projeção do tripé ensino, pesquisa e extensão do IFB para os quatro primeiros anos da instituição; ii) Relatórios de Gestão de 2009, 2010, 2011 e 2012, por apresentarem dados que permitiram acompanhar o desempenho do IFB em várias áreas como evolução do quantitativo de alunos, matrículas, vagas, campi, servidores, além de revelarem dados sobre o desenvolvimento da pesquisa na instituição. Vale ressaltar que os relatórios carecem de uma revisão analítica, uma vez que estes apenas apresentam os dados, mas não os analisa criticamente.

Além desses documentos institucionais, fizemos uso de um questionário, o qual será detalhado à frente.

3.2 A PESQUISA É FEITA DE ESCOLHAS

O processo de construção da pesquisa consiste em uma busca por respostas que podem convergir para afirmação de uma ideia ou refutação ou ainda em uma nova proposta ou modelo, entre outros. De forma filosófica, a pesquisa é considerada “uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 1993, p. 23).

O pesquisador está sempre em busca de algo, na concepção de Ruiz (1996, p. 48) “a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência”.

Muitos autores discutem os métodos científicos para o desenvolvimento da pesquisa, entre eles Creswell (2007), Ruiz (1996), Godoy (1995), Cervo e Bervian (2002) e Kipnis (2005). Eles apresentam distintos caminhos para se chegar à realidade, a escolha depende da influência sociocultural das experiências do pesquisador para que ele possa optar pelo método de pesquisa científica mais adequado ao seu objeto de investigação.

Diante do exposto, os procedimentos metodológicos adotados para a nossa pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem, como Pesquisa Qualitativa e Quantitativa, quanto ao método, como Análise Documental, quanto ao objetivo, como Pesquisa Exploratória. As justificativas para a adoção dessas estratégias de pesquisa estão descritas a partir do item 3.2.1.

Para um melhor entendimento desses procedimentos, apresentamos, na figura 1, a Sistematização Metodológica da Pesquisa.

Figura 1 – Sistematização Metodológica da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.1 Abordagem: qualitativa e quantitativa

No processo de construção da pesquisa identificou-se a necessidade de trabalhar com duas linhas de abordagem para que fosse possível uma melhor interpretação dos dados levantados. Flick (2009, p. 43) afirma que um estudo poderá incluir abordagens

qualitativas e quantitativas em diferentes fases do processo de pesquisa “sem concentrar-se necessariamente na redução de uma delas a uma categoria inferior ou em definir a outra como sendo a verdadeira abordagem da pesquisa”.

Considerando que a pesquisa abordará a formação do IFB, e que este tem apenas 06 anos de criação, as produções analíticas sobre a instituição e o desenvolvimento de sua pesquisa tecnológica são poucas. Baseado na busca do estado da arte deste trabalho, podemos afirmar que não foram encontradas produções em relação à análise da pesquisa institucional. Justificamos dessa forma um estudo exploratório de cunho qualitativo sobre o qual Creswell (2007) afirma que:

Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso significa que ainda não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população em estudo, e o pesquisador tenta ouvir os participantes e construir um entendimento baseado nas ideias deles (CRESWELL, 2007, p. 46).

Tendo em vista que é relevante para essa pesquisa analisar os dados relativos ao desempenho da pesquisa tecnológica institucional e a partir deles fazer relações estatísticas que serão percebidas por meio de tabelas e gráficos, faz-se necessário uma abordagem quantitativa. Morse *apud* Neves (1996)

propõe o emprego da expressão “triangulação simultânea” para o uso ao mesmo tempo de métodos quantitativos e qualitativos. Ressalta-se que, na fase de coleta de dados, a interação entre os dois métodos é reduzida, mas, na fase de conclusão, eles se complementam (p. 2).

3.2.2 Método: Análise Documental

Godoy (1995, p. 21) lista, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela “abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”. Para ela, os documentos são uma fonte não reativa cujas informações neles contidas permanecem as mesmas por longos períodos. Considerando o que foi dito, vale ressaltar que a pesquisa documental “estuda a realidade presente, e não o passado, como ocorre na pesquisa histórica” (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 67). Para Neves (1996),

A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma nova interpretação ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados (p. 3).

Os documentos que deram subsídios à pesquisa fazem parte do acervo documental oficial do IFB e informações obtidas via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC fornecidas pelo Instituto. O resultado da pesquisa documental serviu como base na fundamentação da pesquisa e elaboração do roteiro do questionário sobre a gestão da pesquisa no IFB.

Destacamos que a pesquisa documental possui entraves apresentados por Godoy (1995) como, por exemplo: distorção dos fatos devido à intenção do autor, registro de relatos verbais sem informações sobre comportamentos não-verbais, por vezes os documentos não constituem amostras representativas do fenômeno em estudo. Entretanto, esses tipos de dificuldades são mais presentes em documentos de caráter pessoal como cartas, revistas, biografias, artigos de jornais, diários, relatos.

Para esta pesquisa, a fonte da argumentação presente no trabalho baseia-se em documentos oficiais do IFB elencados no item 3.1, que são avaliados por órgãos de controle do governo federal como, por exemplo, a Controladoria Geral da União - CGU que analisa os Relatórios de Gestão do Instituto. Consideramos ainda que as informações contidas nesses documentos servem para alimentar plataformas de gestão de planejamento como o Sistema de Seleção Unificada – SISU e estatísticas do Ministério da Educação sobre educação profissional, logo não se questiona a confiabilidade da fonte documental adotada.

Por fim, a aplicação de um questionário, foi-nos importante como fonte complementar, com objetivo de melhor compreender a gestão da pesquisa no IFB, uma vez que não se têm registrado de forma clara, as respostas nos documentos oficiais, para os questionamentos que foram surgindo no percurso de construção da pesquisa. Tal orientação é recomendada por Cervo e Bervian (2002, p. 48) “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja”.

3.2.3 Pesquisa Exploratória

Inferimos de Creswell (2007) que a pesquisa exploratória ocorre quando há pouca coisa escrita sobre determinado tema. O próprio nome já carrega consigo a representação imaginária do esforço do pesquisador na elaboração do seu trabalho. A atitude exploratória de uma pesquisa consiste em uma investigação mais aprofundada do objeto de análise permitindo novas construções.

É uma modalidade de pesquisa que proporciona ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito e/ou permitindo a construção de hipóteses, com objetivo principal de aperfeiçoar ideias propostas inicialmente, bem como oportunizar novas descobertas (GIL, 1999, p.45).

A parte prática da pesquisa que permitiu a extração de dados está apresentada nos procedimentos e técnicas de coleta de dados e conteúdos, a fim de que o leitor perceba a origem e os meios utilizados para obtenção de informações que possibilitaram a construção deste trabalho.

3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS E CONTEÚDOS

3.3.1 Construção do Estado da Arte para a Pesquisa

A construção do estado da arte consiste no levantamento da literatura publicada sobre o tema, essa iniciativa possibilita a localização de entraves técnicos, teóricos, metodológicos sobre um determinado assunto. Segundo Luna (1997) trata-se de uma revisão literária e uma forma de atualização para pesquisadores.

Para encontrarmos a literatura produzida sobre o tema usamos ferramentas de busca em bases de dados científicas, públicas e privadas, consultadas por meio da definição de palavras-chave e autores de referência. Todas as buscas foram realizadas independentemente do período de publicação, mas com especial atenção aos documentos publicados mais recentemente (entre 5 a 10 anos), órgãos oficiais relacionados ao tema da pesquisa, como por exemplo: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Estado do Distrito Federal (SEDF), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), entre outros.

No processo de construção do estado da arte e fundamentação teórica para a pesquisa, realizamos, também, pesquisas em livros, documentos técnicos, relatórios de gestão do IFB, revistas científicas, documentos oficiais, políticas governamentais, legislações, entre outros.

3.3.2 Autorização para realizar a pesquisa

Elaboramos para o responsável pela gestão da pesquisa e inovação do IFB dois instrumentos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³ (Apêndice 01), a fim de que as informações obtidas por meio de questionário (Apêndice 02) pudessem ser utilizadas nesta pesquisa. Ambas as autorizações constam em um único documento, o TCLE.

O objetivo do TCLE é esclarecer e proteger o sujeito da pesquisa, assim como, o próprio pesquisador, que, por esse meio, manifesta seu respeito à ética e à confidencialidade no desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, a identidade do gestor será preservada.

Primeiramente, enviamos *e-mail* à gestão de pesquisa e inovação tecnológica do IFB apresentando o tema, o objetivo e o convite para participar da pesquisa. Depois de receber o aceite, encaminhamos, por *e-mail*, o questionário e o TCLE para ciência do assunto abordado, informações sobre o questionário, riscos e desconforto, confidencialidade, aplicação e uso do conteúdo obtido por meio do questionário.

O responsável pela PRPI enviou por *e-mail* o questionário, integralmente, preenchido, sem ter expressado, nenhuma dúvida, quanto as 17 perguntas feitas.

3.3.3 Coleta de dados e conteúdos

A fase de coleta de dados deve ser planejada, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 45) “há diversas formas de coleta de dados, todas com suas vantagens e desvantagens. Na decisão do uso de uma forma ou de outra o pesquisador levará em conta o que menos desvantagens oferecer, respeitados os objetivos da pesquisa”.

Para este estudo, elegemos a pesquisa documental, em documentos oficiais, como fonte de dados secundários, indispensáveis para abstrair informações originais sobre o tema em questão, especialmente porque, o estado da arte demonstrou a falta de interpretação analítica sobre eles, como já dissemos anteriormente.

³ Em 1996, foi criada a Resolução CNS 196/96, em vigor em todo território nacional, que determinou que toda pesquisa efetuada em seres humanos deve conter, entre outros componentes, um TCLE, que ao ser assinado, autoriza o pesquisador a realizar os procedimentos previstos na metodologia da pesquisa.

3.3.3.1 Pesquisa Documental

Apoiamos a pesquisa documental em documentos produzidos e divulgados pelo IFB. Estão entre os que serviram de sustentação para a construção da argumentação da pesquisa os: Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013, Relatórios de Gestão dos anos de 2009-2012, Estatuto e o Regimento Geral do IFB, informações solicitadas via Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão - SIC à PRPI e outras obtidas no site oficial do IFB.

Tais documentos constituíram-se como fonte secundária de coleta de dados, em virtude da base desta pesquisa ter sido extraída de documentos oficiais do IFB que pouco receberam tratamento analítico. Ressaltamos ainda o emprego da técnica de aplicação de questionário para coleta de informações, que consideramos como fonte primária complementar.

A confiabilidade das fontes consiste no fato de os documentos oficiais do IFB serem construções coletivas (ex: Estatuto, Regimento, PDI, Relatórios de Gestão), avaliadas por órgãos de controle do governo federal (ex: Relatórios de Gestão), e servem ainda como base de coleta de dados para alimentação das estatísticas de órgãos como o Ministério da Educação, neste sentido, a análise que propomos nessa pesquisa está mais próxima de uma realidade concreta.

Entendemos que a estratégia de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados na condução deste estudo possibilitaram abarcar o tema proposto por nós, sem, contudo esgotar novas possibilidades de diálogo e investigação, sendo nosso interesse, chamar a atenção e suscitar um olhar analítico para pesquisas sobre o IFB, capazes de contribuir para o seu desenvolvimento.

3.3.3.2 Análise dos dados

Após colhermos as respostas ao questionário e os dados referentes ao número de grupos de pesquisa, projetos, fomento à pesquisa entre outros, escolhemos apresentá-los por meio de gráficos que expressam os números encontrados nos documentos pesquisados. Nosso intuito foi não só de apresentar os resultados encontrados mas

também analisá-los de maneira a conduzir para uma interpretação fiel acerca da pesquisa existente no IFB.

CAPÍTULO 4

AS INICIATIVAS PARA O ALCANCE DA VALORIZAÇÃO DO IFB NO DISTRITO FEDERAL

Neste capítulo apresentamos a evolução pela qual o IFB passou e os desafios que precisou superar para obter o reconhecimento da sociedade do DF. Com vistas a subsidiar nossa pesquisa, levantamos alguns dados e apresentamos a seguir. Antes, porém, é necessário esclarecermos que o IFB nasce com a visão de “até 2014, ser reconhecido como instituição pública federal de excelência em ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional e tecnológica” (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2009a, p. 10). O IFB se lança a esse desafio para profissionalizar com qualidade a população do DF.

4.1 UMA TAREFA A SER CUMPRIDA: TORNAR-SE CONHECIDO

Por ser uma instituição jovem, sem reconhecimento de nome ou marca, o IFB precisou fazer-se conhecido. Considerando que a Escola Técnica de Brasília mudou de nome várias vezes, conforme foi apresentado no Capítulo 2, não havia uma identidade de educação profissional no DF. Em sua pesquisa, Mendes (2011), apresenta o relato de servidores sobre a mudança ocorrida de Escola Técnica de Brasília para Instituto Federal de Brasília, notamos que a questão da identidade é algo presente.

Servidor D: Veja a confusão com o nome da escola CEP/CAB; o Colégio Agrícola, passou para Unidade Agrotécnica de Planaltina [UAP], passou para UnED Planaltina, agora é *Campus* Planaltina (igual ao da UnB), nós não participamos da escolha do nome, e só víamos as mudanças... isso afeta na nossa participação da escola... na nossa identidade.

Servidor F: Até hoje, se você não disser “eu trabalho no colégio agrícola”, ninguém sabe onde você trabalha. O problema é que nós não participamos dessa história de mudança de nome... não houve um trabalho de apresentação da nova estrutura para a comunidade. (MENDES, 2011, p. 42)

A consolidação da marca IFB era algo necessário para alcançar a população, pois não havia no Distrito Federal uma política de educação profissional atrativa; e sem tradição, foi preciso um trabalho corpo a corpo, entre os servidores do IFB e a

comunidade e, além disso, buscar acesso nas mídias locais para divulgar a marca e os objetivos da instituição para a sociedade. No PDI (2009a) a preocupação em consolidar a marca IFB está registrada no quadro de metas dos objetivos gerais da Pró-Reitoria de Extensão.

Atualmente o IFB conta com 05 veículos de comunicação oficial que foram desenvolvidos nos últimos anos, conforme é apresentado pela Coordenação de Jornalismo⁴, que são: o portal IFB, a intranet, o jornal impresso – “IFB em formação”, boletim interno – “IFB informa” e redes sociais, como o *facebook* e o *twitter*.

A credibilidade alcançada pelo IFB fez com que o número de alunos aumentasse vertiginosamente nos últimos três anos, como veremos a seguir no tópico 4.2, o que importa dizer que a instituição já é notada pela sociedade, seja em razão da alusão feita pela mídia local, pelos veículos oficiais de comunicação, pelo trabalho apresentado à comunidade ou pela presença significativa de suas instalações nas regiões administrativas do DF.

4.2 A REPRESENTATIVIDADE DO IFB PARA O DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal possui um território de 5.801.937km², com população de 2.469.489 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove) habitantes, o que significa dizer que sua densidade populacional é de aproximadamente 425,6 hab./km², segundo informações do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Encontra-se dividido em Regiões Administrativas - RA para fins de descentralização e coordenação de serviços de natureza local, conforme está previsto na Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. Atualmente são 31 RA⁵ criadas pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

⁴ Os veículos oficiais do IFB estão listados no link da Coordenação de Jornalismo no site oficial do IFB.

⁵ São elas: RA I – Brasília, RA II – Gama, RA III – Taguatinga, RA IV – Brazlândia, RA V – Sobradinho, RA VI – Planaltina, RA VII – Paranoá, RA VIII – Núcleo Bandeirante, RA IX – Ceilândia, RA X – Guará, RA XI – Cruzeiro, RA XII – Samambaia, RA XIII – Santa Maria, RA XIV – São Sebastião, RA XV – Recanto das Emas, RA XVI – Lago Sul, RA XVII – Riacho Fundo, RA XVIII – Lago Norte, RA XIX – Candangolândia, RA XX – Águas Claras, RA XXI – Riacho Fundo II, RA XXII – Sudoeste- Octogonal, RA XXIII – Varjão, RA XXIV – Park Way, RA XXV - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, RA XXVI – Sobradinho II, RA XXVII – Jardim Botânico, RA XXVIII – Itapoã, RA XXIX – Setor de Indústria e Abastecimento, RA XXX – Vicente Pires, e a mais nova XXXI - Fercal, por meio da Lei nº 4.745, de 29.01.2012, segundo o Anuário Eletrônico do DF.

O panorama da educação no DF é demonstrado com base em dados do Ministério da Educação - MEC⁶ sobre instituições que ofertam Ensino Superior no DF. Tem-se um quantitativo de 101 credenciadas pelo MEC em 2013, que ofertam 221 cursos de nível superior, entre eles, o de Tecnólogo.

Quanto à oferta da Educação Básica⁷, a Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF referente ao ano de 2012 registra 645 escolas que compõem a rede de ensino distrital mantidas pelo GDF com 12 tipologias diferentes, apresentadas na planilha 01.

Estão inseridas na rede de ensino gratuita do DF mais 12 escolas, sendo 02 distritais vinculadas a outros órgãos, são elas: a Escola Técnica de Saúde de Brasília e o Colégio Militar D. Pedro II e 10 federais: o Colégio Militar de Brasília, 08 campi do Instituto Federal de Brasília - IFB e a Creche da Associação das Pioneiras Sociais, totalizando 657 instituições públicas de ensino, distribuídas em 31 Regiões Administrativas, conforme planilha 01, disponibilizada pela Secretaria de Educação, apresentada a seguir.

Planilha 01 - Instituições Educacionais por Tipologia e Região Administrativa do DF - 2012⁸

RA	CAIC	Jardim de Infância JI	C. Educ. Infantil CEI	Escola Classe EC	C. Ensino Fundamental CEF	C. Ensino Médio CEM	Centro Educacional CED	C. Educ. Jov. Adultos CEJA	C. Ensino Especial CEE	CIL	Escola Parque EP	Outro Tipo	C. Educ. Profissional CEP	TOTAL
Brasília	-	15	1	31	16	5	1	1	3	2	5	4 ^(*)	1	85
Gama	1	4	1	19	14	4	3	-	1	1	-	-	-	48
Taquatinga	-	-	4	28	13	4	5	-	1	1	-	-	-	56
Brazlândia	1	-	1	14	7	1	2	-	1	1	-	-	-	28
Sobradinho	-	-	4	14	5	1	2	-	1	1	-	-	-	28
Planaltina	1	1	-	35	15	2	8	-	1	-	-	-	1	64
Paranóá	1	-	1	17	4	1	2	-	-	-	-	-	-	26
Núcleo Bandeirante	-	-	1	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	8
Ceilândia	2	-	-	56	23	6	4	-	2	1	-	-	1	94
Guará	-	1	-	7	6	-	4	-	1	1	-	-	-	20
Cruzeiro	-	-	1	3	2	-	2	-	-	-	-	-	-	8
Sambamba	2	-	1	22	11	2	1	-	1	-	-	-	-	40
Santa Maria	2	1	2	7	10	2	2	-	1	-	-	-	-	27
São Sebastião	1	-	1	12	6	1	1	-	-	-	-	-	-	22
Recanto das Emas	-	1	2	5	14	2	1	-	-	-	-	-	-	25
Lago Sul	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	4
Riacho Fundo	-	-	-	4	3	1	-	-	-	-	-	-	-	8
Lago Norte	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	4
Candangolândia	-	-	1	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	5
Águas Claras	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Riacho Fundo II	-	1	1	3	3	-	1	-	-	-	-	-	-	9
Sudoeste/Octogonal	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Varjão	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Park Way	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SCIA	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Sobradinho II	1	-	1	3	3	-	1	-	-	-	-	-	-	8
Jardim Botânico	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Itapoá	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
S I A	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Vicente Pires	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Fercal	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Subtotal	14	26	23	306	164	34	43	1	13	8	5	4	4	645
(*) Vinculadas à outras Secretarias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
(**) Inst. Educ. Públ Federais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	10
(***) Não vinc. à SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	14	26	23	306	164	34	43	1	13	8	5	16	4	657

FONTE: CENSO ESCOLAR

(*) Escola Técnica de Saúde de Brasília (vinculada à Secretaria de Saúde).

(**) Colégio Militar de Brasília (vinculado ao Ministério da Educação), Creche da Associação das Pioneiras Sociais (vinc. à Associação das Pioneiras Sociais), e Institutos Federais de Brasília - Campi de: Planaltina, Brasília, Taquatinga, Sambamba, Gama, Riacho Fundo, São Sebastião e Taquatinga Centro (vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC).

(***) Colégio Militar Dom Pedro II.

(1) PROEBM - Escola do Parque da Cidade, Escola Menino e Menina do Parque, CIEF - Centro Integrado de Educação Física e Escola da Natureza.

Nota: a) Incluídas as Instituições Educacionais vinculadas à SUBEB - CEP - Escola de Música de Brasília na RA Brasília, CEP de Saúde de Planaltina na RA Planaltina, CEP Ceilândia na RA Ceilândia e CEP - Esc. Tec. de Brasília na RA Águas Claras.

b) A Instituição CEM Integrado à Educação Profissional do Gama foi incluída na coluna do Centro de Ensino Médio.

⁶ Dados extraídos do site oficial do MEC.

⁷ Segundo o art. 4º, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação Básica engloba a educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio.

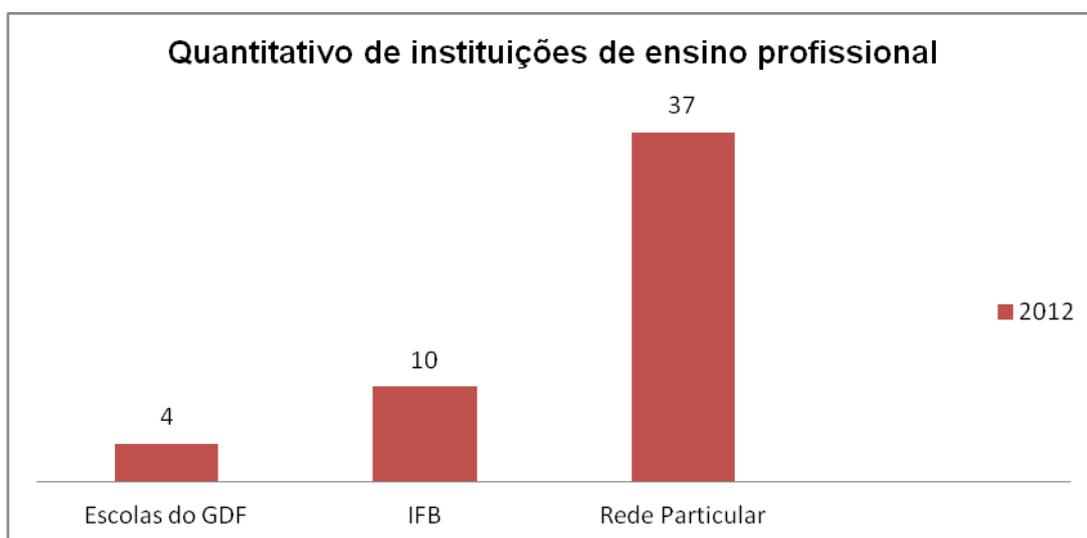
⁸ Disponibilizada <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/censo/2012/inst_educac/publica/1213_i_e_tipologia_ra_pub.pdf> site oficial da SEDF

Fazem parte desse quantitativo: 04 Escolas de Educação Profissional - EP que representam a Rede de Ensino Profissional do GDF: Centro de Educação Profissional de Ceilândia, Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Brasília - ETB, Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina e o Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília.

Para esse mesmo período, a Rede Particular de Ensino contou com 456 escolas, apresentadas na Relação de Instituições Credenciadas no Distrito Federal, sendo que dessas, 37 são de educação profissional, presentes em Brasília (13), Gama (02), Taguatinga (11), Sobradinho I (01), Paranoá (01), Ceilândia (04), Samambaia (01), Santa Maria (2), Lago Norte (1), Águas Claras (1), informação disponível na SEDF⁹.

A Educação Profissional do DF em 2012 contou com 51 instituições de ensino, sendo 14 públicas e 37 particulares, acompanhe o gráfico 01, que revela a atuação distrital, federal e privada em qualificação profissional.

Gráfico 01 – Representação da Rede de Instituições de Ensino Profissional no DF



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da SEDF

As instituições públicas estão divididas 04 escolas distritais localizadas em Brasília, Ceilândia, Águas Claras e Planaltina e uma federal representada pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB que possuía, em 2012, 10

⁹ A Rede de Ensino particular do DF está disponível em www.cre.se.df.gov.br/ascom/doxumentos/linkpag/esc_part_credenciadas_fev14.pdf, acessado em 15 de janeiro de 2014.

campi presentes em Planaltina, Brasília, Gama, Taguatinga, Taguatinga Centro, Samambaia, Riacho Fundo, São Sebastião, Estrutural e Ceilândia; nota-se que a educação profissional no DF está presente em 13 das 31 RA somando-se ainda a invasão conhecida como Cidade Estrutural, ocupada por uma população carente, na qual atua o IFB com o *Campus* Estrutural.

Os cursos de educação profissionais gratuitos disponibilizados pelo GDF atendem a uma pequena parcela do universo produtivo devido à baixa diversidade de cursos técnicos exigidos pelo mercado de trabalho. O levantamento¹⁰ feito sobre os cursos oferecidos nos Centros de Educação Profissionais do DF constatou que em 2013 foram ofertados os seguintes cursos técnicos: Técnico em Administração e Técnico em Informática nas modalidades presencial e a distância, este integrado ao programa de educação de jovens e adultos - PROEJA, na unidade de Ceilândia; cursos técnicos nas áreas Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Telecomunicações, na unidade ETB; Cursos de musicalização infantil, iniciação ao instrumento e os básicos instrumentais para as áreas de cordas friccionadas, cordas dedilhadas, sopro, música popular e música antiga na Escola de Música de Brasília. Na unidade de Planaltina, os cursos técnicos em Enfermagem, técnico em Nutrição e Dietética, técnico em Saúde Bucal e, técnico em Análises Clínicas.

Segundo dados da própria SEDF, a rede de ensino distrital obteve, no ano de 2012, um número expressivo de alunos matriculados, vide Anexo B - Censo Escolar do DF / 2012, somando várias modalidades de ensino, perfazendo um total de 486.429 alunos. Destes, 4.064 correspondem a alunos da educação profissional. O quantitativo geral de alunos referente ao ano de 2013 caiu para 471.724 alunos, sendo 4.144 matriculados em educação profissional oferecida pelo GDF, conforme Anexo C – Censo Escolar do DF/2013.

Tendo em vista os dados apresentados pela SEDF, faz-se necessária uma análise comparativa da atuação Distrital e Federal em termos de educação profissional no Distrito Federal. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB é uma instituição de educação profissional pública, que prima pelo ensino apoiado na pesquisa e extensão.

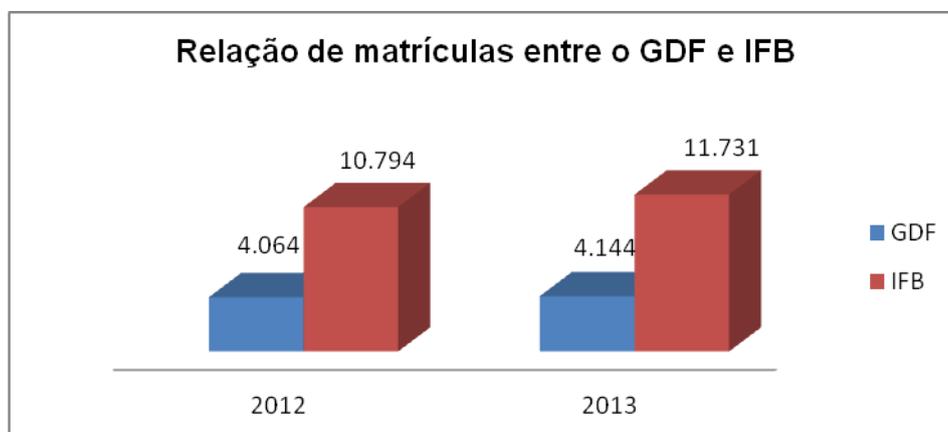
¹⁰ O referido levantamento foi realizado no site oficial do SEDF que apresentava o link de acesso aos respectivos Centros de Educação Profissionais do DF.

Há seis anos, atua no Distrito Federal - DF com o objetivo de servir educação profissional de excelência, a fim de ser reconhecido como instituição pública federal de qualidade. Considerando isso, esta pesquisa buscou perceber a importância do Instituto para a comunidade, uma vez que a oferta de educação profissional no DF encontrava-se limitada, devido ao número reduzido de vagas e cursos oferecidos, e sem a atuação do governo federal, até então.

Ao compararmos o número de matrículas entre as duas redes a discrepância se mostra alarmante. Infere-se que o GDF pouco investiu na qualificação profissional do Distrito Federal, não realizou ampliação do seu número de escolas na última década, mantendo apenas 04, sendo a Escola de Música de Brasília (1964) a mais antiga e o Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Brasília (1996) o mais recente.

As demandas existem, a prova disso reflete no número de matriculados no IFB nos dois últimos anos, acompanhe o gráfico 02. Gostaríamos de apresentar a projeção de matrículas nos últimos 06 anos, porém os dados não estavam acessíveis na base da SEDF.

Gráfico 02 – Matrículas da rede pública de ensino profissional – 2012/2013



Fonte: Secretaria de Educação do DF e IFB

O gráfico acima demonstra a expressividade da atuação do IFB no DF, entretanto para melhor compreender a sua contribuição para a sociedade, faz-se necessário acompanhar a sua iniciativa a partir da sua federalização. Os primeiros alunos do IFB advêm da Unidade de Planaltina da Escola Técnica de Brasília. Mendes (2011) apresenta os cursos que foram oferecidos aos alunos em novembro, após a federalização ocorrida em outubro de 2007, por meio do edital nº 1/2007.

Em novembro de 2007, a agora denominada Unidade de Planaltina, da Escola Técnica Federal de Brasília – ETF/BsB, divulga o Edital nº 1/2007 oferecendo os cursos técnicos em Agropecuária (integrado e subsequente), Agroindústria (integrado e subsequente) e Guia de Turismo (subsequente). Os cursos integrados são aqueles oferecidos aos alunos que concluíram o ensino fundamental e desejam fazer o ensino médio e o curso técnico ao mesmo tempo; têm duração de três anos e aulas diárias nos períodos matutino e vespertino. Os cursos subsequentes são oferecidos aos alunos que já concluíram o ensino médio; são ofertados em um turno (ou matutino ou vespertino) e têm duração de um ano e meio (MENDES, 2011, p. 14-15).

O trabalho realizado pelo IFB pode ser acompanhado por meio dos dados extraídos dos Relatórios de Gestão da instituição referentes aos anos de 2009 a 2012. Tais relatórios apresentam a consolidação e expansão do Instituto sobre o DF. A explanação feita aqui, se remete a esses documentos oficiais internos que são auditados pela Controladoria Geral da União – CGU e servem como fonte estatística para base de dados do MEC.

Como fruto das ações realizadas no final de 2007, os resultados obtidos no ano de 2008, foram a oferta de 440 vagas, com 466 alunos matriculados, 297 ingressantes. Em 2009 no comparativo dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão dos anos de 2010, 2011 e 2012 apontam a disponibilidade de 440 vagas, 619 alunos matriculados, 412 ingressantes. Nos dois anos apresentados, esse quantitativo se referia apenas a uma unidade em funcionamento, o *Campus* Planaltina.

Em 2010 foram criados mais 04 novos *campi*: Brasília, Taguatinga, Gama e Samambaia, além de Planaltina, totalizando 05 *campi* em funcionamento. O aumento do número de *campi* favoreceu a elevação da oferta do número de vagas e a abertura de novos cursos técnicos. A oferta em 2010 saltou para 3.102 vagas, com 2.783 matriculados.

Segundo o Relatório de Gestão 2010 os cursos oferecidos eram técnicos, licenciatura e duas turmas de Especialização em Educação Profissional. Abaixo são apresentadas as áreas dos cursos oferecidos.

O *Campus* Brasília ofereceu oito cursos, nas áreas de gestão, hospitalidade e lazer e educação/humanidades; o *Campus* Gama cinco, nas áreas de logística, comércio e idiomas; o *Campus* Planaltina dois, ambos de idiomas; o *Campus* Samambaia seis, nas áreas de meio ambiente, gestão, móveis, informática e idiomas; e o *Campus* Taguatinga dezesseis, nas áreas de gestão, moda, informática e

idiomas. Quanto aos cursos técnicos subsequentes dos quatro novos *campi*, eles compõem a totalidade de ingressos, exceto no *Campus* Brasília, que também teve ingressos na especialização *lato sensu* e na Licenciatura em Dança. (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2011, p. 118-119)

Em 2011, o IFB expandiu-se mais, desta vez com a inserção de mais três novos *campi*, são eles: São Sebastião, Riacho Fundo e Taguatinga Centro, totalizando 08 em atividades. Foram ofertadas 3.322 vagas para 18 cursos FIC, 09 cursos técnicos e 02 cursos superiores. Essa oferta refletiu em 2.774 novos alunos, perfazendo um total de 3.888 matriculados e 992 concluintes.

Em 2012, o IFB expandiu-se mais um pouco, passando a contar com mais dois *campi*, a saber: Estrutural e Ceilândia. O *Campus* Ceilândia não aparece nas estatísticas. Apesar de ambos, no referido ano, estarem em implantação, às atividades de ensino, ao que tudo indica, se desenvolveram apenas no *Campus* Estrutural, ou então, não havia por parte do campus Ceilândia dados compilados para serem apresentados no período da escrita do relatório.

Segundo o Relatório, foram oferecidas 7.417 vagas, para 23 cursos técnicos, 03 cursos superiores, 01 curso de pós-graduação e 55 cursos de FIC. A oferta contabilizou 10.794 alunos matriculados, com 7.671 novos alunos.

Em relação ao ano de 2013, foram oferecidas 6.326 vagas, com 11.731 matriculados para 58.658 inscritos. As informações referentes ao ano de 2013 foram obtidas via Coordenação de Seleção e Ingresso no que se refere ao número de vagas e inscritos; quanto ao número de matriculados, por meio de solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, uma vez que a versão oficial do Relatório de Gestão 2013 não foi publicada ainda.

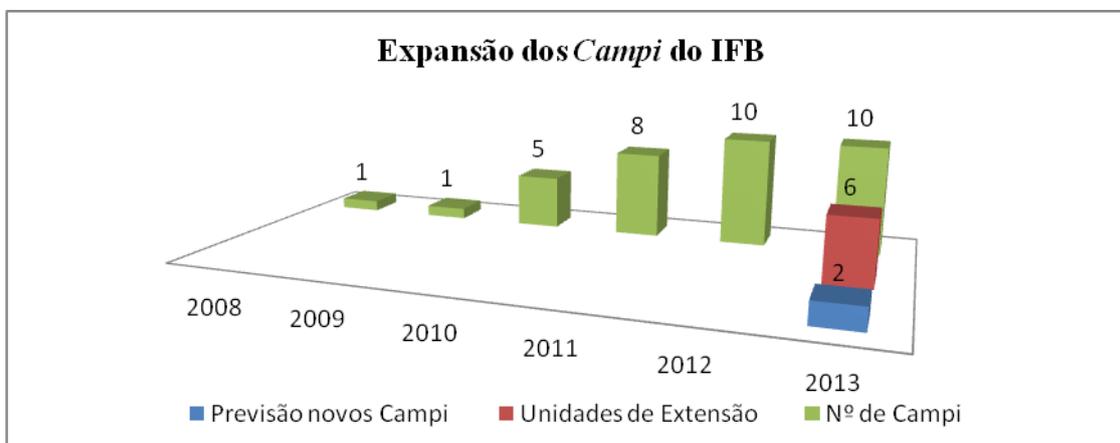
No referido ano, o IFB contou com os seguintes *campi* em funcionamento: Planaltina, Brasília, Gama, Samambaia, Taguatinga, Taguatinga Centro, Riacho Fundo, São Sebastião, Estrutural e Ceilândia. Estão em fase de articulação e implantação os *campi* Cidade Digital e Brazlândia.

Ainda em 2013, foram criadas as Unidades de Extensão, que funcionam sob a tutela de um *campus*, e ofertam cursos FIC e /ou EaD, entre outros. São elas:

- PAD-DF - Unidade de Extensão do *Campus* Planaltina, que oferece cursos de auxiliar administrativo e operador de máquinas e implementos agrícolas.
- Buriti Vermelho - Unidade de Extensão do *Campus* Planaltina, que oferece cursos de programador WEB, operador de computador e operador de máquinas e implementos.
- Sobradinho - Unidade de Extensão do *Campus* Planaltina, que oferece cursos de inglês aplicado a serviços turísticos, espanhol aplicado a serviços turísticos despachante de ônibus rodoviário, cobrador de ônibus e jardinagem.
- Itapuã - Unidade de Extensão do *Campus* Taguatinga Centro, que oferece educação à distância para os cursos de técnico em serviços públicos, meio ambiente, segurança do trabalho, administração e logística.
- Recanto das Emas - Unidade de Extensão do *Campus* Taguatinga Centro, que oferece educação à distância para os cursos de técnico em serviços públicos, meio ambiente, segurança do trabalho, administração e logística.
- Candangolândia - Unidade de Extensão do *Campus* Riacho Fundo, que oferece os cursos inglês aplicado a serviços turísticos, espanhol aplicado a serviços turísticos, operador de computador e técnico em recursos humanos.

Baseado nos dados apresentados é possível construir a projeção da expansão do IFB, conforme apresentado no gráfico 03, abaixo.

Gráfico 03 – Expansão da atuação do IFB



Fonte: Relatórios de Gestão 2009 - 2012 e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

A análise dos gráficos apresentados revela que o IFB em 03 anos dobrou o número de *Campi* e que em menos de uma década já superou em quantidade o número de escolas, matrículas e vagas destinadas à EPT em relação à Rede de Educação Profissional do DF. O gráfico 04 traz a evolução da oferta do número de vagas.

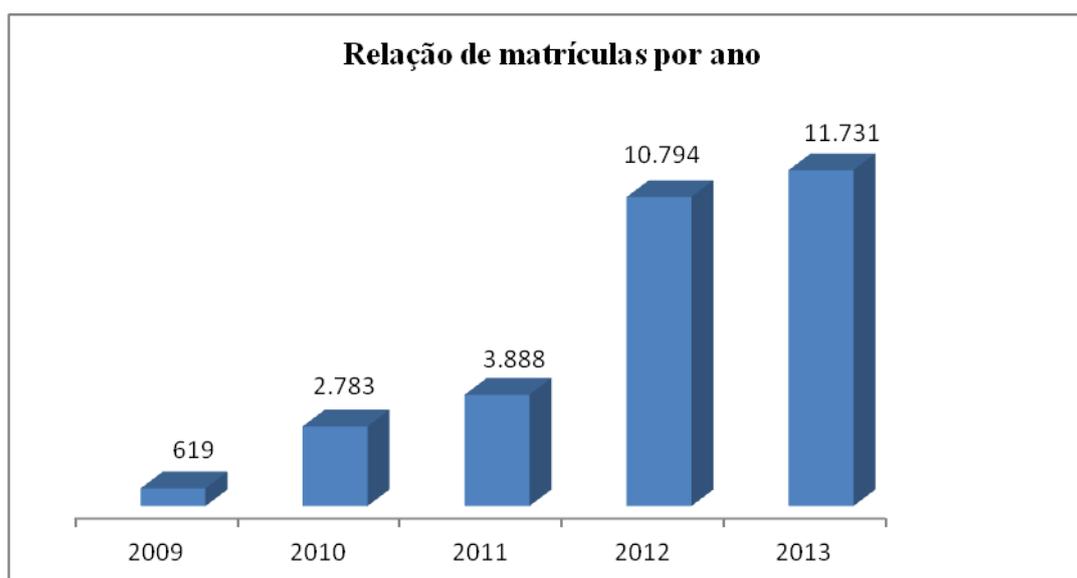
Gráfico 04 – Evolução do número de vagas oferecidas 2009 – 2013



Fonte: Relatórios de Gestão 2009 - 2012 e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Com base na análise do gráfico 04 percebemos uma queda correspondente a 1091 (mil e noventa e uma) vagas em 2013, se comparado com ano de 2012. Considerando que este evento ocorreu no ano passado e que o Relatório de Gestão de 2013 ainda não está disponível, não é possível apresentar as razões que ocasionaram tal baixa, pois não há explicação oficial disponível.

Entretanto, não se pode negar a expressividade dos números diante de uma demanda cada vez mais crescente, destaca-se que em 2013 o número de pessoas em busca de qualificação profissional no IFB foi de 58.658 inscritas para a seleção de vagas. Os números de matrículas aumentam consideravelmente, acompanhando o ritmo de unidades implantadas, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas por ano

Fonte: Relatórios de Gestão 2009 - 2012 e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

Diante das considerações feitas, torna-se evidente que a Rede de Ensino Profissional no DF recebeu um forte aliado, o IFB. O Instituto apresenta à comunidade do DF uma proposta mais ousada de Educação Profissional, primeiro pela diversidade e quantidade dos cursos disponíveis¹¹; segundo pela extensão de sua área de atuação; e terceiro pela localização estratégica de suas unidades, conhecidas no singular por *campus* e no plural como *campi*, que estão presentes, inclusive em áreas carentes, conforme já apresentado anteriormente.

A sua política de criação incumbe-o do seu papel social voltado não só para a qualificação, mas também para a inclusão dos menos favorecidos, promoção do desenvolvimento do país através do progresso da pesquisa em articulação com os arranjos produtivos locais, verticalização do ensino e, principalmente, para a formação emancipatória de seus alunos para o exercício da cidadania.

4.3 OS RECURSOS HUMANOS QUE FAZEM O IFB CRESCER

O desenvolvimento do IFB está associado ao seu quadro de servidores que em outubro de 2013¹², contabilizou 705 servidores, sendo 332 docentes efetivos, 45 docentes temporários, 8 docentes substitutos e 320 técnicos de todos os níveis. Deste

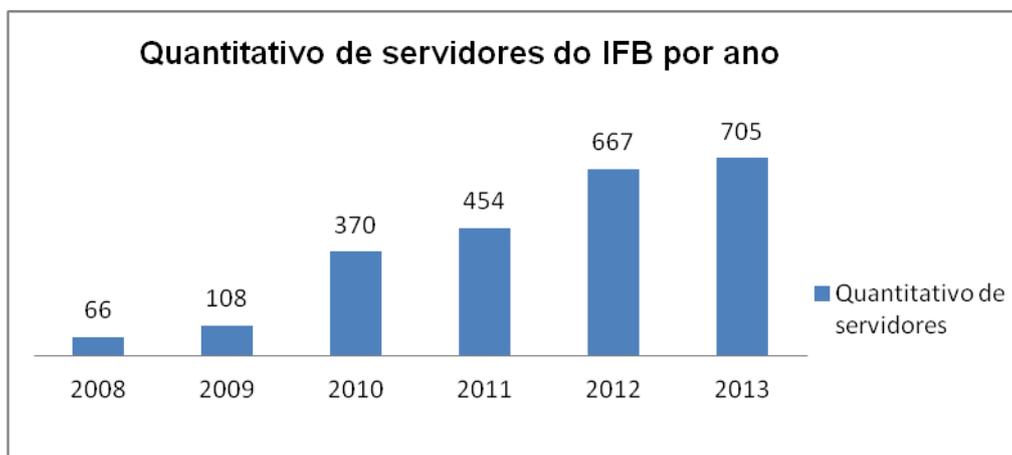
¹¹ Os cursos oferecidos pelo IFB podem ser consultados por *Campus* em seu site oficial – www.ifb.edu.br

¹² O quantitativo de servidores foi fornecido pela Direção Geral de Gestão de Pessoas – DRGP.

total, 652 são servidores efetivos de carreira. Vale ressaltar que não estão incluídos neste quantitativo os servidores afastados, cedidos ou requisitados para outros órgãos, logo, esse número pode ser um pouco superior.

O crescimento do IFB em relação ao número de servidores entre os anos de 2008-2013 está representado abaixo, por meio do gráfico 6. Devido à dificuldade de acesso as informações por parte dos Campi, não será possível apresentar o quantitativo de servidores no período acima por *Campi*.

Gráfico 6 – Quantitativo de servidores do IFB



Fonte: Relatórios de Gestão 2009-2012 e Direção de Gestão de Pessoas - DRGP

Atualmente, o IFB apresenta uma situação de maior equilíbrio em relação ao número de servidores no período de 2008 a 2011. A carência de servidores, a falta de experiência no serviço público dos recém concursados e o elevado número de pedidos de vacância do cargo, devido à baixa remuneração dos Institutos Federais, foram pontuados como justificativas para as dificuldades no cumprimento de algumas metas nos Relatórios de Gestão de 2009, 2010 e 2011, contudo a instituição recebeu outros servidores por meio de redistribuição e cessão, conforme destacado abaixo:

Cabe destacar a enorme dificuldade que esta instituição enfrentou, fundamentalmente em função da pouca experiência de boa parte dos profissionais que nela atuam principalmente os novos servidores, na sua grande maioria sem qualquer atuação anterior no serviço público federal (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2010, p. 9).

Os recursos humanos do IFB estão em ampliação a todo o momento, recebendo redistribuição de servidores experientes da rede ou numa das cinco oportunidades de nomeação, desde abril de 2008, fazem com que se esteja sempre redimensionando os ambientes e as ações para capacitação e treinamento administrativo. [...] Apesar de não se

possuir recursos humanos necessários há todos os processos, todas as atividades estão sendo desenvolvidas. Como não possui controle sobre a política remuneratória dos servidores, o descontentamento financeiro é facilmente percebido quando se tem com muita frequência a saída de servidores recém-contratados que deixam o IFB por terem sido aprovados em outros concursos públicos (*op. cit*, p. 16).

Devido ao reduzido número de servidores a meta não havia sido prevista, no entanto, algumas ações foram iniciadas (*op. cit*, 2011, p. 51).

Outro aspecto relevante se refere à qualificação dos servidores do IFB. A titulação dos docentes efetivos de carreira é apresentada nos Relatórios de Gestão do Instituto. A planilha 02, abaixo, demonstra o aumento da titulação dos docentes por campi ao longo dos anos de 2010 a 2012, construída com base na compilação dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão dos referidos anos.

Planilha 02 – Evolução da titulação docente por campus nos anos de 2010 a 2012.

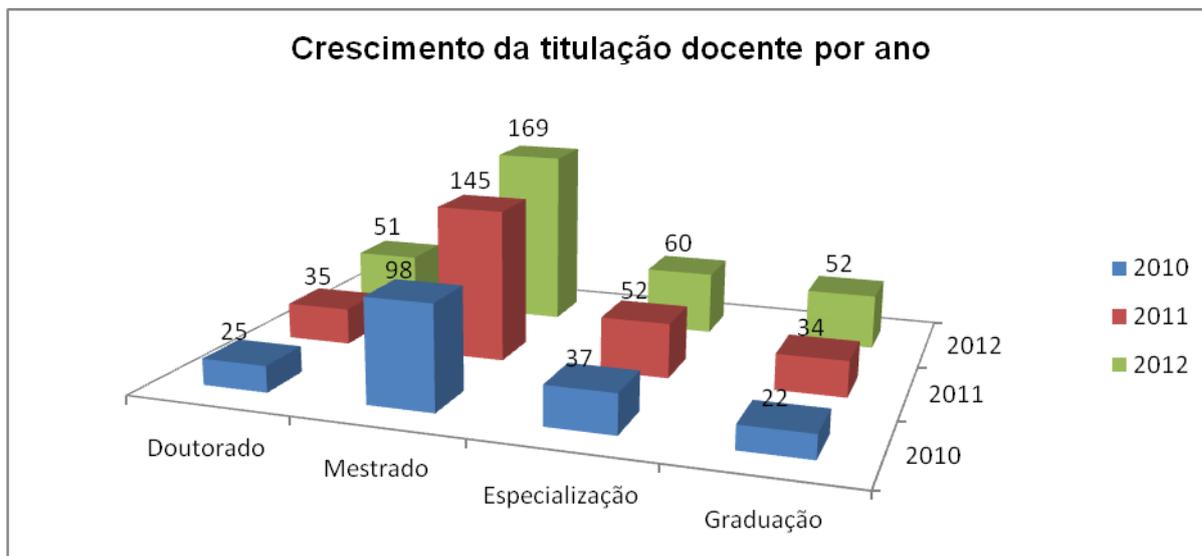
CAMPUS	DOUTORADO			MESTRADO			ESPECIALIZAÇÃO			GRADUAÇÃO			TOTAL DE DOCENTES		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CBRA	8	7	15	18	30	27	9	17	16	3	10	3	38	64	61
CEST	-	-	0	-	-	2	-	-	1	-	-	5	-	-	8
CGAM	4	5	9	6	12	21	5	5	14	4	3	7	19	26	51
CPLA	7	12	10	33	40	40	10	8	6	7	1	1	57	61	57
CSAM	3	5	7	19	29	32	2	4	6	5	6	8	29	44	53
CTAG	2	3	5	17	14	20	6	6	8	2	2	10	27	25	43
CTAC	-	3	4	-	4	7	-	6	5	-	2	5	-	15	21
CGRAF	-	0	1	-	4	6	-	1	2	-	5	6	-	10	15
CSSB	-	-	0	-	12	14	-	5	2	-	5	7	-	22	23
REITORIA	1	NI*	NI	5	NI	NI	5	NI	NI	1	NI	NI	12	NI	NI
IFB	25	35	51	98	145	169	37	52	60	22	34	52	183*	266*	332*

* Refere-se a 1 docente afastado para aperfeiçoamento.

Fonte: Relatório de Gestão 2012.

Acompanhe por meio do gráfico 7 a projeção do crescimento da titulação docente a partir das colunas que permitem que se observe um crescimento anual, no geral, com valores ainda tímidos, porém nesses últimos 03 anos o IFB progrediu significativamente em relação à titulação dos seus docentes, pois nesse período o número de doutores mais que dobrou. Tivemos um aumento em 101 servidores com a titulação de mestres e de 23 especialistas e 30 graduados.

Gráfico 7 – Titulação docente/ano 2010-2012

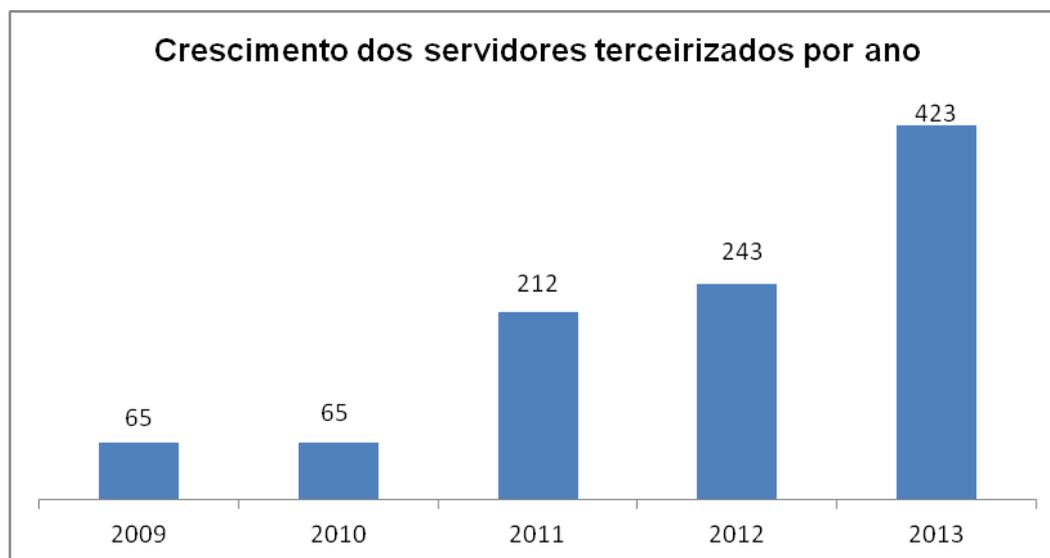


Fonte: Relatório de Gestão 2012.

Sabe-se, no entanto, que parte do progresso alcançado tem relação direta com a entrada de novos docentes por meio de concurso público, o que, entretanto não desmerece o progresso, pois a instituição caminha para a constituição de um corpo docente preparado enquanto formação acadêmica. Posteriormente, quando apresentarmos o desenvolvimento da pesquisa no IFB, analisaremos a titulação docente por outras perspectivas.

Lamenta-se, no entanto, que a preocupação no levantamento da titulação dos servidores tenha sido apenas com os docentes, pois, os dados sobre a formação dos técnicos, não foram encontrados em nenhum dos 04 relatórios pesquisados. Entende-se que essa falta de registro compromete a capacitação e qualificação dos servidores técnicos, bem como a previsão de recursos para este fim.

Entendendo que os servidores terceirizados também contribuem para o crescimento do IFB, é com base nas informações extraídas dos controles de contratos fornecidas pela Coordenação Geral de Serviços e Manutenção - CGSM, que foi realizado o levantamento quantitativo dos prestadores de serviços terceirizados que somam em 2013, 423 servidores, em vagas de vigilância, copeira, auxiliar de limpeza, manutenção, jardinagem, recepção, secretariado-executivo, motorista, entre outros que são peculiares ao *Campus Planaltina*. O fluxo de terceirizados a partir de 2009 pode ser observado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Evolução do quantitativo de servidores terceirizados/ano

Fonte: Coordenação Geral de Serviços e Manutenção - CGSM

São ao todo 1.128 servidores, entre efetivos de carreira, temporários, substitutos e terceirizados que estão diretamente envolvidos no crescimento e no sucesso do IFB. O grau de comprometimento desses profissionais traduz-se nos avanços que a instituição tem apresentado.

CAPÍTULO 5

VALORIZAÇÃO DA PESQUISA NA EPT PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO INDIVÍDUO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo, faremos uma breve análise da nova demanda do mercado de trabalho no processo de formação de trabalhadores, ressaltando que as novas exigências remetem para apreensão de processos de pesquisa em busca da autonomia de pensamento do indivíduo enquanto ser transformador de sua história. Comungado a esse ponto, teceremos algumas reflexões acerca do conhecimento científico e do conhecimento tecnológico, o que nos leva ao objeto de nossos estudos, a pesquisa no IFB.

5.1 AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO GLOBALIZADO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O mundo globalizado trouxe mudanças de várias ordens para a sociedade pós-moderna, inclusive na relação educação x trabalho. As novas exigências do setor produtivo foram pesquisadas por Carvalho (2008), de forma mais aprofundada, em Portugal, Austrália, Coréia do Sul e Canadá, com base nas reformas educativas desses países.

Para ela, a tendência da formação profissional do presente recebe influência direta de organismos internacionais que ditam as demandas do mercado. Tais instituições são: Unesco, Banco Mundial, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE, entre outros, que por terem uma expressão mundial conseguem impor uma uniformização à proposta de reforma da educação profissional.

Carvalho (2008), em seu trabalho *Tendências da relação trabalho/educação no contexto da globalização*, apresenta elementos comuns, presentes na reforma educacional dos países em questão, referentes à educação profissional, dos quais se

considerou importante destacar, para esta pesquisa, os elencados abaixo, agregando interpretação à análise de Carvalho:

- Flexibilidade curricular, cursos realizados por módulos, criação de parâmetros nacionais de competência, reconhecimento e certificação de saberes adquiridos com a experiência laboral.
- Busca por modelos bem-sucedidos de formação profissional, visando adequação a sua realidade.
- Expansão e diversificação da oferta de formação profissional em nível mundial.
- Valorização do nível médio e verticalização do ensino.
- Educação profissional integrada ao ensino propedêutico e articulada ao setor empresarial, em outras palavras a indissociabilidade entre teoria e prática.
- Mudança na concepção do processo ensino-aprendizagem, este foi de todos os elementos citados, o mais marcante, visto que por meio dele a ambição do modelo torna o indivíduo um ser ativo, sujeito da sua história e no controle de suas ações.

Ao que parecem, esses não são elementos contidos, apenas, na reforma EPT desses países, mas do Brasil também. A Lei de Criação dos Institutos Federais e outras que se remetem ao tema no país estão impregnadas dessa perspectiva que talvez possamos generalizar e chamar de mundial. As novas demandas do mercado de trabalho superaram o modelo taylorista/fordista, no qual o trabalhador dominava apenas parte e perdia a compreensão do todo no processo produtivo, erigindo um modelo de trabalhador mais ativo, com bagagem teórica e prática.

A pesquisa realizada por Kuenzer (2003) com 148 operadores da Refinaria Presidente Getúlio Vargas/Repar revela que “as demandas do mundo do trabalho passam a integrar conhecimento científico e conhecimento tácito a partir da mediação da base microeletrônica” (p.16).

Ela mesma explica o que isso significa quando afirma que as competências a serem desenvolvidas pelos operadores estão cada vez mais complexas e exigem a apreensão e domínio dos processos de produção, não mais em parte, o que aumenta a sua responsabilidade no processo produtivo. Ressalta-se que quanto mais sofisticadas forem as ferramentas técnicas, maior será a importância da relação teoria e prática no processo de qualificação dos trabalhadores.

Isto porque a atuação do operador se restringe, cada vez mais, a dominar eventos, ou seja, aquilo que ocorre de maneira parcialmente imprevista, que perturba a normalidade e que não pode ser autorregulado pela máquina, exigindo intervenção humana. Assim é que as competências mais complexas que caracterizam um bom operador na Repar, segundo os entrevistados, dizem respeito à capacidade para diagnosticar problemas e atuar com confiabilidade e segurança em situações não previstas; ou seja, pressentir e enfrentar eventos. [...] A nova base microeletrônica muda, portanto, o eixo da relação entre homem e conhecimento, que agora passa a se dar também com os processos, e não mais só com os produtos. Desta forma, a substituição da rigidez pela flexibilidade significa que, pelo domínio dos processos, as possibilidades de uso das tecnologias, não mais se limitam pela ciência materializada no produto, mas dependem do conhecimento presente no produtor ou usuário (KUENZER, 2003, p. 19).

O perfil apresentado acima remete a um indivíduo ativo, que articula o conhecimento teórico adquirido com a prática obtida em sua vivência laboral. Por isso, quando o novo modelo vigente de formação profissional direciona para uma mudança na concepção do processo ensino-aprendizagem, veremos que no Brasil a orientação legal a esse processo está embasada no conceito da aprendizagem significativa, a partir da realidade do indivíduo, na perspectiva de torná-lo um ser investigativo capaz de perceber as teias de relações que são construídas em sociedade e a partir delas, buscar compreender seu papel de agente formador de opinião e transformador do seu meio, conforme já foi dito antes.

Para Brasil (2010b) esta proposição dá o tom para a superação de dicotomias entre ciência/tecnologia, entre teoria/prática e outras, no contexto da prática de ensino articulada à inserção científica do indivíduo. Isso significa lidar com a tecnociência, em acelerada superação e trazer para o contexto do processo de construção do conhecimento a necessidade de, definitivamente, instalar a pesquisa como princípio educativo.

Ressalta-se que nas Concepções e Diretrizes da EPT (2010b) a pesquisa desempenha o papel de potencializadora de uma educação que permite ao indivíduo o desenvolvimento da capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa. Extrair e problematizar o que ele já conhece, investigar o que não conhece para poder compreender e influenciar de forma a tornar-se um profissional reconhecidamente atuante em favor da comunidade em que vive.

Dowbor (1998) destaca que o mundo globalizado trouxe, entre outras coisas, a redução da distância, ou seja, estamos mais próximos do outro lado do mundo, devido aos avanços dos serviços de telecomunicações e transporte, mesmo que milhões de quilômetros nos afastem fisicamente. Outro ponto interessante é a perda da governabilidade. “A urbanização deslocou o espaço da gestão do nosso cotidiano para esfera local” (p.15). Por isso, para ele não devemos esperar tanto do Estado, pois as iniciativas devem surgir com o fim da nossa passividade diante das circunstâncias que nos afetam diretamente.

Enfim, num mundo globalizado, em que tudo está interconectado, não há razão para que o essencial dos problemas do nosso cotidiano, a escola, a saúde, a pequena produção etc, não sejam regulados diretamente pelos interessados, a população, através das instâncias locais. Assim é o conjunto do espaço de regulação que está sendo reordenado, exigindo uma revisão em profundidade da articulação dos diversos níveis (DOWBOR, 1998, p.12).

Inferimos que a interiorização dos Institutos Federais seja uma boa estratégia para promover a autonomia de uma pequena cidade nos enfrentamentos das suas dificuldades e auxiliar o desenvolvimento do arranjo produtivo local, até porque essas instituições já trazem consigo a missão de serem centros de excelência em ensino, pesquisa e extensão.

Carvalho (2008) acredita que a educação profissional possa promover o progresso econômico e o desenvolvimento social. Sendo uma estratégia importante para o Estado e aliada das empresas na busca pela inovação tecnológica, porém alerta para o fato de que “não se pode esquecer que, para além da produtividade que a qualificação certamente gera, é necessário associar a essas estratégias de modernização políticas de reforma social, pautadas por ideais de inclusão e de solidariedade” (p.151).

Uma das estratégias idealizadas pelo governo apoia o desenvolvimento da pesquisa nos Institutos Federais de caráter tecnológico; também chamada de prática ou aplicada, voltada para atender as demandas dos arranjos produtivos locais. Para melhor compreensão, faz-se necessário definirmos o que é pesquisa e ainda, estabelecermos a diferença entre o conhecimento científico e o conhecimento aplicado para, posteriormente, chegarmos aos nossos dados acerca da pesquisa que ocorre no IFB.

5.2 O QUE É PESQUISA

A pesquisa é algo que surge motivada por um questionamento. Sem uma pergunta, não há dúvida para a qual buscamos resposta. Pesquisar, portanto, é “um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2007, p. 17).

Essa desmistificação da pesquisa não pretende levá-la ao oposto, ou seja, a uma banalização. O que se quer é confirmar o que diz Paulo Freire (1996, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me educou. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

São diversas as razões para se iniciar uma pesquisa, muitas delas são de caráter intelectual e outras de caráter prático. Sob este enfoque, podemos trazer aqui a definição de Pedro Demo, para quem “pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (DEMO, 1994, p. 23). Para isso, é necessário, como afirmam Almeida et al (2013, p. 36), “leitura e reflexão sobre o tema tratado ou sobre os dados coletados, as teorias que cercam e os conhecimentos selecionados já existentes”, o que nos direciona para o significado de conhecimento, seja ele, científico ou tecnológico.

5.2.1 Conhecimento Científico

A necessidade de conhecer motiva a busca pelo conhecimento, como afirma Morin (2011, p. 29), “o conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, [...] um princípio e uma necessidade permanentes”. Essa necessidade é satisfeita quando há a manifestação da consciência de conhecer, como ocorre com o ser humano quando este tem experiências progressivas, da dor e do prazer, da fome e saciedade, do quente e do frio, entre muitas outras.

Desse modo, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 17), “é o conhecimento que se dá pela vivência circunstancial e estrutural das propriedades necessárias à adaptação, interpretação e assimilação do meio interior e exterior do ser”.

As características do conhecimento científico, segundo Tartude (2006, p. 8), são as seguintes:

É real (factual), porque lida com ocorrências ou fatos.
 Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por intermédio da experiência e não apenas razão, como ocorre no conhecimento filosófico.
 É sistemático.
 Possui características de verificabilidade.
 É falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato.

Dessa forma, o conhecimento científico se dá à medida que se investiga o que se pode fazer sobre a formulação de problemas, que exigem estudos minuciosos para seu equacionamento.

5.2.2 O Conhecimento Tecnológico

O conhecimento tecnológico está intimamente ligado ao conhecimento técnico e este é trabalhado nas instituições de ensino técnico ou profissional. Por esse motivo, para que seja possível o uso dos conhecimentos tecnológicos, há necessidade da preexistência de uma força de trabalho que os tenha absorvido mediante educação, treinamento e experiência.

Entendemos que a tecnologia ou conhecimento tecnológico é o conjunto ordenado de conhecimentos científicos ou empíricos utilizado para a produção de bens ou serviços na atividade econômica organizada. Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) afirmam que o conhecimento tecnológico “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Nesse sentido, o conhecimento tecnológico, de acordo com Leitão (1981, p. 35), é composto de diferentes técnicas definidas por atos e normas decisórias que orientam sua aplicação sequencial, de modo a produzir resultados previsíveis, em determinadas condições. Para ele,

Essas técnicas, derivadas do conhecimento geral existente, podem ser originárias da Ciência ou podem, como ocorre na maior parte dos casos, ser de origem empírica. Nesses casos, a experiência simplesmente nos diz que algo funciona de modo previsível, mas não sabemos por quê. Isso ocorreu, por exemplo, durante muitos anos com diversos processos químicos (*op. cit.*, p. 35).

Dessa forma, não basta dispormos dos conhecimentos obtidos por geração própria, por cópia ou por outro meio qualquer, é preciso um ordenamento desses conhecimentos de maneira a torná-los utilizáveis.

Acreditamos que o processo de transmissão desses conhecimentos está diretamente relacionado com o nível de sua utilização ou, em outras palavras, com a profundidade necessária para o domínio desses conhecimentos e seu uso. Entendemos ser esse o papel desenvolvido pela PRPI no IFB, o de promover um tipo de treinamento que requer do receptor dos conhecimentos certo nível de profundidade. Além da necessidade de se trabalhar os mecanismos utilizados e, evidentemente, a informação fornecida.

Considerando o que foi dito, percebe-se que Carvalho (2011, p.153) pronuncia o que é fundamental: “é preciso superar a profissionalização estreita que reduz a formação profissional à aquisição do saber fazer, ampliando-a para uma formação profissional com uma sólida formação geral e uma significativa cultura científica e tecnológica”.

5.3 O PAPEL E O DESEMPENHO DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO DO IFB

A condução da pesquisa tecnológica no IFB é atribuição da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI¹³. Antes de apresentarmos o seu papel institucional, faremos uma breve constituição do organograma desta Pró-Reitoria para que o leitor perceba as mudanças ocorridas em sua estruturação no decorrer dos anos.

O início das atividades desta Pró-Reitoria ocorreu em abril de 2009, na época denominada de Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPP, contava com duas coordenações: Coordenadoria Geral de Pós-Graduação - CDPG e Coordenadoria Geral de Pesquisa - CGPE. Incluía ainda a Assistente da Pró-Reitoria de Pesquisa - ASPP em seu organograma.

Muito embora, em seu organograma, houvesse a previsão de duas coordenações, naquele período a Pró-Reitoria era representada apenas pelo Pró-Reitor e sua Assistente.

¹³ O registro dos fatos apresentados neste tópico pode ser consultado nos Relatórios de Gestão 2009-2012 e em Boletins de Serviço do IFB. Outras considerações foram feitas com base nas respostas da gestão da PRPI ao questionário proposto por este trabalho.

No ano seguinte, em 2010, a Pró-Reitoria passa a chamar-se Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, com mudança também em seu organograma. São acrescentadas: mais uma coordenação geral, Coordenação de Publicações - CGPB e duas Coordenações subordinadas à Coordenação de Pesquisa e Inovação Tecnológica - CDIT, que foram: Coordenação de Editais e Bolsas - CDEB e a Coordenação de Grupos e Projetos - CDGP, ambas sem função gratificada, talvez por isso, não foram efetivamente ocupadas.

Registram-se ainda as mudanças nas siglas que designam a Pró-Reitoria (PRPI) e a Assistente da Pró-Reitoria (ASPI). A Coordenadoria Geral de Pesquisa - CGPE transforma-se em Coordenação de Pesquisa e Inovação Tecnológica - CDIT.

Nesse ano, houve aumento do número de servidores e a PRPI passa a estruturar melhor suas atribuições a partir da sua nova composição: o Pró-Reitor, a Assistente da PRPI, a Coordenadora de Pós-Graduação, o Coordenador de Publicações e o Coordenador de Pesquisa e Inovação.

O organograma da PRPI passou por novas alterações, conforme registrado nos boletins de serviços de 2013, quando apresentam a composição da Pró-Reitoria, em que se observa a divisão da Coordenação de Pesquisa e Inovação Tecnológica - CDIT em Coordenação de Pesquisa - CDPQ e a Coordenação de Inovação Tecnológica - CDIT. Percebeu-se ainda a extinção das coordenações subordinadas a Coordenação de Pesquisa. Nada mais foi alterado em seu organograma. Uma vez apresentada a estrutura organizacional da PRPI, passaremos ao papel a ser desempenhado por ela.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação é responsável por desenvolver macroprocessos finalísticos da instituição para auxiliar o IFB no cumprimento de sua proposta de promover Educação, Ciência e Tecnologia em todos os níveis, com a ambição de articular o tripé pesquisa, ensino e extensão como prática institucional.

Art. 46. Compete à PRPI a definição e o acompanhamento das linhas de pesquisa; o fomento e a criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica nacional e internacional; a coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisa, além de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as políticas para os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* do IFB e o contato com órgãos financiadores de apoio à pesquisa (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2012a, p. 13).

Com base nas respostas da atual gestão da pesquisa tecnológica do Instituto extraímos que a Pró-reitoria entende que a PRPI representa para o IFB, “o *locus* da

geração de conhecimento e a aplicação das descobertas científicas para a solução de problemas enfrentados pela sociedade”; cuja principal atividade é “incentivar, fomentar, acompanhar e divulgar os resultados provenientes dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos servidores do IFB”.

O PDI (2009) elenca 03 metas a serem conquistadas ao longo de sua vigência para a consolidação da pesquisa tecnológica: estruturar a pesquisa; ampliar a gestão sistêmica e implantar a pós-graduação. Aparentemente são metas cumpridas, inclusive na opinião da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação que ressalta ainda a necessidade de superação de novos desafios e aperfeiçoamento, sendo

importante destacar que o PDI 2009-2013 foi construído no início da criação do IFB. Naquele momento, a pesquisa e pós-graduação ainda não existiam e algumas metas foram estabelecidas de forma bastante ampla e pouco discutida. Com relação as 03 metas – estruturar pesquisa tecnológica: foi alcançada, mas ainda há melhorias a serem feitas como, por exemplo, a contratação ou desenvolvimento de um software de gerenciamento das pesquisas do IFB. – ampliar a gestão sistêmica: foi alcançada e considero que é um processo de melhoria contínua. Dessa forma, estamos buscando agora a integração das ações da pesquisa com a extensão e o ensino. – implantar a pós-graduação: foi alcançada. Ofertamos nesse período três especializações: em EPT, em PROEJA e em Gestão Pública. O desafio agora é aumentar a oferta e criar cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Consideramos que a estruturação da pesquisa está desenvolvida de forma mais avançada, com muitos dos seus objetivos alcançados, restando colocar em prática a necessidade apontada pela PRPI que consiste na “contratação ou desenvolvimento de um software de gerenciamento das pesquisas do IFB”.

O desenvolvimento da pesquisa, e conseqüentemente da produção de conhecimento que surge dela, é visto como um instrumento estratégico que necessita de uma política institucional de gerenciamento.

A importância de se gerenciar o conhecimento produzido no Instituto Federal de Brasília, principalmente considerando seu contexto de instalação, servirá para orientar investimentos de capital na área de pesquisa; na condução da busca de parcerias; na orientação de ações institucionais; em estratégias que possibilitem o desenvolvimento local; na destinação planejada do conhecimento produzido; no fortalecimento do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT; entre outros, desse modo, a Gestão do Conhecimento (GC) é a “administração explícita e sistemática do conhecimento vital e seus processos

associados à criação, à coleta, à organização, à difusão, ao uso e à exploração do conhecimento” (SKYRME, 1997 *apud* CADORI, 2013, p. 78).

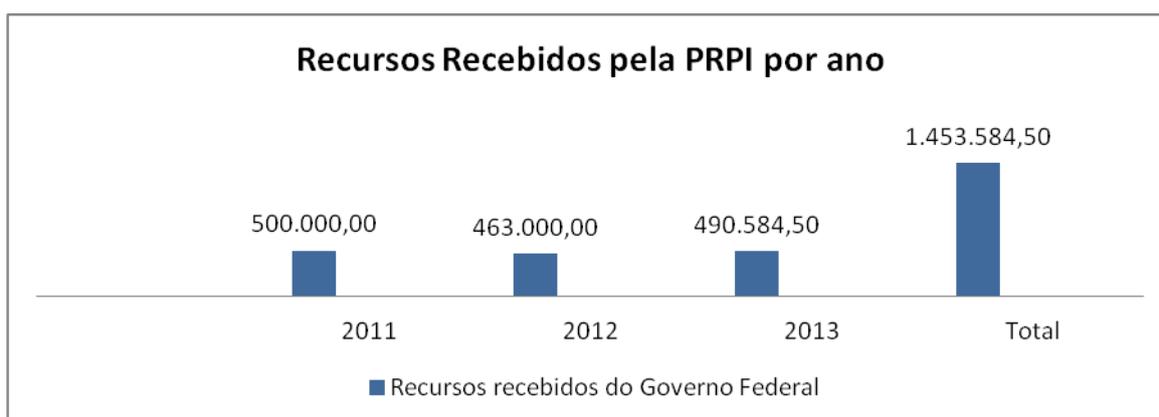
Gerenciar, inter-relacionando pesquisas em busca da produção do conhecimento dentro de uma instituição de ensino é um objetivo primordial da política de GC, visando eficiência na aplicação de seus resultados e na otimização de seus recursos, evitando assim o retrabalho ou um novo começo de pesquisas que antes já foram produzidas na instituição e alcançaram resultados confiáveis.

Silva (2010) define muito bem o problema resultante da ausência da Gestão do Conhecimento:

Uma das funções da Gestão do Conhecimento é fazer o melhor uso dele. O grande problema nesse caso é saber onde ele se encontra. Não é raro fazer-se um mesmo trabalho mais de uma vez, desperdiçando todas as formas de recurso porque o conhecimento necessário não está disponível. (*op. cit*, p. 33).

Pode-se dizer que todo o conhecimento é importante, seja ele tácito ou explícito, vindo de um pesquisador com PhD ou um trabalhador braçal sem muita instrução, mas que tem profundas experiências na área em que atua. Essa abertura se dá porque a experiência acontece em qualquer parte, seja na vida diária das pessoas, seja nos centros acadêmicos e de pesquisa, logo nenhum resultado pode ser desconsiderado. A sua aplicabilidade, porém será definida pelo objetivo que se quer alcançar. (*ibidem*, p. 52).

O governo federal tem investido cada vez mais em pesquisa. Para termos noção de valores, nos últimos três anos, com base nas informações prestadas pela PRPI, o IFB recebeu R\$ 1.453.584,50 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), captados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF com a finalidade de fortalecer a pesquisa nos IF. Segue demonstrativo do volume de recursos recebidos – gráfico 9, investidos pela PRPI, anualmente nos editais de fomento à pesquisa e à publicação do IFB.

Gráfico 9 – Recursos aplicados pela PRPI no desenvolvimento da pesquisa/ano

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

O demonstrativo de investimento em pesquisa e publicação do IFB, informado pela PRPI, pode-se perceber o valor investido por edital/ano e as respectivas fontes de fomento. O valor total informado foi de R\$ 1.353.120,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, cento e vinte reais). Ressaltando-se que o fomento investido pelo Instituto, é proveniente do governo federal, captado pelo CONIF para esta finalidade, dentre outras pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa científica.

Planilha 03 – Demonstrativo do investimento por edital/ano e sua fonte de fomento.

Edital	Ano	Tipo	Recursos**	Fonte
32	2010	Fomento à Pesquisa – IT (Superior)	R\$ 25.920,00	CNPq
35	2011	Fomento à Pesquisa	R\$ 200.000,00	IFB
36	2011	Fomento à Publicações	R\$ 340.000,00	IFB-SETEC/MEC
82	2011	Fomento à Pesquisa – IC (Superior)	R\$ 12.960,00	CNPq
86	2011	Fomento à Pesquisa – IT (Superior)	R\$ 47.520,00	CNPq
10	2012	Fomento à Pesquisa – IC (Médio)	R\$ 36.000,00	CNPq
96	2012	Fomento à Pesquisa – IC (Superior)	R\$ 12.960,00	CNPq
97	2012	Fomento à Pesquisa – IC/At (Superior)	R\$ 12.960,00	CNPq
107	2012	Fomento à Pesquisa – IT (Superior)	R\$ 43.200,00	CNPq
150	2012	Fomento à Pesquisa – IC (Médio)	R\$ 36.000,00	CNPq
144*	2012	Fomento à Publicações	R\$ 140.000,00	IFB
3	2013	Fomento à Pesquisa – IC (Médio)	Cont. Edital 150/2012	CNPq
63	2013	Fomento à Pesquisa – IC (Médio)	Cont. Edital 150/2012	CNPq
70	2013	Fomento à Pesquisa – IC/At (Superior)	R\$ 12.960,00	CNPq
71	2013	Fomento à Pesquisa – IT (Superior)	R\$ 38.880,00	CNPq
137	2013	Fomento à Pesquisa – IC (Médio)	R\$ 19.200,00	IFB
138	2013	Fomento à Pesquisa – IC (Superior)	R\$ 34.560,00	IFB
136	2013	Fomento à Publicações	R\$ 130.000,00	IFB
87***	2013	Fomento à Grupos de Pesquisa	R\$ 210.000,00	IFB
69	2013	Fomento à Pesquisa – IC (Superior)	R\$ 21.600,00	CNPq
Total			R\$ 1.353.120,00	

*Recursos estimados
 **Recursos empenhados, não necessariamente executados
 ***Do total de recursos, 50% provenientes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e 50% provenientes da Pró-Reitoria de Extensão.

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - PRPI

Conhecendo o aporte financeiro recebido pelo IFB para investimentos em pesquisa e em outras áreas correlatas, buscamos encontrar respostas na atual gestão da

Pró-Reitoria sobre a divulgação interna e externa dos resultados dos projetos de pesquisa do Instituto. A PRPI afirma que “os resultados da pesquisa têm sido divulgados no caderno de resumo da Semana de Produção Científica do IFB. Externamente fica a critério de cada proponente. Ressalta-se ainda o incentivo para divulgação dos trabalhos na SBPC”.

Será que esta estratégia é suficiente para que a comunidade acadêmica do IFB e a sociedade possam ter acesso ao que a instituição produz? Ao perguntarmos sobre quais projetos de pesquisa conseguiram atender as demandas dos arranjos produtivos locais, a resposta foi a seguinte:

A PRPI ainda não fez esse estudo, pois estamos na fase de regulamentação e registro de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos nossos servidores. Muitos projetos estão ocorrendo, mas não há o registro e nem um relatório sobre os avanços da pesquisa.

A negativa demonstra o desconhecimento da instituição sobre os resultados dos projetos de pesquisa. Entretanto, é animador perceber que a atual gestão já percebe a necessidade da adoção de práticas que possibilitem o gerenciamento dos projetos de pesquisa, conforme já apresentamos.

Faz-se necessário, a adoção de suportes que facilitem o acesso aos resultados das pesquisas realizadas no IFB; permitam o diálogo na instituição para a troca de ideias, visando o reaproveitamento de materiais ou para o desenvolvimento de uma pesquisa multicampi; e que, principalmente, deem visibilidade ao que está sendo pesquisado na instituição.

O conhecimento precisa ser resguardado como um bem valioso, tendo em vista suas múltiplas formas de uso. Por isso, dizer que o conhecimento é um instrumento estratégico não é absurdo, tendo em vista que para alcançá-lo os investimentos são cada vez mais altos. E o IFB precisa contemplar na política institucional a gestão do conhecimento produzido pela instituição, seja uma política de Gestão do Conhecimento – GC ou qualquer outra de gestão sistêmica, uma vez que precisa dar retorno dos investimentos feitos à sociedade.

De um modo em geral, a instituição precisa iniciar o debate sobre o assunto, visto que já estão em discussão às diretrizes para uma nova edição do PDI com previsão para mais quatro anos (2014-2018), entretanto, ao avaliar as discussões preliminares da equipe composta para sua elaboração, percebemos que não há menção do tema na pauta.

Existe a necessidade de discutir-se a importância da prática de gerenciar o conhecimento, sendo esta uma prática coletiva, apropriando-se de técnicas para este fim, uma vez que o conhecimento é explorado economicamente e promove o crescimento do país que o detém.

5.4 RELAÇÕES E ANÁLISES POSSÍVEIS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NO IFB

Os dados apresentados neste tópico foram extraídos dos Relatórios de Gestão de 2010 a 2012, bem como da página da PRPI no site oficial do IFB e de respostas da Pró-Reitoria aos questionamentos enviados via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/IFB, que estarão disponíveis em anexo.

Segundo apresentado no tópico 4.3 o IFB apresenta 652 servidores de carreira, sendo 333 docentes e 321 técnicos, segundo informações da Diretoria de Gestão de Pessoas - DRGP. Esse número é um pouco maior, pois não constam no quantitativo servidores que estão cedidos ou afastados. Faz-se necessário o registro dessa informação para relacionarmos o quantitativo de servidores que desenvolvem pesquisa no IFB.

O objetivo desse tópico está voltado para análise de dados pertinentes à Coordenação de Pesquisa e da Coordenação de Inovação tecnológica, uma vez que perceber o progresso da pesquisa e inovação tecnológica do IFB é o nosso interesse de esclarecermos que as ações da Coordenação de Publicação e Pós-Graduação não serão analisadas neste trabalho.

5.4.1 Sobre a Inovação Tecnológica no IFB

A necessidade de projetar o Brasil na corrida pelo desenvolvimento tecnológico foi implementada pela Lei 10.973/2004, no Decreto 5.563/2005 e em outros fundamentos legais, como as Leis 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial), Lei 9.609/1998 (Proteção de Propriedade Intelectual de Programa de Computador e sua comercialização), Lei 9.456/1997 (Proteção de Cultivares).

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI coube o papel de fomentar a cultura da pesquisa e inovação tecnológica com a finalidade de desenvolver

o país, diminuindo a dependência tecnológica da nação em relação aos países que desenvolvidos que dominam o mercado de patentes.

Para Borges (2011), a base de sucesso do desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação está na formação de pesquisadores e cientistas, entretanto este seria apenas um primeiro passo para o progresso, o segundo seriam as descobertas inovadoras que gerassem domínio de tecnologia, visando patentes e agregação de valor à descoberta.

Ele aponta que, no Brasil, o incentivo à ciência é recente, com pouco mais de 60 anos. A iniciativa se deu a partir da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no início da década de 1950, segundo Borges (2011), “essas iniciativas seriam responsáveis pelo crescimento da pós-graduação e da ciência e tecnologia e – conseqüentemente – por grande parte do sucesso que hoje o país apresenta no cenário internacional no que diz respeito à produção científica” (p. 178).

A CAPES¹⁴ destaca os fatores que contribuíram para o crescimento vertiginoso da produção científica no Brasil:

A maior indexação de periódicos eleva o quantitativo da produção científica. Mas, não foi apenas a indexação que elevou o nosso reconhecimento. Muitos fatores levam a uma promoção da nossa produção científica: a crescente presença do Brasil neste ranking mundial: da 22^a posição em 1998 para 13^a em 2008; o aporte de recursos de fomento das agências federais, especialmente nos últimos anos, e a adesão de muitos estados, que passaram a financiar substancialmente as atividades de pesquisa; o crescimento do número e do valor das bolsas federais, corrigidos em 2004 e 2008 em 67% (variação nominal); o crescimento de titulados na pós-graduação, sobretudo no doutorado, onde se dá a maior parte da produção científica brasileira; a cobrança de melhor desempenho individual dos pesquisadores na avaliação por todas as agências de fomento; as exigências de desempenho dos cursos nas avaliações da pós-graduação pela Capes; a criação do Programa Qualis da Capes, que classifica as revistas estrangeiras e brasileiras para orientar a avaliação da Capes; desde 2003, uma detalhada e exigente revisão dos critérios de classificação de todos os periódicos que compõem o Programa Qualis (CAPES, 2011).

O aumento da produção científica, no entanto, não foi direcionado para áreas estratégicas que contribuíssem para o desenvolvimento do país, isso se deve a uma formação dissociada das demandas do mercado, ou seja, as instituições de ensino não

¹⁴ Estes fatores foram extraídos de notícias publicadas no site oficial da Capes, publicada em 05 de julho de 2011.

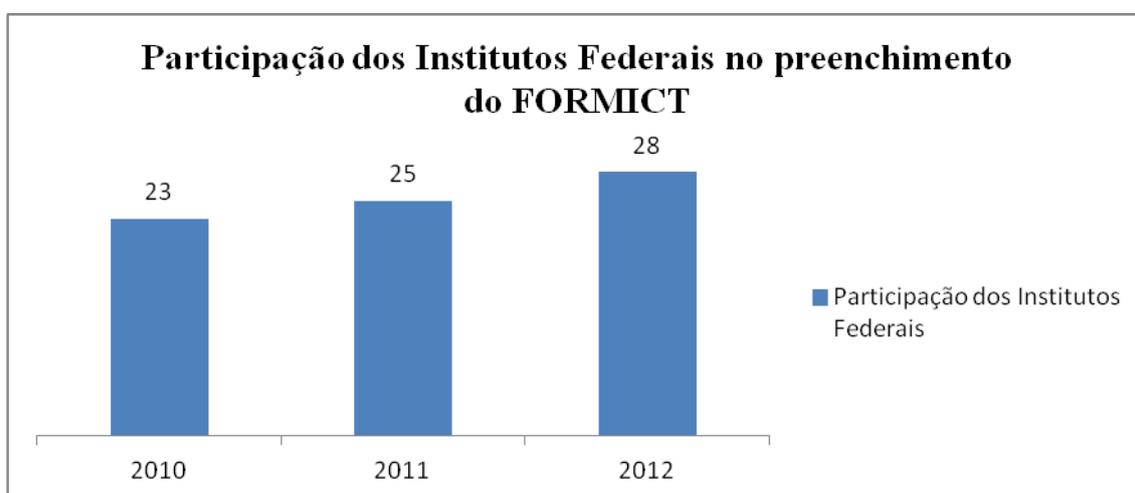
fazem a articulação necessária com o setor produtivo no sentido de suprir/ dar resposta por meio de suas pesquisas às carências científicas e tecnológicas à sociedade.

Se, por um lado, os indicadores de produção científica dão destaque ao país, por outro lado, os resultados advindos da transformação dessa ciência em desenvolvimento tecnológico e inovação são ainda constrangedores. Os indicadores de propriedade intelectual sejam elas marcas, patentes, cultivares, programas de computador ou desenhos industriais, estão muito aquém do necessário para garantir ao país uma condição de geração de riqueza interna e competitividade no cenário internacional (BORGES, 2011, p.179).

Anualmente, o MCTI elabora relatório com os dados obtidos do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil – FORMICT, cuja primeira edição é de 2006. Avaliando o Relatório FORMICT a partir de 2010 até 2012, período escolhido devido entendermos que o IFB possui maior consolidação em seu processo de desenvolvimento, percebe-se que dos 38 Institutos Federais, apenas 28, conforme aponta o relatório de 2012, enviam anualmente informações sobre a sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Esses são os itens quantificados e analisados no referido relatório visando extrair dados estatísticos do desenvolvimento inovador do país.

Acompanhe a atuação dos Institutos Federais no preenchimento do FORMICT a partir de 2010, por meio do gráfico 10.

Gráfico 10 – Representação da participação dos IF no preenchimento do FORMICT



Fonte: Relatório MCTI/FORMICT/ 2010-2012

Participaram 193 Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT do Relatório FORMICT 2012, entre instituições públicas e privadas. Um número tímido, considerando que no país existem 2.377 instituições de ensino superior, de acordo com dados do MEC. Desse total, 85% são faculdades, 8% são universidades, 5,3% centros tecnológicos e 1,6% são institutos tecnológicos.

As Universidades Federais apresentam maior quantitativo dentre as instituições (27,4%), seguidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (14,5%), pelas Instituições de Ensino Superior Estaduais (11,9%) e pelos Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos (11,9%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%. (BRASIL, 2013, p. 12).

A partir de 2011, o IFB inicia a prestação de informações referentes aos elementos analisados pelo FORMICT, enquanto uma ICT. As primeiras iniciativas de inovação tecnológica do Instituto surgem com a composição de uma comissão para discussão sobre a constituição do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT e a Resolução nº 009-2012/CS-IFB, de 03 de fevereiro de 2012, que cria o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFB e estabelece sua norma a Norma Geral de Criação.

Para fins da Lei de Inovação, são consideradas ICT os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. (BRASIL, 2013, p. 10)

Em 2013, com a divisão da Coordenação de Pesquisa e Inovação em Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Inovação Tecnológica, o IFB dá passos mais largos junto à consolidação do NIT. Apresenta a estruturação do núcleo com representantes de todos os campi, e os instrumentaliza com a distribuição dos “kits NIT (data show e notebook)” para auxiliar na disseminação da cultura de inovação e a missão do Núcleo. Não menos importante está a proposta do Concurso Fábrica de Ideias Inovadoras do IFB (FABIN - IFB), publicado por meio do Edital 183/RIFB, de 05 de novembro de 2013. Dentre os objetivos da FABIN, conforme aponta o item 2 do edital, estão:

2.2 Estimular a proposição de ideias potencialmente inovadoras pelos servidores, egressos e estudantes do IFB;

2.3 Prospectar ideias potencialmente inovadoras no âmbito do IFB;

2.6 Oportunizar a articulação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFB com potenciais inventores para a proteção do conhecimento por meio de registros de marca, depósito de patente, modelo de utilidade, desenho industrial, indicação geográfica, programa de computador e topografias de circuito, nos casos cabíveis

As iniciativas propostas pela Coordenação de Inovação Tecnológica lançam as sementes para a geração de ideias inovadoras, que demandam criatividade no enfrentamento de necessidades cotidianas. O homem, enquanto ser racional, já nasce com essa capacidade criativa, que a partir de estímulos é capaz de produzir algo novo. As tecnologias sociais ou mesmo eletrônicas são objeto das Instituições, visando o desenvolvimento regional.

Chamamos a atenção para o estudo feito por Cadori (2013) sobre a transferência de resultados da pesquisa de instituições federais de ciência e tecnologia para o setor produtivo com intermédio do NIT e a importância da Gestão do Conhecimento - GC nesse processo. Ela afirma que:

O pressuposto de que as práticas de gestão do conhecimento impulsionam o processo de transferência de resultados de pesquisa de universidades federais para o setor produtivo foi ratificado. No entanto, conforme se extraiu do resultado da pesquisa, o NIT não aplica práticas de GC para transferir o conhecimento explícito, codificado e protegido pelos DPI da universidade para o setor produtivo, pois utiliza-se apenas de alguns procedimentos e rotinas. [...] O pressuposto de que a constante mudança na equipe dos Núcleos de Inovação Tecnológica é um dos fatores negativos ao desenvolvimento do processo de transferência de resultados de pesquisa de universidades federais para o setor produtivo foi ratificado. Não são aplicadas práticas de GC com o intuito de minimizar o impacto ocasionado pela constante mudança na equipe do NIT (CADORI, 2013, p. 396).

Fica a dica para que o IFB se aproprie das boas práticas da GC para fazer melhor uso dos resultados das propostas inovadoras que serão apresentadas por meio da FABIN, visando tornar a atuação do NIT efetiva e não dependente de seus membros. Cadori (2013) aponta que as constantes mudanças dos membros na equipe dos Núcleos têm causado prejuízos no que se refere à continuidade de processos de transferência de conhecimento. Ressalta-se que suas considerações já são percebidas pela PRPI, conforme apresentado anteriormente no item 5.3.

5.4.2 Quanto às relações de editais publicados, projetos e bolsas de pesquisa oferecidas pelo IFB

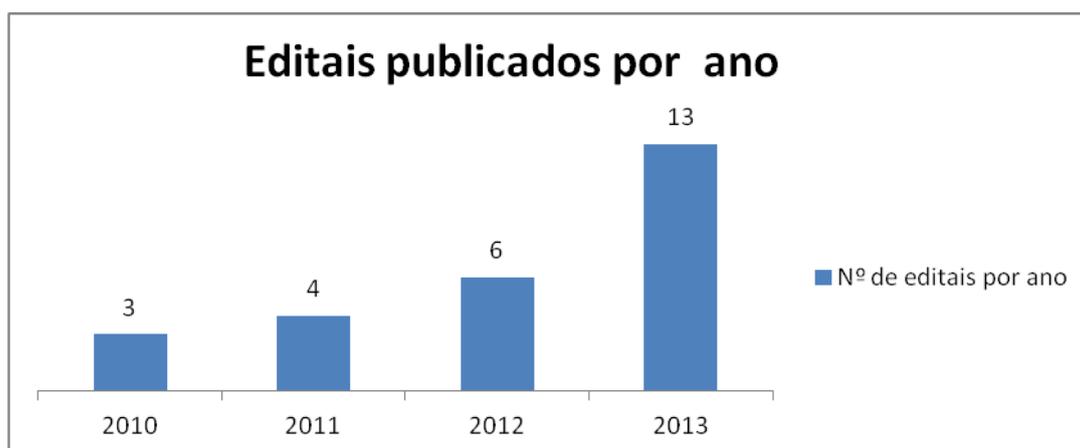
As publicações de editais pela PRPI em prol da pesquisa iniciam-se em 2010, com o Edital nº 19/CGPE/PRDI com a proposta de, por meio da pesquisa, se construir a história do *Campus* Planaltina, o Edital nº 50/2010/PRPI cuja proposta era selecionar bolsistas para o Projeto CEMA – Fitoterápicos e o Edital nº 32/2010/PRPI do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq.

Por meio deles, a PRPI passa a cumprir finalidades propostas para a instituição disposta na Lei de Criação do IF em seu art. 6º inciso VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Exercendo seu papel como responsável por macroprocessos finalísticos do IFB.

Em relação à participação nos editais de fomento à pesquisa, é importante ressaltar a referência sempre marcante ao emprego da palavra servidor como forma de incluir docentes e técnicos no processo de submissão das propostas. Outro ponto que merece destaque está presente nos objetivos dos editais, a preocupação com a iniciação científica e o despertar para vocação científica de seus alunos, criação de grupos de pesquisa e a necessidade de envolvimento dos arranjos produtivos locais.

A novidade do ano de 2013 foi o lançamento do Edital nº 87/RIFB, de 02 de julho de 2013 - Programa Institucional de Apoio e Consolidação de Grupos de Pesquisa - PRÓ-GRUPOS e o Edital nº 183 /RIFB, de 05 de novembro de 2013 - Concurso Fábrica de Ideias Inovadoras (FABIN) do IFB - Ano 2013. Espera-se que os resultados dos projetos possam trazer retorno significativo para a instituição.

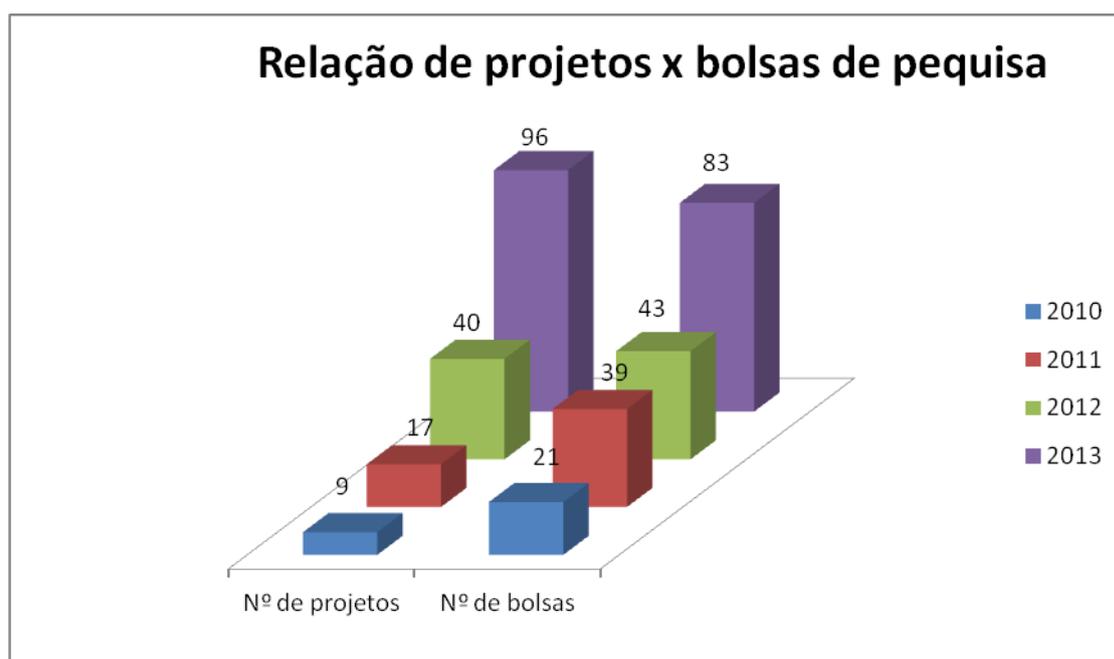
Vamos aos números de editais publicados por ano pela PRPI, relacionados a pesquisa, publicação e inovação tecnológica, atentando para o seu crescimento ano após ano, conforme apresenta o gráfico 11, abaixo.

Gráfico 11 – Quantitativos de editais/ano do IFB

Fonte: Relatórios de Gestão 2010 - 2012 e Balanço 2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Infere-se que o aumento no número de editais ao longo dos anos seja em razão do aprimoramento e experiência na elaboração de editais, no planejamento da execução financeira, o número crescente de servidores e alunos interessados em desenvolver pesquisa tecnológica e a consolidação das políticas de pesquisa institucional pela PRPI.

Por meio dos editais publicados tivemos um número cada vez maior de projetos sendo desenvolvidos na instituição que acompanham um número também crescente de bolsas de iniciação científica. Perceba essa relação no gráfico 12.

Gráfico 12 – Demonstrativo de Projetos x Bolsas de pesquisa por ano

Fonte: Relatórios de Gestão 2010 - 2012 e Balanço 2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Ressaltamos que para concluirmos os dados apresentados acima foi realizado um cruzamento de informações entre os Relatórios de Gestão de 2010 a 2012, informações obtidas via SIC – Anexos de D a G e do Balanço 2013: Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação, enviado pelo Núcleo de Comunicação Social ao e-mail dos servidores - Anexo H. Tal procedimento foi assim realizado devido não haver na sucessão dos relatórios informações precisas sobre os dados apresentados.

Em relação ao ano de 2013, faz-se necessário dizer que não foi possível extrair o quantitativo exato de projetos e bolsas que são exclusivamente voltados para pesquisa e inovação, porque durante a construção deste trabalho, o Relatório de gestão 2013 não ter sido divulgado, logo estão inseridos projetos e bolsas voltados para a publicação de obras.

Os fatores que levaram a esse crescimento se associam diretamente aos já apresentados no item anterior, incluindo o incentivo financeiro recebido por meio das bolsas. Ressalta-se, no entanto que os valores das bolsas praticados pelo IFB correspondem aos valores pagos pelo CNPq para Iniciação Científica Jr., de nível médio, e da Iniciação Científica Tecnológica, em nível de graduação.

Um estímulo a mais para motivar jovens pesquisadores e cientistas é a oportunidade de acesso ao Programa Ciências sem Fronteiras – CsF, visto que, dentre os requisitos de pontuação está a participação de projetos de iniciação científica.

O IFB recebeu cotas de bolsas para o programa CsF em 2012 e 2013. O que oportunizou experiência internacional a 05 jovens. Em 2012, foram enviados 02 alunos do Curso Tecnólogo em Agroecologia para o Chile. Em 2013¹⁵, 04 alunas foram selecionadas, sendo 03 do Curso Tecnólogo em Agroecologia, com destinos diferentes para França, Estados Unidos e Itália e uma aluna da Licenciatura em Dança que fará intercâmbio nos Estados Unidos.

Sobre os dados apresentados do quantitativo de número de projetos cabe uma reflexão que será feita com base no Anexo E – Projetos aprovados pelo IFB com recursos do CNPq, visto que referente ao ano de 2013 não foram fornecidos todos os projetos aprovados, logo faremos a análise apenas com base nos projetos de pesquisa informados no anexo.

¹⁵ Referente ao ano de 2013, as informações sobre as participantes do Programa Ciências sem Fronteiras foram extraídas das notícias publicadas no dia 20 de dezembro de 2012 e 31 de julho de 2013, disponíveis no site oficial do IFB.

Dos projetos de pesquisa aprovados pelo IFB com recurso do CNPq, de 2010 a 2013, constam 104 projetos que oportunizaram 119 bolsas. Envolveram 56 servidores na orientação de projetos de iniciação científica, destes, apenas 01 foi submetido por servidor técnico, os outros 55 por docentes. Vale ressaltar que não é exigida a titulação exclusiva de Doutor para submissão de projetos e que tanto servidores de carreira, temporários ou substitutos podem participar. A exigência recai sobre a qualidade científica da proposta.

Destes 56 servidores envolvidos, apenas 20 possuem ou já tiveram no mínimo dois projetos de pesquisa científica aprovados pelo IFB. Conclui-se que está nas mãos desse seleto grupo, 69 projetos aprovados que correspondem na relação projeto x servidor com mínimo de 2 projetos; 3,45 projetos por pessoa em 4 anos. A relação não parece tão desproporcional, mas um único servidor já orientou 12 projetos de iniciação científica em 4 anos.

A análise que pode ser feita é que em uma instituição que possui aproximadamente 652 servidores de carreira, sendo 333 docentes e 321 técnicos, segundo informações da Diretoria de Gestão de Pessoas - DRGP, envolver apenas 56 servidores, é discrepante. Isso baseado apenas em projetos de iniciação científica com recursos do CNPq.

Cabem os seguintes questionamentos: A pequena rotatividade de pesquisadores na orientação de iniciação científica reflete desinteresse do universo de 596 servidores ou há inexperiência na elaboração de projetos ou, ainda, será por que não há qualidade no restante das propostas apresentadas? Outro ponto importante, por que a participação dos técnicos é inexpressiva?

Ao percebermos a pequena rotatividade de servidores na orientação de projetos de pesquisa, questionamos a gestão da PRPI para saber se estão sendo tomadas providências no sentido de atrair servidores para a orientação de projetos. Seguem as iniciativas que, segundo a Pró-Reitoria servem para estimular os servidores:

- promoção da Semana de Produção Científica.
- atendimento aos campi para ministrar oficinas de currículo lattes, de fomação de grupos de pesquisa e sobre inovação.
- lançamento de vários editais no ano para que os servidores possam participar. Em 2013, foram lançados 13 editais.
- Promoção e participação em eventos científicos (SBPC e SNCT).

- Reuniões com empresas, órgãos governamentais e outros para apresentar o portfólio das pesquisas do IFB e assim fechar acordos para o desenvolvimento de pesquisa.

Outra iniciativa foi realizada pela Coordenação Geral de Política de Qualificação, com a oferta do Curso de Elaboração e Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa, com carga horária de 32 horas, para um público de 30 pessoas. O curso foi realizado de 25 de novembro a 04 de dezembro de 2013.

Espera-se que as iniciativas de estímulo para inserção de servidores no universo da pesquisa possam surtir o efeito esperado, visto que o governo federal tem disponibilizado recursos visando a geração de ideias inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento do país e também favorecer a promoção do indivíduo na busca por sua autonomia.

5.4.3 Um olhar sobre os grupos de pesquisa – GP

O desenvolvimento da pesquisa tecnológica no IFB deve ser avaliado também em relação ao crescimento dos grupos de pesquisa da instituição. Segundo dados do último Relatório de Gestão (2012) publicado e do Catálogo de Grupos de Pesquisado IFB - 2012, o Instituto possui 36 grupos de pesquisa que estão divididos em 07 áreas do conhecimento, a saber: Ciências Agrárias com 05, Ciências Biológicas com 02, Ciências Exatas e da Terra 02, Ciências Humanas 06, Ciências Sociais e Aplicadas 4, Engenharias 12, Linguística, Letras e Artes 05.

Acompanhe a evolução do quantitativo de GP entre os anos de 2010 a 2012, apresentados no Relatório de Gestão 2012, conforme o gráfico 13.

Gráfico 13 – Evolução dos grupos de pesquisa



Fonte: Relatório de Gestão - 2012

Perceba que o aumento dos grupos de pesquisa em 2011 foi o mais significativo, dos anos apresentados com a certificação de mais 17 grupos, enquanto que em 2012 esse número foi de apenas 09. Devido à imprecisão apresentada no Balanço 2013 da PRPI, quanto ao número de GP, preferiu-se não expressar o quantitativo de grupos de pesquisa no referido ano, considerando mais oportuna a divulgação do Relatório de Gestão 2013, como este ainda não foi divulgado, os dados não foram apresentados.

Outra relação possível está apresentada na planilha 04 abaixo, na qual os GP estão distribuídos por campi e com quantitativo de pessoas envolvidas por campi com o desenvolvimento da pesquisa no IFB.

Planilha 04 – Relação de Grupos de Pesquisa por *Campus* e número de componentes

Relação de Grupos de Pesquisa por <i>Campus</i> no ano de 2012				
Campus	Nº de Grupos	Nº de pesquisadores	Nº de alunos	Nº de técnicos
Brasília	12	64	41	05
Gama	08	41	12	02
Samambaia	04	20	02	0
Planaltina	05	58	48	02
Taguatinga	05	24	02	02
Taguatinga Centro	02	9	0	0
TOTAL	36	216	105	11

Fonte: Catálogo de Grupos de Pesquisa do IFB - 2012

Extraí-se da tabela que em 2012, o *Campus* Brasília possui o maior número de grupos de pesquisa, perfazendo 12 certificados pela instituição, contendo o maior número de pesquisadores 64, e técnicos envolvidos, 05; porém perde em número de alunos para o *campus* Planaltina. Ressalta-se que esta pesquisa não conseguiu obter quantos grupos de pesquisa do IFB são certificados pelo CNPq.

O Catálogo (2012) traz as características de um grupo atípico, por meio delas percebe-se que existem no IFB dentre os 36 grupos de pesquisa, 29 são grupos atípicos em virtude de apresentarem no mínimo uma e no máximo duas das seguintes características: ausência de técnicos, sendo esta a principal razão; ausência de alunos e

falta do título de doutor para ser líder de grupo, esta é a menor das características encontradas.

O número elevado de GP atípicos pode ser justificado como resultado da estratégia utilizada pelo IFB para favorecer a inserção de servidores no envolvimento e desenvolvimento da pesquisa, em que mesmo que não houvesse as condições ideais de formação de um GP, segundo os padrões do CNPq, admitia-se a sua criação inicial, visando uma posterior adequação, isso devido a criação recente da instituição.

O catálogo também apresenta gráficos dos grupos de pesquisa e sua produção científica em 2012, entretanto não elenca nominalmente as produções, nem seus autores, para que se tenha compreensão do que é publicado, e nem onde pode ser encontrado. A PRPI reconhece que não possui cópia da produção científico-tecnológica dos seus servidores em local acessível e nem nas bibliotecas dos *Campi* devido não ter um sistema para gerenciar toda a produção científica dos projetos.

Mais uma vez a Gestão do Conhecimento para o acompanhamento da produção científica do IFB volta a incomodar, pois a instituição não registra o que é produzido e muito menos disponibiliza o acesso a ele de forma eletrônica, assim quais as chances de encontrarmos os resultados das pesquisas de nossos servidores e de seus GP?

Todavia 03 grupos de pesquisa fazem registro das publicações realizadas como fruto do trabalho de investigação a que o grupo se propõe, a saber: Observatório do Mundo do Trabalho, LiDança e Pesquisa Terminológica no IFB, todos pertencentes ao *campus* Brasília.

Nem mesmo os Relatórios de Gestão de 2010 a 2012 registram nominalmente as produções científicas do IFB, apenas o quantitativo é citado no Relatório de Gestão 2011. Vejamos:

Foram publicados 36 artigos científicos completos em periódicos nacionais e internacionais, dos quais 10 em periódicos com nível A, 2 com nível B e 2 com nível C no Qualis da Capes. Treze artigos foram aceitos para publicação em periódicos nacionais e internacionais, dos quais 4 tem nível A e 1 tem nível C no Qualis da Capes. Foram publicados 38 trabalhos completos em eventos científicos nacionais e internacionais pelos servidores do IFB. Foram publicados 6 capítulos de livros por servidores do IFB. (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2012b, p.25)

Em relação aos grupos de pesquisa, destaca-se o número reduzido de técnicos envolvidos com a pesquisa no IFB, apenas 11 em um universo de aproximadamente 321 servidores técnicos. Entretanto, percebeu-se que esse quantitativo é um pouco maior,

pois alguns dos técnicos envolvidos não estão quantificados, devido estarem inseridos apenas como pesquisadores.

Os números de alunos envolvidos com o universo da pesquisa é limitado, apenas 105. Dos 36 grupos existentes, 16 não fazem registro de alunos, 05 possuem apenas 01 aluno e 17 com mais de um aluno. Observou-se ainda que os grupos de pesquisa dos *campi* Taguatinga e Taguatinga Centro não possuem alunos inseridos em seus projetos de pesquisa. A relação entre pesquisador/aluno contidos no Catálogo (2012) é de 2,057. Considerando o cenário apresentado, faz-se necessário uma proposta de estímulo à participação dos alunos na iniciação científica para que o IFB multiplique os jovens cientistas do Brasil.

Visando incentivar o aumento de grupos de pesquisa e sua consolidação, bem como incentivar a produção científica no IFB, criou-se o Programa Institucional de Apoio e Consolidação de Grupos de Pesquisa - PRÓ-GRUPOS, uma iniciativa da PRPI e da PREX, instituído pela Resolução nº 17/2012 que cria os Programas Institucionais de Apoio à Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Brasília e regulamentado pela Portaria Normativa nº 001 de 07 de junho de 2013. A Portaria destaca os objetivos do Programa.

Art. 3º Os Objetivos do PROGRUPOS são:

- I) Possibilitar o desenvolvimento e consolidação de grupos de pesquisa certificados pelo IFB;
 - II) Promover a pesquisa, a extensão, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo;
 - III) Fortalecer os grupos de pesquisa com vistas a participação destes nas agências de fomento, bem como demandas advindas de empresas e/ou instituições públicas e privadas e órgãos conveniados, por parte dos pesquisadores do IFB;
 - IV) Promover a fixação de doutores no IFB;
 - V) Incentivar a produção científica dos servidores do IFB.
- (INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, 2013c)

Espera-se que o Pró-grupos possa oportunizar o interesse dos servidores na orientação de alunos à iniciação científica, visto que o progresso e sucesso da pesquisa científica do IFB dependem da participação efetiva de seus alunos enquanto agentes de transformação de sua realidade. Acredita-se que a iniciação científica favoreça a emancipação dos alunos na busca por novas descobertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, realizamos uma análise a partir da quantificação dos dados referentes à pesquisa tecnológica existente no Instituto Federal de Brasília. Nossa intenção foi despertar o interesse na divulgação dos resultados dessas pesquisas, visto que, por se tratar de uma instituição com pouca idade, já possui uma série que pode ser analisada.

No desenvolvimento desta dissertação, foi-nos possível alcançar os objetivos propostos e ainda, confirmá-los com base na análise dos documentos institucionais, bem como por meio do questionário aplicado à gestão da PRPI. Como contribuição, entendemos que nossa pesquisa possa servir de base porque se pautou em documentos oficiais e porque buscou esclarecer os caminhos da pesquisa no IFB. E como contribuição ao IFB, porque levantamos aspectos que fazem diferença na disponibilização dos dados relacionados à pesquisa na instituição e por termos demonstrando a sua relevância para o Distrito Federal enquanto instituição de educação profissional.

O desenvolvimento desse trabalho nos conduziu para considerações importantes acerca da inovação tecnológica do IFB, sobre a qual se percebeu o progresso nos últimos dois anos, em virtude das ações em direção à sua consolidação, pois o estabelecimento de uma coordenação exclusiva para promover a inovação tecnológica é um passo importante.

A Coordenação de Inovação Tecnológica - CDIT mostra-se como parceira do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. Entre as ações iniciadas estão a publicação do edital Fábrica de Ideias – FABIN, deste e dos próximos, esperam-se resultados inovadores, capazes de projetar a instituição como referência no país, a fim de contribuir para o crescimento dos arranjos produtivos locais.

Cabe ressaltar que os Relatórios do FORMICT listam as ações do NIT em prol de sua implementação efetiva, entre elas, está o acompanhamento dos projetos de pesquisa, atividade ainda em fase inicial na PRPI, carecendo de um diagnóstico sobre os resultados das pesquisas desenvolvidas na instituição e de seu impacto sobre os arranjos produtivos locais. Vale destacar que isso é em decorrência da falta de uma plataforma que auxilie na gestão do conhecimento produzido.

Ficou evidente em nossas análises a carência de uma política de Gestão do Conhecimento – GC para o acesso e o desenvolvimento da pesquisa tecnológica eficaz. Considerando essas dificuldades, a gestão atual já demonstra interesse em uma plataforma de gestão da pesquisa tecnológica do IFB.

Entre outros pontos discutidos nesse trabalho está a baixa rotatividade de servidores envolvidos com a pesquisa na instituição. Consideramos que não era possível que fossem feitas muitas exigências para submissão de projetos de pesquisa aos editais internos, visando à participação dos seus servidores docentes e técnicos.

Inferimos várias hipóteses para explicar o fato: falta de interesse dos servidores docentes e técnicos; dificuldade em elaborar projetos de pesquisa ou ainda, mesmo que de forma remota, a baixa divulgação dos editais de pesquisa. Algumas iniciativas já foram realizadas com o objetivo de promover a participação mais atuante dos servidores, como: a oferta de curso de elaboração de projetos de pesquisa e visita aos *campi* pela PRPI com a divulgação de várias ações da Pró-Reitoria.

Constatamos ainda um número elevado de grupos de pesquisa atípicos na instituição, segundo os padrões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. A atipicidade dos grupos ocorre com grande frequência pela ausência de técnicos inseridos nos grupos, seguida pela falta de aluno e de forma reduzida, pela carência da titulação de Doutor entre os líderes do grupo. Em 2012, apenas 07 grupos correspondiam na íntegra às exigências do CNPq.

A PRPI apresenta méritos que precisam ser destacados, pois o seu progresso não passa despercebido. Ao longo desses anos, as ações da PRPI favoreceram a projeção do IFB na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT. Desde 2010, esta Pró-Reitoria é responsável pela organização da apresentação da RFEPT em eventos como as edições da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, de expressão nacional e outros de caráter regional. Ano após ano, crescem as adesões de IFs na proposta de integração da Rede.

Os editais publicados pela PRPI aumentam a cada ano e já se percebe uma maior variedade nas propostas dos editais. O ano de 2013 destaca-se pela iniciativa em editais de fomento à inovação tecnológica e fortalecimento dos grupos de pesquisa em busca de apoio ao desenvolvimento aos arranjos produtivos. Os investimentos contam com capital interno e externo. Em seus editais está prevista a apresentação dos resultados das

pesquisas desenvolvidas nos eventos organizados pela PRPI, com a presença de banca e avaliadores do CNPq.

Ressalta-se ainda a iniciativa de tornar públicas as ações da pesquisa, por meio da disponibilização de um link, no site oficial do IFB, com informações acerca das atividades desempenhadas, orientação e notícias. Como sugestão, poderiam ser colocados os projetos já executados, seus resultados, orientadores e bolsistas nominalmente; o mesmo para os projetos em execução. Para que seja possível perceber o que está sendo pesquisado pelo IFB.

Não podemos esquecer que a PRPI tem atuado na divulgação, orientação e apoio aos alunos do IFB na participação ao programa Ciências sem Fronteira, o que favoreceu a inserção de 05 estudantes, nos últimos dois anos, em projetos de intercâmbio nos seguintes países: Chile, Estados Unidos, França e Itália.

Defendemos, aqui, que o IFB é uma instituição recém-criada, mas que já apresenta avanços em direção à pesquisa tecnológica, com vistas a investir na Inovação Tecnológica e na troca de saberes advindos das diversas pesquisas realizadas quase que na totalidade de seus campi. A pesquisa no IFB está consolidada, restam apenas dois desafios a serem superados: aprimorar a gestão do conhecimento produzido na instituição e articular o desenvolvimento da pesquisa tecnológica com os anseios dos arranjos produtivos locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos C. O. de Faria, MARCHI, Edilene C. Santos e PEREIRA, André Ferreira. **Metodologia científica e Inovação Tecnológica: Desafios e Possibilidades**. Brasília, DF: Editora IFB, 2012.

ANUÁRIO DO DF. **Brasília**: berço das identidades culturais brasileiras. Disponível em: <<http://www.anuariodof.com.br/regioes-administrativas/ra-i-brasilia/>>. Acesso em: 12 out. 2013.

BORGES, M. N. **As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Revista USP, São Paulo, 2011. p. 174 - 189.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 de abr. de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. Decreto nº 4.073, de 30 de jan. de 1942. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-133697-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Decreto nº 4.127, de 25 de fev. de 1942. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 fev. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Decreto nº 4.506, de 26 de dez. de 1978. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:decreto:1978-12-26;4506>>. Acesso em: 5 out. 2013.

_____. Decreto nº 53.558, de 13 de fev. de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 fev. 1964. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116270/decreto-53558-64>>. Acesso em: 8 out. 2013.

_____. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 maio 1967. Disponível em: <

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1967-05-19;60731>>. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. Decreto nº 7.763, de 23 de dez. de 1909b. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 dez. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7763-23-dezembro-1909-525420-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Exposição de motivos nº 95. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 fev. 1959.

_____. Lei nº 11.534, de 25 de out. de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 out. 2007. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11534.html>>. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fev. de 1959. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 fev. 1959. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1959/3552.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. Lei nº 378, de 13 de jan. de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 jan. 1937. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dez. de 1961. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de ago. de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de out. de 1982. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 out. 1982. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. Lei nº 8.948, de 08 de dez. de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 09 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.planalto>

.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.203, de 12 de dez. de 2007. Nomeia Francisco Moreira de Meneses para exercer o cargo de Diretor-Geral da Escola Técnica Federal de Brasília. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, 13 dez. 2007. Seção 2, p. 7.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília, 2010b.

_____. Decreto n. 82.711, de 23 de novembro de 1978. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 27 dez. 1978.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Política de Propriedade Intelectual do Brasil: Relatório FORMICT 2010. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Política de Propriedade Intelectual do Brasil: Relatório FORMICT 2011. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Política de Propriedade Intelectual do Brasil: Relatório FORMICT 2012. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2013.

CADORI, Aluizia Aparecida. **A gestão do conhecimento aplicada ao processo de transferência de resultados de pesquisa de instituições federais de ciência e tecnologia para o setor produtivo: processo mediado pelo núcleo de inovação tecnológica**. [Tese] (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CALDAS, Luís. **Fragmentos de uma história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. In: ROSA, Rosângela; BRANCHINE, Sandra; NUNES, Valéria (Org.). **Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Editora IFB, 2012. p. 33-47.

CARVALHO, Olgamir Francisco. **Tendências da relação Trabalho/Educação no contexto da globalização**. In: BRASIL. MEC. INEP. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica. Brasília: Inep, 2008. p.141-155.

CERVO, Armando Luis e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**, 5º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da educação profissional brasileira**. 2005. Disponível em: < http://tupi.fisica.ufmg.br/~michel/docs/Meus_textos/educacao%20tecnologica.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: Metodologia Científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DISTRITO FEDERAL (Estado). Lei complementar nº 630, de 29 de jul. de 2002. **Diário Oficial [do] Distrito Federal**, Brasília, 29 ago. 2002. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=52457>. Acesso em: 26 out. 2013.

_____. Secretaria do Estado de Educação. **Educação profissional**. Disponível em: < <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/265-educacao-profissional.html>>. Acesso em: 3 set. 2013.

_____. Secretaria do Estado de Educação. Subsecretaria de planejamento, acompanhamento e avaliação educacional. **Relação de instituições educacionais credenciadas no Distrito Federal**. 2013. Disponível em: < http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/linkpag/part_inst_credenciadas_nov13.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. Secretaria do Estado de Educação. Subsecretaria de planejamento, acompanhamento e avaliação educacional. **Relação de instituições educacionais particulares e públicas com ofertas de educação à distância: educação de jovens e adultos e/ou educação profissional**. 2013. Disponível em: < http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/linkpag/part_inst_credenc_eja_nov13_2.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. 16p. Disponível em: <<http://fundacaoalphaville.org.br/wp-content/themes/twentyten/pdf/educacao-e-desenvolvimento-local.pdf>> acessado em outubro de 2011.

_____. **Globalização e tendências institucionais**. In: Ladislau Dowbor; Octavio Ianni; Paulo Resende. (Org.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9-16.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9, João Pessoa: UFPB, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil.** 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

GIL, A.C. **Métodos da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. **Didáticas e Teorias Educacionais.** Rio de Janeiro. DP & A , 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995.

_____. **Estatuto.** Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/normas-internas-do-ifb>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Portaria nº 001, de 07 jun. 2013c.** Regulamenta o Programa institucional de apoio e consolidação de grupos de pesquisa – PROGRUPOS. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/3285_Portaria%20normativa_001_PROGRUPOS%20%281%29.pdf>. Acesso em: 14 out. 2013.

_____. **PDI: plano de desenvolvimento institucional 2009-2013.** Brasília,DF, 2009a. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/normas-internas-do-ifb>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília.** Brasília,DF, 2012a. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/normas-internas-do-ifb>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2012.** Brasília,DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao/3458>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2011.** Brasília,DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao/3458>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2010.** Brasília,DF, 2011. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao/3458>>. Acesso em: 2 out. 2013.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2009.** Brasília,DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/aceso-a-informacao/aceso-a-informacao/3458>>. Acesso em: 2 out. 2013.

KIPNIS, Bernardo. **Elementos de pesquisa e a prática do professor.** Brasília: Editora UnB, 2005.

KUENZER, Acacia Z. **Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores.** *Boletim Técnico do Senac*, 2003, v. 29, n. 1, p. 16-27.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do Regime Republicano Brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n.2, p. 8-24, nov. 2009.

LEITÃO, Dorodame Moura. **O conhecimento tecnológico e sua Importância. Possibilidades de sua Transferência Internacional.** In: *Ciência da Informação*, v. 10, n° 2, Brasília, 1981. pp. 33-44.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: Educ, 1997.

MENDES, Abiana Campos. **A participação e a democracia no processo de mudança de esfera administrativa do atual *campus* Planaltina do Instituto Federal de Brasília (2007-2009).** [Dissertação] (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes à educação do futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCOA, 2011.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades.** Cadernos de Pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, N° 3, 2º SEM./1996.

PACHECO, Eliezer Moreira, PEREIRA, Luiz Augusto Caldas e SOBRINHO, Moisés Domingos Sobrinho. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, nº 30, p. 71-88, jan/jun. 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. Da Escola de Aprendizizes e Artífices do Instituto Federal de Sergipe. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n.2, p. 25-39, nov. 2009.

SILVA, Ronaldo Pedreira. **A Gestão do conhecimento em instituições de ensino superior e tecnológico**: análise do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. [Dissertação] (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TARTUCE, T.J.A. **Métodos de Pesquisa**. Fortaleza:UNICE - Ensino Superior, 2006.

APÊNDICE 01

Autorização para realizar a pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Campinas, 13 de fevereiro de 2014.

Prezada

A Senhora é convidada a participar da pesquisa, para dissertação de mestrado, da pesquisadora Luciana Bastos Matos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Título de pesquisa: *O crescimento do Instituto Federal de Brasília com foco no progresso da pesquisa tecnológica institucional*

Finalidade da pesquisa: levantar a trajetória histórica da criação e desenvolvimento do IFB com interesse em acompanhar o desenvolvimento da pesquisa tecnológica institucional para sustentação do desenvolvimento do DF e apontar rumos para o seu aprimoramento.

Convite para participar da pesquisa: ao aceitar o convite para participar desse estudo, a Sra. responderá perguntas acerca da gestão da pesquisa tecnológica do IFB, expectativas, estímulo à pesquisa, avaliação e produção científica da instituição.

A Sra. tem liberdade, sempre que sentir necessidade, poderá solicitar mais informações a respeito da pesquisa, durante o preenchimento do questionário, por telefone ou e-mail da pesquisadora e, se necessário, do orientador responsável pelo estudo.

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Nenhum dos procedimentos usados para a coleta de conteúdos oferece riscos à sua dignidade, moral, bem-estar e qualquer tipo de constrangimento pessoal.

Confidencialidade: os conteúdos coletados neste questionário serão utilizados apenas na compilação da pesquisa para a dissertação, atividades de ensino, publicações de caráter acadêmico. Quanto a menção da função ou nome da entrevistada poderá ser utilizado a título de informe da fonte dos dados apresentados.

Benefícios: ao participar dessa pesquisa a Sra. não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que o estudo apresente contribuições relevantes para a instituição.

A Sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar da pesquisa, bem como, nada receberá por sua participação.

Após tais esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento, de forma livre, para participar dessa pesquisa, preenchendo os campos a seguir:

Identificação do participante: (Nome completo e legível)	
CPF:	
Instituição	
CONCORDO em participar da pesquisa e AUTORIZO o uso do conteúdo escrito que posteriormente será transcrito, literalmente, para fins de uso acadêmico, atividades de ensino e na divulgação dos resultados da pesquisa para a dissertação, podendo ser utilizada a função que exerço atualmente. Assinatura	

Agradeço por sua participação!

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO COM A PRPI

Este questionário tem a finalidade de adquirir informações que auxiliem na compreensão do desenvolvimento da pesquisa tecnológica no IFB para dissertação intitulada *O crescimento do Instituto Federal de Brasília com foco no progresso da pesquisa tecnológica institucional*, cujo objetivo é levantar a trajetória histórica da criação e desenvolvimento do IFB com interesse em acompanhar o desenvolvimento da pesquisa para sustentação do desenvolvimento do DF e apontar rumos para o seu aprimoramento.

Certa de sua colaboração, agradeço a atenção dispensada a este trabalho e a contribuição valiosa para esta pesquisa.

DIRECIONADO À: Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação do IFB

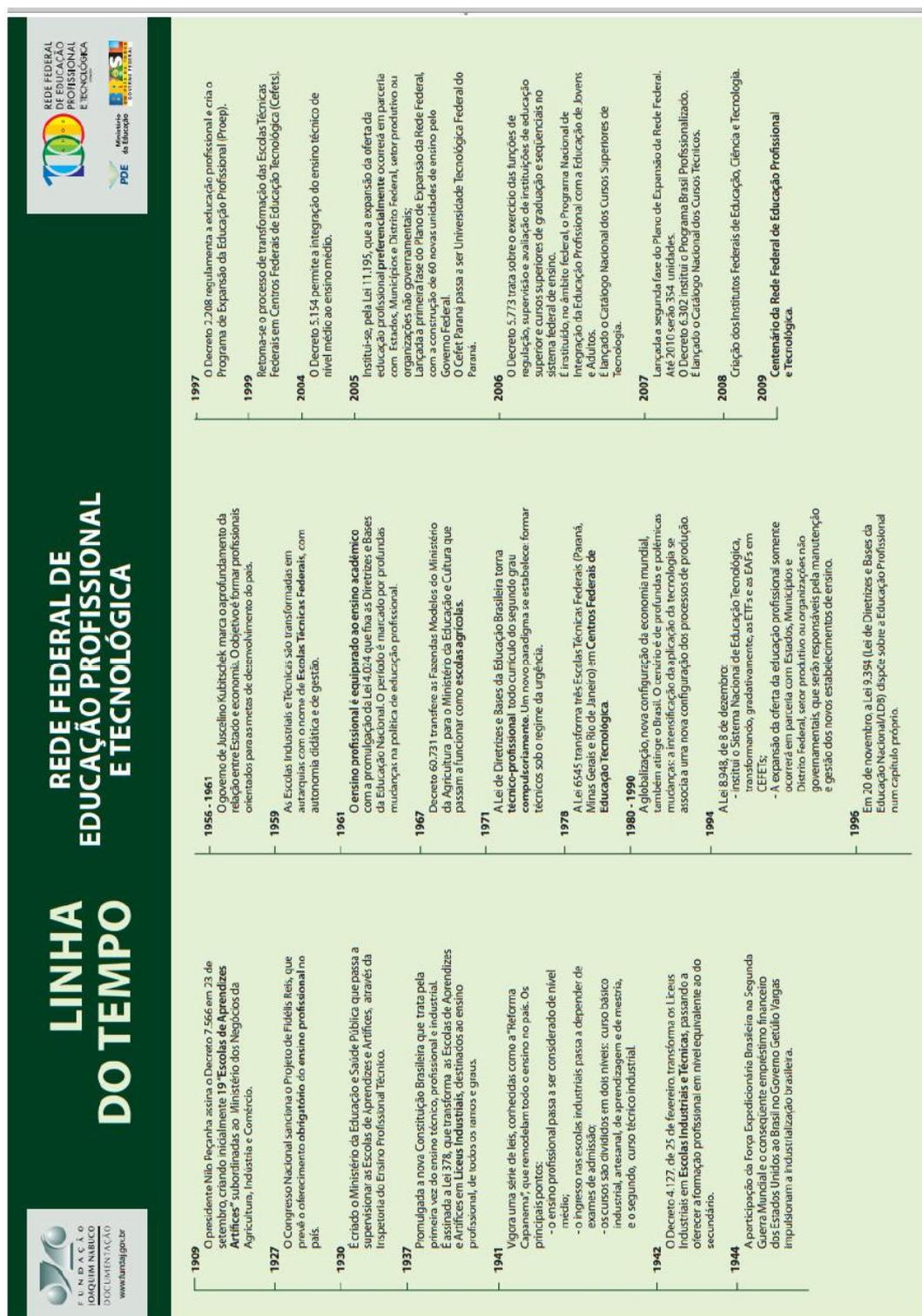
ESPECIALIDADE: gestão de resíduos sólidos, educação ambiental, compostagem, resíduos domiciliares e apoio à decisão.

1. O que representa PRPI no contexto do IFB?
2. Quanto tempo você está à frente da PRPI?
3. Qual a principal atividade da PRPI?
4. Quais as expectativas de sua gestão?
5. Como se dá o processo de implantação de um projeto de pesquisa?
6. Como a PRPI avalia o desenvolvimento de projetos de pesquisa no IFB no período de 2010 a 2013? Ruim, Regular, Boa, ótima? Por quê?
7. Que estratégias a PRPI vem articulando para estimular o envolvimento dos servidores na elaboração e participação de Projetos de Pesquisa?
8. Em sua avaliação, em que medida os projetos de pesquisas desenvolvidos no IFB se articulam com a realidade local?
9. É possível apontar quantos e quais projetos de pesquisa conseguiram atender as demandas dos arranjos produtivos locais?
10. Quais projetos de pesquisa ou grupos de pesquisa construíram parcerias com outras instituições?

11. Quais editais possuem parcerias externas (ex: FINEP, MCTI, FAPDF E ETC).
12. Nos 06 anos de existência do IFB, a PRPI foi responsável pela publicação de quantos editais?
13. Qual a estratégia utilizada para divulgação dos resultados dos projetos de pesquisa adotada pela RPI, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo?
14. Dentro do Plano de Metas da PRPI, contido no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2009 - 2014, estão previstas 03 metas, entre elas: estruturar a pesquisa tecnológica, ampliar a gestão sistêmica, e implantar a pós-graduação. A PRPI conseguiu alcançá-las?
15. A PRPI tem outras finalidades para a gestão sistêmica, além da elencada no PDI vigente?
16. A PRPI possui a cópia da produção científico-tecnológica dos seus servidores em local acessível e disponível também nas bibliotecas dos seus campi? Por quê ?
17. A PRPI adota alguma estratégia de registro e controle da atuação do desempenho científico-tecnológico dos servidores do IFB?

Obrigada!

ANEXO A – LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



ANEXO B – CENSO ESCOLAR DO DF/2012



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

QUADRO 25

TURMAS E MATRÍCULAS, POR ETAPAMODALIDADE, SEGUNDO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO

CENSO ESCOLAR 2012

REDE PÚBLICA ESTADUAL

CRE	EDUCAÇÃO INFANTIL						ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO E MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		EDUCAÇÃO ESPECIAL		TOTAL GERAL		
	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		TOTAL		5 ANOS		6 ANOS		TOTAL		Turmas	Matrículas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Matrículas	Turmas	Matrículas
	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas											
Piano Piloto/Cruzeiro	42	651	128	2.601	170	9.262	387	11.660	523	10.484	910	22.144	243	8.626	-	126	4.515	707	1.449	39.244	1.449	39.244	
Gama	7	123	105	2.169	112	2.292	369	12.265	480	11.109	849	23.374	211	7.755	-	97	4.061	604	1.289	38.088	1.289	38.088	
Taguatinga	2	40	153	3.417	166	9.467	168	5.735	760	19.436	928	26.171	261	10.268	-	115	5.070	542	1.469	44.608	1.469	44.608	
Braziliândia	8	151	57	1.282	86	1.438	129	4.031	312	7.713	441	11.744	90	3.027	-	34	1.531	288	830	18.023	830	18.023	
Sobradinho	5	105	101	2.379	108	2.484	250	8.426	449	10.154	699	18.680	132	4.911	-	82	3.431	348	1.019	29.764	1.019	29.764	
Planaltina	-	-	99	2.276	89	2.278	410	14.054	643	16.342	1.053	30.388	174	6.739	-	119	4.945	413	1.445	44.789	1.445	44.789	
Núcleo Bandeirante	7	82	73	1.656	80	1.738	211	6.661	343	8.327	554	14.988	110	3.660	-	81	2.803	120	825	23.309	825	23.309	
Celândia	-	-	248	5.690	248	6.880	146	5.257	1.886	51.013	2.032	68.270	353	13.294	-	182	9.229	1.162	2.816	86.896	2.816	86.896	
Quilômetro	-	-	38	862	38	862	116	3.781	334	8.657	460	12.438	87	2.988	-	59	2.451	314	834	19.043	834	19.043	
Samambaia	-	-	94	2.231	84	2.231	250	8.839	683	18.413	933	27.262	167	6.262	-	108	4.746	448	1.302	40.899	1.302	40.899	
Santa Maria	4	60	93	2.097	87	2.167	212	7.489	393	9.390	606	18.879	127	4.357	-	66	2.899	279	895	28.671	895	28.671	
Paranoá	2	39	40	827	42	869	185	6.442	344	8.504	529	14.848	84	3.211	-	79	3.403	69	734	22.486	734	22.486	
São Sebastião	3	60	53	1.304	68	1.384	172	6.259	281	7.656	463	13.916	79	3.433	-	81	3.579	109	889	22.400	889	22.400	
Recanto das Emas	-	-	52	1.248	62	1.248	245	8.416	386	10.466	631	18.882	121	4.665	-	77	2.702	92	881	27.689	881	27.689	
Vinculadas à SUBEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.064	-	-	-	-	-	4.064	4.064
TOTAL	80	1.311	1.334	30.018	1.414	31.330	3.260	108.316	7.817	187.884	11.087	308.979	2.238	83.198	4.084	1.308	66.386	5.495	16.028	488.429	16.028	488.429	

FONTE: CENSO ESCOLAR

NOTAS:

- 1) Os dados de Educação de Jovens e Adultos referem-se ao 1º ano de curso.
- 2) Os dados de Educação Especial compreendem as Classes Especiais e as Instituições Educacionais Excepcionalmente Especializadas.
- 3) Incluídos os alunos das Classes de Aceleração de Aprendizagem.
- 4) Incluídos os alunos de Educação Profissional Vinculada a outra Secretaria.
- 5) Incluídos no Ensino Médio 492 alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de CRE Gama.
- 6) O total de Educação Especial refere-se à matrícula efetiva, ou seja, os alunos foram cobrados apenas uma vez.

ANEXO C – CENSO ESCOLAR DO DF/2013



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

QUADRO 25

TURMAS E MATRÍCULAS, POR ETAPAMODALIDADE, SEGUNDO COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO

CENSO ESCOLAR 2013

REDE PÚBLICA ESTADUAL

CRE	EDUCAÇÃO INFANTIL						ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO E MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL GERAL	
	CRICHE		PRÉ-ESCOLA		TOTAL		1º ANOS		2º ANOS		TOTAL				Matrículas			Matrículas		
	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas		Turmas	Matrículas		Turmas	Matrículas
Plano Piloto/Cruzeiro	42	645	136	2.980	178	3.625	278	8.347	630	13.237	908	21.584	244	8.559	104	130	4.505	713	1.466	39.173
Gama	10	165	108	2.224	118	2.389	273	8.440	590	13.420	863	21.888	211	7.481	-	90	3.793	607	1.290	36.138
Taguatinga	3	50	152	3.484	166	3.654	85	2.836	905	21.230	990	24.068	264	9.825	2.167	125	5.434	547	1.484	48.573
Brazlândia	10	192	71	1.535	81	1.727	80	2.432	371	9.029	451	11.461	90	3.033	-	20	1.176	303	660	17.790
Sobradinho	5	105	107	2.430	112	2.636	170	5.718	518	12.222	688	17.940	132	4.610	-	60	2.949	337	1.000	29.371
Planaltina	-	-	126	2.947	126	2.847	278	9.447	790	19.097	1.068	29.344	178	6.613	714	107	4.310	429	1.477	44.257
Núcleo Bandeirante	9	109	74	1.744	83	1.863	154	4.737	426	9.846	559	14.583	105	3.426	-	79	2.457	110	826	22.429
Ceilândia	-	-	231	5.543	231	5.543	-	-	2.009	54.522	2.009	54.522	343	12.961	1.079	193	8.990	1.221	2.776	84.216
Guará	-	-	51	1.112	51	1.112	77	2.358	377	9.560	454	11.928	54	2.917	-	54	2.395	330	643	18.680
Samambaia	2	30	99	2.373	101	2.403	151	5.473	773	20.720	924	26.201	190	5.919	-	105	4.110	454	1.290	39.087
Santa Maria	4	50	112	2.574	116	2.632	154	5.124	440	11.073	602	16.197	126	4.192	-	83	2.519	264	867	25.824
Paranoá	2	42	30	839	40	881	146	4.730	403	10.382	549	15.082	88	3.312	-	82	3.130	57	759	22.462
São Sebastião	3	56	68	1.536	71	1.602	118	4.395	341	9.271	459	13.669	83	3.174	-	87	3.356	108	790	21.899
Recanto das Emas	-	-	52	1.195	82	1.195	171	5.763	450	12.400	629	16.183	116	4.102	-	73	2.354	104	870	25.918
TOTAL	90	1.482	1.435	32.416	1.515	33.968	2.135	69.903	8.976	226.803	11.111	296.606	2.224	80.024	4.144	1.298	51.478	5.604	16.146	471.724

FONTE: CENSO ESCOLAR - 2013

NOTAS:

- 1) Os dados de Educação de Jovens e Adultos referem-se ao 1º semestre.
- 2) Os dados de Educação Especial compreendem as Classes Especiais e as Instituições Educacionais Socialmente Especializadas.
- 3) Incluídos os alunos das Classes de Aceleração de Aprendizagem.
- 4) Incluídos os alunos de Educação Profissional Vinculada à outra Secretaria.
- 5) Incluídos no Ensino Médio 436 alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da CRE Gama.
- 6) Incluídos 968 alunos do PROCEA - Integrada à Educação Profissional (PC) no 2º segmento (CRE Taguatinga).

ANEXO D – PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS COM RECURSO DO IFB EM 2011

Programa	Início	Título	Orientador	Nº de alunos
Pesquisa Integrada	2011	Ensino técnico profissionalizante em Brasília: a legitimação da dualidade estrutural ou a consolidação do modelo educacional inclusivo?	Claudio Nel Nascimento da Silva	3
Pesquisa Integrada	2011	Diagnóstico da cadeia produtiva do morango dos pequenos agricultores familiares do DF	Keiver Bruno Paradeiro Gomes	5
Pesquisa Integrada	2011	Levantamento de condições inseguras responsáveis por acidentes de trabalho em obras de construção civil em Samambala – DF	Renata Moreira Sá e Silva	4
Pesquisa Integrada	2011	Análise ambiental e geotécnica de área destinada ao aterro sanitário do DF em Samambala	Carlos Petrólio Leite da Silva	4
Pesquisa Integrada	2011	A performance como recurso pedagógico interdisciplinar para o ensino de arte no IFB	Constantino Isidoro Filho	4
Pesquisa Integrada	2011	Avaliação sanitário alimentar em Planaltina	Alessandra Ferreira da Silva	4

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

ANEXO E – PROJETOS DE PESQUISA APROVADOS PELO IFB COM RECURSOS DO CNPQ DE 2010 ATÉ AGOSTO DE 2013

Programa	Início	Título	Orientador	Nº de bolsistas
PIBITI	2010	Análise do enriquecimento de um plantio de Eucalyptus por meio de sistema Agroflorestal: uma técnica rumo à transição agroecológica	Elisa Pereira Bruziguessi	2
PIBITI	2010	Avaliação do bem estar das aves manejadas em galinheiro móvel utilizando práticas agroecológicas	Julia Eumira Gomes Neves Perini	2
PIBITI	2010	Estudo da geração de resíduos sólidos no IFB Campus Planaltina	Luciana Miyoko Massukado	2
PIBITI	2010	Mapeamento e sistematização de experiências em agroecologia no DF e entorno	Vânia Costa Pimentel	1
PIBITI	2010	O léxico da dança	Cleide Lemes da Silva Cruz	1
PIBITI	2010	Uso de cobertura viva na lavoura cafeeira: avaliação de impactos no manejo de plantas espontâneas	Edilene Carvalho Santos Marchi	2
PIBITI	2010	Uso de Imagens CBERS 2B para quantificar e qualificar áreas degradadas na microbacia do córrego Corujinho, Planaltina (DF)	Alan Kardec	2
PIBIC	2011	Compostagem de resíduos orgânicos rurais: uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBIC	2011	Dicionário Terminológico Ilustrado e eletrônico da Dança	Cleide Lemes da Silva Cruz	1
PIBIC	2011	Metáforas poéticas dos corpos brasileiros	Márcia Soares de Almeida	1
PIBITI	2011	Avaliação nutricional e produtiva do capim platã e do milho irrigado em sistema de integração lavoura-pecuária submetido a doses e diferentes fontes de fósforo	Ronaldo Liberato Dourado	1
PIBITI	2011	Diagnóstico rural participativo: um estudo de caso do Assentamento Três Conquistas	Luciana Miyoko Massukado	2
PIBITI	2011	Integração de aves na lavoura cafeeira: uma alternativa de integração lavoura-pecuária	Julia Eumira Gomes Neves Perini	2
PIBITI	2011	Levantamento florístico das espécies arbóreas e arbustivas em um cerrado sentido restrito do IFB	Elisa Pereira Bruziguessi	3
PIBITI	2011	Metodologia de ensino musical para o curso de licenciatura em Dança no IFB	Rogério Rodrigues	2
PIBITI	2011	O gesto na dança	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBITI	2011	Os afetos do espaço-corpo na arte coreográfica	Márcia Soares de Almeida	1
PIBIC	2012	Afetos plásticos e sua composição urbana: uma experiência do espaço brasileiro	Márcia Soares de Almeida	1
PIBIC	2012	Avaliação do processo de vermicompostagem de resíduos orgânicos associados a diferentes substratos sob o ponto de vista de produtividade de minhocas e de húmus	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBIC	2012	Dança contemporânea para crianças	Márcia Soares de Almeida	1
PIBIC-AF	2012	Integração da lavoura cafeeira: uma alternativa de incremento de renda do pequeno produtor	Julia Eumira Gomes Neves Perini	1
PIBIC-AF	2012	Tecnologias para o ensino-aprendizagem da performance musical	Juliana Rocha de Faria Silva	1
PIBIC-EM	2012	A economia solidária como propulsora da participação social: um estudo de caso de empoderamento no DF	Luciano Pereira da Silva	1
PIBIC-EM	2012	Abeilhas e plantas melítonícolas do cerrado no Centro de vigilância agroecológica do IFB – campus Planaltina	Vinicius Machado dos Santos	1
PIBIC-EM	2012	Ambientes on-line como veículo de divulgação do campus Brasília	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBIC-EM	2012	Análise estatística do uso das redes sociais no campus Brasília	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBIC-EM	2012	Caracterização bioquímica de óleos essenciais de plantas medicinais do Cerrado	Joyce Silva dos Santos	2
PIBIC-EM	2012	Construção de composteiras caseiras para tratamento de resíduos orgânicos In Situ	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBIC-EM	2012	Economia solidária e reeducação coletiva: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil	Luciano Pereira da Silva	1
PIBIC-EM	2012	Educação Profissional no cenário de trabalho do Secretário escolar nas escolas públicas urbanas: Centro Educacional São Francisco e Escola Agrovia em São Sebastião – DF	Verônica Uma da Fonseca Almeida	1
PIBIC-EM	2012	Estudo sobre a obtenção de vantagem competitiva no campo profissional por meio da aprendizagem do espanhol pelos alunos do IFB do Campus São Sebastião	Laura Del Carmen Ramirez de Martinez	2
PIBIC-EM	2012	Flora apícola de importância para Apis mellifera L. (Hymenoptera: Apidae) em área de cerrado do IFB – Campus Planaltina	Vinicius Machado dos Santos	1
PIBIC-EM	2012	Fluxos de investimentos direto externo nos países BRIC de 1990 a 2008: Um estudo comparativo acerca das dinâmicas setoriais	Richard Wilson Borrazine de Siqueira	1
PIBIC-EM	2012	Gestão de marcas verdes: um estudo sobre a atual gestão sustentável da rede hoteleira de Brasília e seu percurso para a Copa do Mundo de 2014	Paula Felipe Schlemper de Oliveira	1
PIBIC-EM	2012	Influências de fatores envolvidos na aplicação de brincos sobre taxas de retenção e incidência de miases em Bovinos	Anna Carolina Costa	1
PIBIC-EM	2012	Integração da avicultura com a lavoura cafeeira: Uma alternativa para o pequeno agricultor	Julia Eumira Gomes Neves Perini	1
PIBIC-EM	2012	Levantamento de árvores matrizes em um cerrado sentido restrito do IFB – Campus Planaltina	Elisa Pereira Bruziguessi	1
PIBIC-EM	2012	Levantamento de icterífauna e da qualidade de água dos córregos do Arrozal, Fimdaiba e Corujinho da Bacia do Rio São Bartolomeu, Planaltina - DF	Bruno Ceolin da Silva	1
PIBIC-EM	2012	Levantamento qualitativo e quantitativo da Avifauna do Campus Planaltina no IFB	Bruno Ceolin da Silva	2
PIBIC-EM	2012	O ensino da música na formação do técnico em Agropecuária	Juliana de Rocha de Faria Silva	1

PIBIC-EM	2012	O secretário escolar na rede privada de ensino no Centro Educacional Três Corações e Escola Fundamental Paraisópolis: de gestor da escola a gestor da secretaria escolar	Verônica Lima da Fonseca Almeida	1
PIBIC-EM	2012	Proposta de construção de um protótipo de biogestor para tratar os dejetos da Ovinocultura	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBIC-EM	2012	Proposta de criação de redes sociais para os cursos do campus Brasília	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBIC-EM	2012	Raízes da região de Planaltina – DF. Quem são eles?	Carlos Cristiano Oliveira de Faria Almeida	1
PIBIC-EM	2012	Redes sociais e gestão participativa no campus Brasília	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBIC-EM	2012	Rendimento de cultivo orgânico de guaco para xarope	Matheus Rollemberg Santin	3
PIBIC-EM	2012	Utilização de software Rural Pro para gerenciar o processo de compostagem do IFB – Campus Planaltina	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBITI	2012	A visão do corpo e dança no Cristianismo	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBITI	2012	Análise da redução da carga microbiana do leite produzido no IFB, Campus Planaltina após processo de pasteurização lenta	Edlisa Rosa da Silva	1
PIBITI	2012	Aplicabilidade do Código Florestal para a conservação de répteis em matas de galeria no Brasil Central	Roger Mala Dias Ledo	1
PIBITI	2012	Avaliação da cinética e determinação das propriedades termodinâmicas do processo de secagem de sementes de chia (<i>Salvia hispanica</i> L.)	Gabriel Henrique Horta de Oliveira	1
PIBITI	2012	Composteiros caseiros: análise das técnicas construtivas, operacionalização e custos	Luciana Miyoko Massukado	1
PIBITI	2012	Influência do processo de secagem na atividade antimicrobiana de óleo essencial obtido de <i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Marley Garcia Silva	1
PIBITI	2012	Mercado de trabalho e concentração das empresas de transporte rodoviário de cargas e logística instaladas no Distrito Federal	Giovanna Megumi	1
PIBITI	2012	Monitoramento microbiológico de sistemas de tratamento de efluentes empregando lodos ativados e digestor anaeróbico e correlação com parâmetros físico-químicos	Edlisa Rosa da Silva	1
PIBITI	2012	O negro na dança	Marcos Ramon Gomes Ferreira	1
PIBITI	2012	Substratos para produção orgânica de mudas de hortaliças	Maria Dalva Trivelato Barrantes	1
PIBIC	2013	Avaliação da cinética e determinação das propriedades termodinâmicas do processo de secagem de morango.	Gabriel Henrique Horta de Oliveira	1
PIBIC	2013	Avaliação do projeto educar dançando 2006-2013	Edna Azevedo	1
PIBIC	2013	Implementação e avaliação da produção de lenha ecológica utilizando prensa manual em duas comunidades rurais do DF.	Luoliana Miyoko Massukado	1
PIBIC	2013	Monitoramento microbiológico através de microscopia ótica de uma estação de tratamento de efluentes empregando lodos ativados no DF.	Edlisa Rosa da Silva	1
PIBIC	2013	Mulher negra: o corpo que dança	Pollyana Martins	1
PIBIC-Af	2013	Análise das enzimas peroxidase e fosfatase alcalina em amostras de leite cru, pasteurizado e longa vida comercializados no entorno do Instituto Federal de Brasília, campus Planaltina	Edlisa Rosa da Silva	1
PIBIC-Af	2013	Estudo da atividade tripanocida in vitro do óleo essencial obtido de folhas de <i>Chenopodium ambrosioides</i> L. (<i>Amaranthaceae</i>) submetidas a diferentes temperaturas de secagem.	Marley Garcia Silva	1
PIBIC-Af	2013	Perfil socioeconômico de uma comunidade de assentados com vistas à implantação de uma agroindústria familiar rural.	Heloise Faloço	1
PIBIC-EM	2013	A articulação acadêmica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para Inovação Científica e Tecnológica	Jaqueline da Silva Thomazine	1
PIBIC-EM	2013	Análise da acessibilidade do novo Campus Gama	Sylvana Karla da Silva de L. Santos	1
PIBIC-EM	2013	Análise do uso de filtros sobre imagens de impressões digitais	Raimundo Cláudio da Silva Vasconcelos	1
PIBIC-EM	2013	Animando a sala de aula: o uso de tecnologias digitais para produção de cinema de animação no contexto escolar	Luciene Alves Vitória dos Santos	1
PIBIC-EM	2013	Aplicabilidade do Código Florestal para a conservação de lagartos em matas de galeria do Cerrado no Brasil Central	Roger Mala Dias Ledo	1
PIBIC-EM	2013	As escolas rurais públicas no DF e as atribuições do Secretário Escolar	Verônica Lima da Fonseca Almeida	1
PIBIC-EM	2013	Avaliação do desenvolvimento vegetal de plantas de cobertura sob regime hídrico variável.	Adilson Jayme de Oliveira	1
PIBIC-EM	2013	Caracterização da satisfação referida pela população de São Sebastião (DF) acerca das necessidades de alimentação, saúde e educação	Maria Marciane Bezerra Vieira	1
PIBIC-EM	2013	Caracterização do leite produzido pelo rebanho bovino do IFB, Campus Planaltina - produção e destinação	Edlisa Rosa da Silva	1

PIBIC-EM	2013	Comunicação científica ou comunicação tecnológica: o delineamento dos fundamentos que caracterizam a produção e comunicação dos institutos federais em ciência e tecnologia	Claudio Nel Nascimento da Silva	1
PIBIC-EM	2013	Construção e validação de instrumento para identificação e avaliação da transferência de conhecimento e inovação em redes interorganizacionais	Jaqueline da Silva Thomazine	1
PIBIC-EM	2013	Contaminação microbiológica de queijo fresco produzidos artesanalmente comercializados na região de Planaltina – DF	Sther Maria Lenza Greco	1
PIBIC-EM	2013	Desenvolvimento de ferramentas de bioinformática para análise de dados de metagenômica transcriptômica provenientes do sequenciamento de RNA de anuros	Fabiano Cavalcanti Fernandes	1
PIBIC-EM	2013	Divulgação do IFB no Distrito Federal – busca dos meios mais eficientes	Wakila Nieble Rodrigues Mesquita	1
PIBIC-EM	2013	Educação Jurídica Popular para a concretização dos Direitos Sociais	Priscila Ramos de Moraes Rego	1
PIBIC-EM	2013	Empreendedorismo no IFB - Campus Taguatinga Centro (DF)	Eduardo Dias Leite	1
PIBIC-EM	2013	Habilidades e competências do profissional de nível médio demandadas pelas cooperativas do Distrito Federal	Sergio Mariani	1
PIBIC-EM	2013	Identificação das carências e demandas por educação profissionalizante dos alunos de ensino médio das Regiões Administrativas de Sobradinho I e II	Katia Guimarães Sousa Palomo	1
PIBIC-EM	2013	Inclusão e Tecnologia: o uso das tecnologias assistivas na promoção da melhoria da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas no IFB - Campus Gama.	Claudia Luiza Marques	1
PIBIC-EM	2013	Interação escola-comunidade - Educação Ambiental e práticas sustentáveis como ferramenta para a sustentabilidade	Luiziano de Andrade Gomes	1
PIBIC-EM	2013	Materials sustentáveis do Campus Planaltina para produção de arte	Lucilene Alves Vitória dos Santos	1
PIBIC-EM	2013	Metodologia de ensino-aprendizagem baseada na manipulação orientada de figuras dinâmicas em ambientes virtuais	Magno Alves de Oliveira	1
PIBIC-EM	2013	Movimento ambiental em São Sebastião (DF) - quem são e o que fazem	Nizélia Maria da Silva Oliveira	1
PIBIC-EM	2013	O desenvolvimento da competência comunicativa no contexto de ensino-aprendizagem de língua estrangeira para a formação de profissionais técnicos em logística – considerações e propostas	Renata Mourão Guimarães	1
PIBIC-EM	2013	O uso da voz passiva em relatórios de gestão de instituições públicas disponibilizadas na web	Tânia Maria Domingos Pereira	1
PIBIC-EM	2013	Ottenção e elaboração de macarão sem glúten utilizando farinha de casca do maracujá amarelo (<i>Passiflora edulis flavicarpa</i>)	Sther Maria Lenza Greco	1
PIBIC-EM	2013	Os Impactos das novas tecnologias no trabalho do Secretário Escolar em escolas públicas urbanas no DF - um estudo etnográfico	Verônica Lima da Fonseca Almeida	1
PIBIC-EM	2013	Representação dos operadores do Direito na obra São Bernardo, de Graciliano Ramos	Paulo de Souza	1
PIBIC-EM	2013	Segurança da Informação nas redes sociais	Raimundo Cláudio da Silva Vasconcelos	1
PIBIC-EM	2013	Sustentabilidade econômica e ambiental e participação social em assentamentos rurais - um estudo de caso no Distrito Federal e entorno	Luciano Pereira da Silva	1
PIBITI	2013	Atividade antimicrobiana de extratos orgânicos de rizomas de <i>Dorstenia asaroides</i> Hook. submetidos a diferentes temperaturas de secagem.	Marley Garcia Silva	1
PIBITI	2013	Avaliação dos parâmetros físico-químicos na efluente do sistema de tratamento do esgoto doméstico do campus Gama – IFB	Rodrigo Alves da Silva	1
PIBITI	2013	Efeito da relação superfície-volume sobre a qualidade de morangos <i>Fragaria L</i> submetidos a diferentes condições de armazenamento	Ana Paula Leites Rodrigues de Oliveira	1
PIBITI	2013	Estudo da produção de vasos ecológicos utilizando como matéria-prima resíduos agrícolas.	Luolana Miyoko Maccukado	1
PIBITI	2013	Isotermas e propriedades termodinâmicas da sorção de água em sementes de orelha (<i>Salvia hispanica L.</i>)	Gabriel Henrique Horta de Oliveira	1
PIBITI	2013	Metodologia de ensino-aprendizagem baseada na manipulação orientada de figuras dinâmicas em ambientes virtuais	Magno Alves de Oliveira	1
PIBITI	2013	Monitoramento microbiológico de compostagem de resíduos orgânicos realizada no campus Planaltina do Instituto Federal de Brasília	Edilca Rosa da Silva	1
PIBITI	2013	Mosaico de movimentos: a tecnologia a favor da dança e educação	Bucelaine Serejo Martinelli	1
PIBITI	2013	Transformação da casca de coco verde (<i>Cocos nucifera L.</i>): benefícios ambientais e possibilidades de geração de renda.	Maria Crislina Madeira da Silva	1

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

ANEXO F – E-MAIL COM RESPOSTAS DA PREX E PRPI SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE QUESTÕES PERTINENTES A ESSAS PRÓ-REITORIAS



Luciana Bastos Matos <1755957@etfbsb.edu.br>

Resposta ao pedido de informação_SIC IFB

SIC <sic@ifb.edu.br>

18 de fevereiro de 2014 17:

Responder a: kattucy.costa@ifb.edu.br

Para: Luciana Bastos Matos <luciana.matos@ifb.edu.br>

Prezada Senhora,

Recebemos seu pedido de informação de nº 23480.002287/2014-66. Informamos que, com relação aos dados da Pró-Reitoria de Extensão:

A Pró Reitoria de Extensão, assim como os campi e as demais Pró Reitorias responde estas e muitas outras perguntas e prestam conta de suas ações a comunidade através do Relatório de Gestão que é formatado e produzido pela Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Estes Relatórios ficam a disposição da comunidade através do Portal do IFB na aba Processo de Contas Anuais. O que não estiver no relatório pode ser encontrado nos processos, como por exemplo:

- resultados advindos dos projetos de extensão.

Cada projeto gera um resultado próprio, os produzidos pelos campi ficam arquivados nos campi os produzidos pela PREX ficam na Pró Reitoria e podem ser solicitados para visualização pois são criados para prestação de contas.

Com relação aos dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação:

1. O IFB possui projetos de pesquisa em parcerias articuladas pela PRPI? Se sim, cite-os e descreva seus objetivos e o ano em que foram firmados.

Atualmente o IFB não possui projetos de pesquisa em parcerias articuladas pela PRPI.

2. Quantos projetos de pesquisa são acompanhados por ano (de 2010 a 2013)?

De 2010 a 2013 foram acompanhadas as seguintes quantidades de projetos de pesquisa pela PRPI:

2010 - 18

2011 - 21

2012 - 47

2013 - 96

3. Quantos editais por ano foram publicados pela PRPI?

De 2010 a 2013 foram publicadas as seguintes quantidades de editais pela PRPI:

2010 - 1

2011 - 4

2012 - 6

2013 - 13

4. Quais os principais resultados advindos dos projetos de pesquisa do IFB?

Tratando-se de projetos executados em diferentes áreas do conhecimento, não há como falar dos resultados especificamente, tendo em vista a diversidade e quantidade de projetos do período que vai de 2010 a 2013. De forma geral, os principais resultados advindos dos projetos de pesquisa do IFB foram o incremento da produção científica e tecnológica em praticamente todas as grandes áreas do conhecimento (ciências agrárias, humanas, engenharias, sociais aplicadas e exatas e da terra, para citar as principais) por meio de projetos concentrados sobretudo no âmbito da iniciação científica e tecnológica, do estímulo à inovação tecnológica e do estímulo aos grupos de pesquisa do IFB cadastrados e atualizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq).

Atenciosamente,

Pró-Reitoria de Extensão - PREX
Pró-Reitoria de Pesquisa e inovação - PRPI
Serviço de Informação ao Cidadão -SIC/IFB

ANEXO G – BALANÇO PRPI 2013



Luciana Bastos Matos <1755957@etfbsb.edu.br>

Balanço 2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI)

Comunicacao <comunicacao@ifb.edu.br>

31 de dezembro de 2013 11:16

Para: todos <todos@etfbsb.edu.br>

Balanço 2013: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação trabalhando para a promoção da qualidade na Educação Profissional e Tecnológica

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia têm, entre outros objetivos, realizar e estimular a pesquisa aplicada para o incentivo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, compartilhando essas soluções com a sociedade. Desta forma, para estimular a pesquisa científica, tecnológica e a inovação, o IFB adota um conjunto de ações para o direcionamento da ação institucional e o alcance daqueles objetivos.

Em 2013 foram realizadas as seguintes ações pela PRPI:

- Lançamento de 13 editais para apoio a projetos de pesquisa, inovação e publicações;
- Concessão de 37 bolsas de iniciação científica e tecnológica, de nível superior, por meio de cotas do CNPq, CAPES e orçamento da PRPI;
- Concessão de 46 bolsas de iniciação científica, de nível técnico, por meio de cotas do CNPq e orçamento da PRPI;
- Certificação de 25 novos grupos de pesquisa, totalizando 46 grupos dedicados à pesquisa e Inovação no IFB;
- Elaboração de critérios para criação e certificação dos Grupos de Pesquisa do IFB;
- Apoio financeiro, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão, a 11 grupos de pesquisa do IFB, num valor total de R\$ 297.838,50;
- Estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) com representantes de todos os *Campi* do Instituto;
- Distribuição do KIT NIT (Datashow e notebook) para os *campi*;
- Lançamento da primeira edição do concurso Fábrica de Ideias Inovadoras (FABIN) para a prospecção de ideias potencialmente inovadoras, sendo que as 10 melhores ideias foram premiadas.
- Aprovação do regulamento para criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) do IFB;
- Seleção, via edital, de 5 novas obras didático-pedagógicas elaboradas por servidores do IFB;
- Lançamento de 9 livros, sendo que mais 8 obras estão em fase final de publicação;
- Aprovação de três estudantes para realizar graduação sanduiche pelo Programa Ciência sem Fronteiras (França, Itália e EUA);
- Obtenção da classificação da Revista Eixo no Qualis (Capes) nas áreas de Engenharias I (B5), Artes/Música (B5), Letras/Linguística (B4) e Educação (C);
- Apoio à publicação dos cadernos de resumos do Encontro Nacional de Estudos Dirigidos para Mulheres (Enedim) -Taguatinga Centro - e da Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (Sernegra) - Campus Brasília, apoiando também a elaboração dos anais em CD-ROM do I Encontro de Coordenações Pedagógicas (PREN);
- Publicação de duas edições (eletrônicas e impressas) da Revista Eixo;
- Realização da III Semana de Produção Científica (SPC) e II Encontro de Pesquisadores do IFB, no *Campus* Gama, com a participação de cerca de 500 estudantes e servidores do Instituto;

Todas as ações mencionadas são conduzidas de forma orgânica com os *campi* e seus representantes nas diversas instâncias assessoras da pesquisa no IFB - Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos (CGPIBP), Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e Conselho Editorial (Consed). Desta forma, esta Pró-Reitoria agradece o empenho dos Coordenadores de Pesquisa e Extensão, Representantes do NIT, membros do Consed, PREN e PREX pelo apoio fundamental às ações realizadas pela PRPI neste ano de 2013 que se encerra. Tal sinergia qualifica as ações realizadas e demonstra o espírito inovador do nosso Instituto Federal de Brasília para a promoção da pesquisa e da inovação que garantem o desenvolvimento regional e nacional.